

***TELLUS – Revista de cultura trasmontana
e alto-duriense***

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 66
Vila Real, 8 de Junho de 2017
Tiragem: 300 exemplares
ISSN: 0872 - 4830
Paginação e impressão: Minerva Transmontana,
Tip. Lda. - Vila Real

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

António Adérito Alves Conde; Armando Palavras;
Elísio Amaral Neves; Frederico Amaral Neves;
José Alves Ribeiro; Manuel Cardoso;
Maria Hercília Agarez

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
66

A Casa de Urros, dos Figueiredos do Amaral — uma casa nobre da freguesia de Mateus

António Adérito Alves Conde

Introdução

A freguesia de São Martinho de Mateus possui um vasto património arquitectónico de natureza civil, facto já referido na “Relação de Vila Real e seu termo”, enviada à Academia Real da História Portuguesa em resposta à carta real de 1721, onde é referido que *“Tem esta freguezia nobilissimos edificios, com suas familias de muito antigas nobrezas, e muitas dellas com o foro de fidalgos”*¹. O mesmo se pode dizer, em maior proporção, da então vila de Vila Real, onde a profícua presença de casas brasonadas, fazia lembrar a “Corte na aldeia”.

A propósito da população desta freguesia e do seu trato é aí também referido que *“Os lavradores se tratão limpos e asseados, por ser gente que habita entre tanta nobreza, como tem esta freguezia, sendo a maior parte fidalgos da Caza*



1 SOUSA, 1987: 492.

Real, que vivem com o lustre conducente á nobreza que de seus progenitores herdarão os quais uzam dos appellidos de Teixeiras, Coelhoos, e Silvas da Caza do morgado de Sam Bras, desta villa. E assim mais, Botelhos, Mesquitas, Azevedos, e Cabrais da mesma, e Alvares, Coelhoos e Mouroens da Caza do morgado de Matheus”. Refira-se que, nessa época, ainda não existiam algumas das casas senhoriais hoje existentes, nomeadamente a das Quartas, do Paço e de Urros.

Entre as diversas casas senhoriais actualmente existentes destaca-se o solar da Casa de Mateus, em estilo barroco, classificado como monumento nacional desde 1910 o qual é, sem dúvida, um dos mais belos e conhecidos solares portugueses cuja imagem embeleza os rótulos da garrafa de uma famosa marca de vinhos, mundialmente conhecida, e com origens nesta freguesia.

Existem outras casas solarengas, embora sem o esplendor da anterior, que foram residência de várias famílias nobres e fidalgas, algumas delas brasonadas, designadamente a Casa das Quartas, a Casa do Paço, a Casa do Arcediago, a casa da Quinta dos Ciprestes e a Casa de Urros. Destas possuem capela anexa a Casa de Mateus, a Casa das Quartas e a Casa de Urros, dedicadas, respectivamente, a Nossa Senhora dos Prazeres, a Nossa Senhora da Conceição e a Nossa Senhora do Carmo e São José.

Para além destas casas senhoriais existem no espaço actual da freguesia, ou no espaço que lhe pertenceu da Idade Média até 1960², algumas casas sem brasão, mas de cuidada construção e alguns elementos artísticos, do período de Setecentos e Oitocentos, ligadas à pequena fidalguia, como é o caso da casa de Casal de Matos, da casa da Quinta do Rato, da casa dos Barreiros (entretanto desaparecida), da casa de S. Martinho, da casa do Assento da Igreja e da Casa das Baptistas.

No presente estudo iremos dar enfoque à Casa de Urros, pertença da família Teixeira Figueiredo do Amaral, da qual, como iremos ver, sobressaíram figuras ilustres a nível local e regional ligadas ao múnus religioso, militar, jurídico, às artes, à vinicultura, ao ensino e à benemerência.

1. A Casa de Urros

O solar da Casa de Urros é um vetusto conjunto de edifícios de diferentes

2 Pelo Decreto-Lei nº 43 347, de 23 de Novembro de 1960, que aprovou a remodelação da divisão administrativa da cidade de Vila Real, com a criação da freguesia urbana de Nossa Senhora da Conceição e o alargamento da freguesia de S. Pedro, a freguesia de Mateus foi “esbulhada” de cerca de metade do seu território, nomeadamente os lugares do Boque, Moinhos do Corgo, Lameirão, Troviscal, Pé de Cavallo, Codessais, Regadas, Pousada, Vale da Levandeira, Preguiça, Redonda, Bairro de N.ª S.ª dos Prazeres, Quinta do Rato, Quinta dos Barreiros e Carreira Longa.

épocas, com capela anexa e brasão episcopal que nos reporta à figura do instituidor, o abade José Álvares Pereira Leite, ou José Alves Pereira, nos finais da centúria de Setecentos.

As origens desta família nobre devem encontrar-se no século XVII, no lugar de Abambres, onde o lugar de Urros se inseria³, com os apelidos Álvares Lopes e Álvares Pereira, presentes no brasão. Posteriormente as alianças matrimoniais com os Teixeiras, de S. Pedro, os Figueiredos, de Covas do Douro (Sabrosa), no final do século XVIII e com os Correias do Amaral, morgados de Vila Cova, nos meados do século XIX, cristalizaram os apelidos da família e consolidaram esta casa senhorial, grande produtora de azeite, vinhos e pão (milho), que atingiu o seu auge nos tempos da pré-filoxera.

Refira-se que em termos de riqueza o seu património fundiário, no século XIX, só tinha como rival a vizinha Casa de Mateus, do conde de Vila Real, cujas terras eram divididas pela designada “estrada real” que, a partir da ponte de Santa Margarida, partia para nascente rumo à igreja de Mouços, marginando algumas quintas de pequenos nobres locais como a dos Barreiros, de S. Martinho, do Assento da Igreja, a casa da velha Câmara Eclesiástica, a igreja de Mateus e a Casa de Urros.

A imponência da casa é referida por Pinho Leal que, no seu “Portugal Antigo e Moderno”, deu a conhecer que José Paulo Teixeira de Figueiredo, o segundo administrador e sobrinho-neto do instituidor, era “*o maior proprietário*



Imagem 1 - Casa de Urros, com capela anexa
(foto de António Conde, 2011)

3 A freguesia de Mateus cujos limites, do lado poente, eram o Rio Corgo (da ponte da Timpeira à ponte de Santa Margarida), era constituída por duas povoações: Mateus (que era meeiro com Arroios) e Abambres, cada uma delas com os seus pequenos bairros e quintas. A actual povoação da Raia só ganhou autonomia, enquanto lugar habitado, a partir da segunda metade do século XIX.

d'este concelho e o segundo d'este districto e d'esta provincia”⁴. Este autor, que escreveu a sua obra com base em contributos que pedia aos párocos locais e a informadores, faz referência concreta ao valor do património desta casa senhorial “*avaliada em 700 a 800 contos de reis*” e aos produtos colhidos que eram de “*20 pipas d'azeite, 600 pipas de vinho, quasi todo do melhor do Alto Douro, e 20:000 medidas de pão, além dos juro de centos de contos de reis em numerário*”⁵.

Os tempos da filoxera trouxeram graves dificuldades para toda a região do Douro as quais foram minoradas com a autorização régia para o cultivo do tabaco. No início do século XX, com a reordenação do plantio da videira com plantas resistentes àquela praga, a retoma da produção vinícola e o alargamento da demarcação da Região Demarcada do Douro à freguesia de Mateus, no consulado franquista, a Casa de Urros recuperou o esplendor de outros tempos, já que boa parte da sua produção recebia o chamado “benefício”, sendo os melhores vinhos encaminhados para a produção do vinho do Porto.

1.1. Localização actual, descrição e origens da Casa

Para quem parte da igreja matriz de São Martinho de Mateus, para nascente, nas imediações do Largo da Droa ou Doroa, encontra do lado esquerdo, junto ao nicho de Nossa Senhora dos Caminhos, os primeiros terrenos agrícolas desta casa que se prolongam até ao solar o qual é precedido de algumas sebes, outrora de belo efeito, que escondem velhos pomares e jardins oitocentistas onde se destaca uma velha palmeira e outras árvores exóticas. Para nordeste, na linha do horizonte, com o Alvão em pano de fundo, podemos admirar o que resta da velha Carvalhada, frondosa mata de recreio que fez parte do imaginário de sucessivas gerações de mateusenses e que foi há pouco derrubada. Junto a ela encontramos a melhor colecção de espigueiros da freguesia, onde era recolhido o milho colhido pelos arrendatários desta casa solarenga, nos férteis lameiros de sua propriedade, do fundo do lugar dos Arões, à Pousada e às Regadas, ao longo do vale da Levandeira. Ao lado situam-se a eira, velhas casas graníticas de apoio à exploração agrícola e junto à ribeira da Levandeira, que corre nas traseiras do velho solar, encontra-se uma velha fonte com ameias, um conjunto artístico que será, porventura, o elemento arquitectónico mais antigo da velha quinta de Urros.

4 LEAL, 1886: 1013.

5 LEAL, 1886: 1013.



Imagem 2 - A velha fonte com ameias
(foto de António Conde, 2011)

As melhores propriedades desta casa senhorial, há algumas décadas, espraivavam-se ao longo das margens da citada ribeira, desde a Fonte da Rabela até à sua foz, no rio Corgo, contígua à Quinta das Regadas, numa extensão de mais de dois quilómetros.

Acresciam matas nos lugares de Outeiro de Lobos, Navalhos, Redonda, Preguiça e Pé de Cavalo e férteis vinhas nos lugares de Redonda, Arame, Regueiras, Pousada, Trás dos Soutos, Pé de Cavalo e Boque, em terrenos pertencentes à Região Demarcada do Douro e algumas delas produtoras de vinho generoso. Na Redonda situava-se o armazém onde o vinho era produzido, construído no início do século XX, paralelo à linha do caminho-de-ferro do Vale do Corgo, ao Km 27, aí localizado no propósito de fazer cargas e descargas pela via-férrea.

Para além destas propriedades a casa senhorial possuía ainda diversas propriedades junto à igreja de Adoufe, as quais haviam sido compradas, no início do século XX, aos descendentes dos Carneiros de Fontoura, morgados da

Quinta do Assento da Igreja de Adoufe⁶. Por essa altura, um dos elementos da família, o Monsenhor Jerónimo Teixeira de Figueiredo Amaral, de que adiante falaremos, era proprietário de diversas quintas na freguesia de Folhadela (Quinta de Prados e da Caridade e sítio da Senhora de Lurdes), bem assim de terrenos no sítio onde foi construída a estação de caminho-de-ferro e imediações. Era também proprietário do solar e capela dos morgados de Vila Cova, de quem descendia, na freguesia de S. Dinis.



Imagem 3 - Espigueiros da Casa de Urros
(foto de António Conde, 2013)

O velho solar da Casa de Urros, em tempos habitado pelas últimas administradoras D. Maria de Lurdes Amaral e sua sobrinha D. Maria da Piedade Amaral que lhe sucedeu, acusa hoje alguma degradação, apesar da vetustez da construção e da beleza de algumas das suas partes, nomeadamente a capela e construção anexa, de dois pisos, do final de Setecentos.

No início do século XVIII a Quinta de Urros pertencia a João Coelho de Figueiredo que, por testamento de 5 de Novembro de 1719, nomeou seu primo Matias Álvares Mourão (1669-c.1730), conhecido por Morgado da Prata, seu herdeiro e testamenteiro, deixando-lhe esta e outras propriedades, assim como algumas dívidas. Mais tarde este quarto administrador da Casa de Mateus terá vendido, num ato de loucura, a Quinta de Urros⁷, a qual nunca mais foi recuperada por aquela Casa. Terá sido na segunda década do século XVIII que a Quinta de Urros chegou à posse dos Álvares Pereira, na pessoa dos pais e avós do padre

6 CONDE, 2016: 29-30.

7 ALBUQUERQUE, 2005: 40, 59.

instituidor da capela, os quais aparecem referenciados nos registos paroquiais como moradores no lugar de Urros.

1.2. A Instituição da capela de Nossa Senhora do Carmo e de S. José e a construção do solar

De acordo com José de Campos e Sousa “*a parte mais antiga desta Casa, bem como a Capelinha (...) foram mandadas edificar pelo padre José Álvares Pereira, ou José Alves Pereira Leite, Fidalgo de Cotas de Armas, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Presbítero secular e Abade de Mateus, que vinculou à Capela certas propriedades conforme consta da Escritura de Dote e Património de 20 de Março de 1797 (...) e Provisão de 26 de Julho de 1813*”⁸. Ainda segundo o mesmo autor a casa foi acrescentada, nos inícios de Oitocentos, tendo “*então sido construída a parte nobre do actual conjunto arquitectónico, onde se admira uma pedra de armas do reverendo instituidor*”.

A parte mais recente da casa que corresponde a um terceiro piso, na parte situada a poente, é uma obra do século XX que em muito prejudicou a estética e a harmonia de linhas das construções anteriores.

Por sua vez Júlio Teixeira refere que foi o Pe. José Álvares Pereira “*quem mandou edificar a parte velha do solar e a Capela anexa, onde vinculou certas propriedades, deixando todos os seus bens a seu sobrinho José Paulo de Figueiredo, Tenente-Coronel de Milícias de Vila Real, filho de sua irmã D. Maria Teresa Alves Pereira, casada que foi com Manuel Teixeira Monteiro, de Vila Real*”⁹.

Esta última informação relativa àquele militar foi corrigida por Carlos de Barros que fez a genealogia da família e aponta algumas inexactidões¹⁰ na obra de Júlio Teixeira. Entre elas refere que José Paulo de Figueiredo não era filho de D. Maria Teresa Alves Pereira¹¹, (irmã do instituidor) mas sim seu genro, por haver casado com sua filha, D. Maria Angélica do Carmo Álvares Pereira Teixeira. No caso, o tenente-coronel era primo, em segundo grau, do Abade, já que era filho do capitão Manuel Lopes Alves (e de D. Maria Teresa de Figueiredo,

8 SOUSA, 1943: 170-173. Estes documentos foram publicados pelo Dr. Júlio Teixeira na obra monumental “Fidalgos de Vila Real e seu termo”, Vol. I, e são apresentados em anexo, no final deste estudo.

9 TEIXEIRA, 1990: 161.

10 BARROS, 1971: 29-36.

11 A análise do registo paroquial de casamento de José Paulo de Figueiredo com D. Maria Angélica não deixa margem para dúvidas quanto a este parentesco.

de Covas do Douro) que, por sua vez, era filho de António Alves Lopes, tio do padre instituidor da Capela.

Em boa verdade, se no documento de 1813 (anexo 1 – Provimento para instituição da capela) o instituidor diz que *“nomeava para seu primeiro administrador a seu sobrinho José Paulo de Figueiredo Tenente-Coronel de Melicias da dita Villa, seu universal herdeiro, que se tratava á lei da Nobreza e seus Pais”*, por certo chamar-lhe-á sobrinho pelo facto de ter casado com sua sobrinha direita D. Maria Angélica, o que aconteceu na igreja de S. Pedro, de Vila Real, em 3 de Julho de 1790.

1.3. O brasão da Casa de Urros

Na fachada principal está colocada ao centro, ao nível do terceiro piso, a formosa pedra de armas. Sanches de Baena faz referência a esse brasão passado a José de Álvares Pereira, presbítero secular e abade da igreja de S. Martinho de Mateus, em 21 de Julho de 1798, o qual se acha registado no livro VI, fls. 24 verso, do Cartório da Nobreza. Na descrição do brasão refere *“Um escudo ovado e partido em pala; na primeira as armas dos Alvares, e na segunda as dos Pereiras”*¹².

De acordo com Júlio Teixeira trata-se de um brasão de dignidade religiosa tendo um chapéu de abade em vez do timbre e *“representa na primeira pala os Freire de Andrade e na segunda os Pereiras”*¹³.

A pretensa diferença de leitura em relação aos apelidos representados é esclarecida por José de Campos e Sousa que refere que *“Neste escudo figuram pois, como sendo dos Alvarez, as armas privativas dos Andrades, da Anunciada, muitas vezes designados, nos*



Imagem 4 - Brasão da Casa de Urros
(foto de António Conde, 2014)

12 BAENA, 1873: 356.

13 TEIXEIRA, 1990: 161.

manuscritos heráldicos, por Alvarez de Andrada, conforme refere Anselmo Braancamp Freire”¹⁴. Este autor depois de fazer referência a dois cordões pendentes, entrelaçados a meio, no interior da copa do chapéu, não deixa de assinalar que este merece alguns reparos já que “*a aba devia ser direita e os cordões deviam pender das partes laterais do interior da copa*”¹⁵. Outro elemento apontado por Campos e Sousa é a presença, na primeira pala, por diferença, de “*uma brica com um farpão em banda, de ponta para cima*”¹⁶.

2. Genealogia do Instituidor da Capela de Nossa Senhora do Carmo e S. José, da Casa de Urros e do primeiro administrador

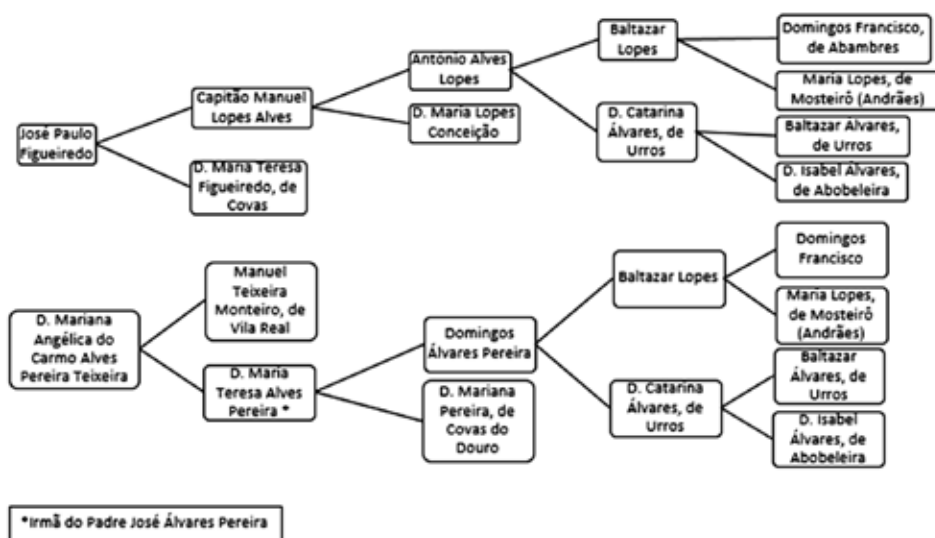


Imagem 5 – Genealogia do instituidor e do 1.º administrador, a partir da figura do administrador e da esposa

As linhas genealógicas do instituidor da Capela de Nossa Senhora do Carmo e de S. José, Pe. José Álvares Pereira, bem assim do primeiro administrador da mesma, Tenente-Coronel José Paulo de Figueiredo, são as constantes do mapa anexo, e foram feitas de acordo com os registos paroquiais e outra documentação, nomeadamente a Inquirição de genere do referido padre, de 1760.

14 SOUSA, 1943: 172.

15 SOUSA, 1943: 172.

16 SOUSA, 1943: 172.

3. A ligação dos Teixeira de Figueiredo aos Correias do Amaral, morgados de Vila Cova

Pelo casamento de José Paulo Teixeira de Figueiredo, segundo administrador e sobrinho-neto do instituidor, fidalgo da Casa Real, com D. Josefa Correia de Sousa Pinto do Amaral que teve lugar na Capela de Vale de Figueira, freguesia de Poiares do Douro, concelho de Canelas, em 3 de Fevereiro de 1853¹⁷, dá-se a ligação dos Teixeira de Figueiredo com os Amarais, descendentes dos morgados de Vila Cova. Esta aliança matrimonial, num casamento tardio em que o noivo tinha já 48 anos de idade, permitiu a fusão do vasto património dos Amarais com o da Casa de Urros, o que fez com que à sua morte fosse um dos mais ricos proprietários do concelho, tal como foi observado por Pinho Leal, em obra acima referida.

Quem eram os morgados de Vila Cova?

A já referida D. Josefa Pinto do Amaral era filha de Jerónimo Teixeira Correia Pinto do Amaral, natural de Vila Real e que havia casado em Canelas com D. Jerónima Maria. Era neta paterna de José Correia do Amaral e de D. Josefa Bernarda Teixeira de Fontoura.

Estes morgados tinham o seu solar com brasão na Rua do Jazigo, na esquina com a Rua da Amoreira, onde, em 1892, funcionou o Colégio de Nossa Senhora do Rosário, fundado pelo Monsenhor Jerónimo do Amaral. O edifício, que ficava no lugar onde se situa o actual edifício-sede da Misericórdia de Vila Real, foi demolido em 1916 para a construção do banco do Hospital da Misericórdia

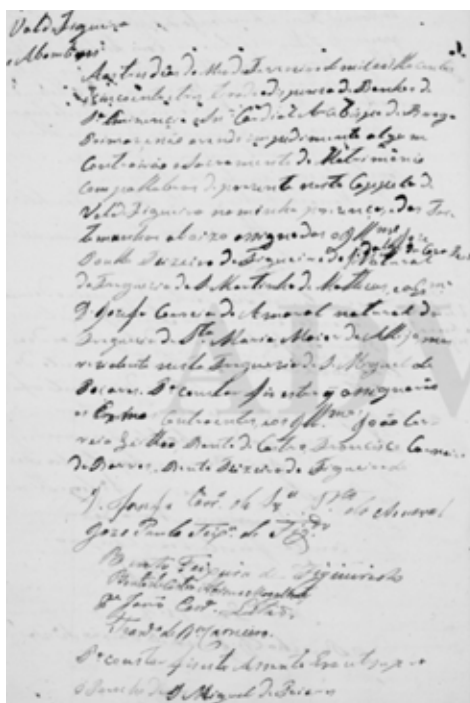


Imagem 6 – Registo paroquial de casamento de José Paulo Teixeira de Figueiredo e D. Josefa Correia do Amaral

PT-ADVRL-PRQ-PPRG08-002-060_m0029

17 Arquivo Distrital de Vila Real/Registos Paroquiais/Livro de Registos de Casamentos/Peso da Régua/Poiares, Anos de 1849 a 1859, p. 26v.

tendo o brasão de família sido apeado e recolhido no átrio do Palácio do Governo Civil. Desse património arquitectónico chegou até nós a capela de Santa Ana, felizmente recuperada pela Misericórdia de Vila Real, a qual ostenta na fachada principal o brasão dos Amarais.

Segundo Júlio Teixeira, que fez a genealogia dos Morgados de Vila Cova, o brasão representa. *“No primeiro quadrante, os Guedes, ramo, por varonia, dos Guedes, Senhores de Murça, de Água Revez e de Torre de D. Chama (...) No segundo quadrante, os Amarais oriundos duma antiga casa de Favaios. No terceiro, os Correias, descendentes da Casa de Farelães, ligados aos Botelhos, que o quarto quadrante representa pelo casamento de Affonso Botelho, 1.º Alcaide-Mor de Vila Real, com D. Thereza Correia”*¹⁸. Também Jaime Ferreira-Alves se refere a este brasão que se encontra no ático do coroamento o corpo da fachada, *“com elmo, timbre e paquife, com a forma de dois festões ondulantes. O remate faz-se por um frontão curvo interrompido de arco abatido, onde na parte central, numa espécie de acrotério, se levanta uma cruz”*¹⁹.

Na Relação de Vila Real e seu termo, do ano de 1721, é referido que na freguesia de Vila Cova *“Há uma quinta de grande districto, que compreende os dous lugares della, em que tem seus campos, prados, e outras propriedades e montes, com seus cazaes, prazos e foros, que de muito antigo tempo he pessuida de huma família de Botelhos Guedes Amaral (...). Sam naturais desta Villa Real, chamado vulgarmente o morgado de Vila Cova, em cujo lugar tem tão bem cazas nobres de vivenda”*²⁰. A esta casa andavam vinculados terrenos nas freguesias da Campeã e de Louredo e os referidos morgados viviam na sua casa de Vila Cova nos três meses do Verão.



Imagem 7 – Brasão dos Correia do Amaral na capela de Santa Ana
(foto de António Conde, 2013)

18 TEIXEIRA, 1990:133-134.

19 SOUSA, 2011: 288.

20 SOUSA, 1987: 541-543.

De acordo com as Memórias Paroquiais de 1758 da freguesia de Vila Cova “Tem esta freiguesia hum cavalheiro que assiste algum tempo o mais d'elle em Villa Real chamado Hironimo Correia Guedes de Amaral, que por sua antiguidade lhe paguam os moradores desta freiguesia o quinto dos fructos do pam”²¹.

O solar dos morgados de Vila Cova, cujo primeiro morgado foi António Botelho Guedes, casado com D. Catarina do Amaral, situava-se na Rua do Jazigo. Eram os morgados senhores de um vasto património em Vila Cova, já referido, em Favaio, Nogueira, Campeã, Louredo, Tanha, Alijó, etc. Aquando da demolição do solar, em 1916, foi poupada a Capela da Colegiada, em honra de Santa Ana.

Como refere Júlio Teixeira a capela e Colegiada “*foi mandada construir pelo Dr. Jerónimo Correia Guedes do Amaral, ouvidor na Parahiba do Norte [hoje cidade de João Pessoa], no Brazil, por escritura testamentária feita, em 9 de Dezembro de 1738, naquela cidade brasileira. Por esta mesma escritura foram seus irmãos Mathias Pinto do Amaral, 1º Administrador da Colegiada de Sant’Ana e José Botelho Guedes do Amaral, Morgado de Vila Cova e depois 2º Administrador da Colegiada obrigados a trasladar os seus ossos de Parahiba para a Capela da Colegiada, onde hoje ainda se encontram*”²².

O túmulo do instituidor encontra-se na parede da capela-mor, do lado do Evangelho, tendo escritos em latim, na tampa, traduzidos por Júlio Teixeira, do seguinte teor: “*D.O.M. [Deus omnia mundi] – Deus sobre todas as coisas. Jeronimo Correia do Amaral, filho de Antonio Botelho Guedes do Amaral e de D. Maria Amaral, Morgado de Vila Cova, Auditor Geral em Parahiba e em S. João d’El-Rei, fundou e dotou esta igreja; faleceu com setenta anos de idade no dia 26 de Dezembro do ano da graça de 1738. Jaz neste tumulo, até ao toque da trombeta final*”²³.

Quem era Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral?

Nascido em 1668, na casa dos morgados de Vila Cova, era filho de António Botelho Correia Guedes do Amaral, Morgado de Vila Cova e de D. Maria do Amaral. Frequentou a Universidade de Coimbra onde concluiu o bacharelato em Direito Civil e Canónico, após o que pediu ao rei D. João V para servir nos territórios ultramarinos, tendo sido nomeado ouvidor-geral do Rio das Mortes, em S. João d’El Rei e, mais tarde, na Paraiba do Norte, onde vivia numa casa sita na Rua Direita. Faleceu na Paraiba do Norte em 22 de Dezembro de 1738, tendo sido sepultado provisoriamente na Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

21 IAN-TT, Memórias Paroquiais, vol. 40, Mç. 198, Fls 1195-1198.

22 TEIXEIRA, 1990: 134.

23 TEIXEIRA, 1990: 135.

De acordo com Joaquim Jaime Ferreira-Alves “possuía, na Paraíba, o engenho de Gargaú, em Santa Rita, fundado por António Fernandes Brandão, em 1614. Com a produção do açúcar do engenho (...) fez fortuna, da qual beneficiaram os seus herdeiros (Morgados de Vila Cova) o que iria permitir fundar (...) uma capela, com colegiada, em Vila Real”²⁴. O mesmo autor refere que “Terminada a construção da Capela, os testamenteiros teriam que nomear cinco capelães, para rezarem em coro, com missa diária, por Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral e pelos administradores, devendo os capelães eleger entre si os ofícios e cargos que costumavam existir nas colegiadas”²⁵.

Em relação às características arquitectónicas e artísticas da referida capela Jaime Ferreira-Alves defende que o seu frontispício apresenta “uma permanência da linguagem formal e decorativa do barroco de transição da primeira para a segunda metade de Setecentos. A busca do efeito de surpresa, provocado pela variedade dos vãos, a acentuada verticalidade do eixo, constituído pela portada/janela principal/pedra de armas/chaves dos entablamentos/cruz, e a decoração vegetalista, contribuem para a sua ligação ao barroco vigente no norte e em Vila Real, que se encontra na sua fase de transição para um tardobarroco/rococó”. Contudo o autor, quando compara esta capela com as congéneres de Nossa Senhora dos Prazeres (do solar de Mateus), a capela de Santo António (de Arroios), e a Igreja de São Paulo (ou Capela Nova), considera que na capela de Santa Ana existe “uma menor volumetria nos elementos estruturais e decorativos; uma sensação de um certo despojamento; uma presença mais marcante dos espaços vazios, uma ausência de escultura e de outros elementos decorativos, frequentes no Barroco”²⁶.

4. Figuras ilustres ligadas à Casa de Urros

4.1. Padre José Álvares Pereira

Nasceu em 28 de Dezembro de 1740, na Quinta de Urros, freguesia de Mateus, filho legítimo de Domingos Álvares Pereira, natural de Mateus e de sua mulher Mariana Pereira, natural da freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa. Era neto paterno de Baltazar Alves Lopes e de Catarina Álvares, naturais da freguesia de Mateus e pela parte materna de Maurício Pereira, natural de Mosteirô (Andrães) e de Maria Lopes, natural de Covas do Douro.

24 SOUSA, 2011: 280.

25 SOUSA, 2011: 282.

26 SOUSA, 2011: 288.

Em Julho de 1760 solicitou junto do Sereníssimo Arcebispo de Braga, Dom Gaspar de Bragança (1758-1789), a sua admissão a ordens menores e sacras depois de terem lugar as diligências necessárias e achados nele os requisitos necessários. Manifestava o suplicante “*grande desejo de servir a Deos no estado Ecclesiastico e nelle amparar a seus Pays que são velhos e juntamente ajudar ao seu Reverendo Paroco na administração e dos Sacramentos por na sua freguezia haver necessidade de clérigos habilitados*”²⁷.

O suplicante foi admitido a 15 de Junho tendo pago as respectivas despesas. E logo a 23 de Agosto de 1760, na capela de Nossa Senhora dos Prazeres, em Mateus, se deslocou o Doutor Desembargador e Vigário Geral da Comarca de Vila Real, José Carneiro Vilar, juntamente com o Desembargador e Provisor do Arcebispado, José Maria Pinto e o escrivão dos Resíduos da Comarca, Pe. Manuel Rebelo a fim de fazer a Inquirição.

Foram ouvidas as testemunhas nomeadas pelo Pe. Domingos Xavier de Carvalho, no impedimento do pároco, sendo as mesmas “das mais antigas e christãos velhos”, nomeadamente:

- o reverendo Manuel Álvares de Carvalho, natural de Mateus, presbítero em S. Pedro, de 63 anos, morador no lugar de Urros.
- Domingos Francisco, viúvo, lavrador, de 65 anos, natural e morador em Abambres.
- Manuel de Carvalho, filho de Ana, solteira, natural e morador em Abambres, de 50 anos.
- João de Matos, casado, lavrador, natural e morador em Abambres, de 61 anos,
- João Alves de Matos, casado, estalajadeiro, natural e morador em Urros, de 55 anos.
- Domingos Gonçalves, viúvo, natural e morador no lugar de Mateus, de 68 anos.
- António Gonçalves, solteiro, filho de Domingos Rodrigues, lavrador, natural e morador no lugar de Mateus, de 54 anos de idade.
- Manuel Fernandes, viúvo, lavrador, natural de Paúlos (Folhadela) e assistente no lugar de Urros há 50 anos, tendo 73 anos de idade.
- Manuel Alves Ribeiro, lavrador, natural e morador em Abambres, de 51 anos.

E face ao teor dos depoimentos das testemunhas com quem o referido padre se havia também informado foi ali certificado que o justificante José Álvares Pereira “*por si e pelos sobreditos pae e avos paternos que dizem respeito a esta freguezia [de Mateus] he legitimo e inteiro christão velho sem raça alguma de infecta nação das reprovadas em direito contra a nossa Sancta fé catholica sem fama nem rumor em contrario*”²⁸.

27 ADB/Inquirição de genere et moribus – Processos de habilitação sacerdotal, Pasta 22108 – ano de 1760 – José Álvares Pereira (freguesia de São Martinho de Mateus – Vila Real), p. 2.
PT/UM-ADB/DIO/MAB/006/22165

28 Idem, p. 17.

Idênticas inquirições decorreram nas freguesias de São João de Covas do Douro, a 25 de Agosto, terra natal de sua mãe e avó materna e na de São Tiago de Andrães, a 27 de Agosto, terra natal de seu avô materno, Maurício Pereira, que casou na referida freguesia de Covas do Douro. Destas inquirições de testemunhas certificaram os referidos párocos serem os ditos familiares cristãos-velhos e os demais requisitos de limpeza de sangue.

José Álvares Pereira foi reitor da freguesia de S. Martinho de Mateus desde a sua ordenação até à sua morte, em 1 de Junho de 1822, tendo sido coadjuvado pelos diversos padres, nomeadamente Francisco José de Carvalho (1795-1804), Francisco Baptista (1804-1812) e Manuel Barroso Pereira (1812- 1823)²⁹.

As suas qualidades de homem e a sua formação de sacerdote não colheram a melhor aprovação da hierarquia da arquidiocese. Com efeito na visita paroquial feita pelo visitador P.e Domingos José de Paredes, reitor de S. Miguel de Lavradas, o referido representante do arcebispo de Braga, Frei Caetano Brandão (1790-1805) afirmava a propósito do reitor de Mateus:

*“Hé o reverendo José Alvarez Pereira, de idade, de cincoenta e três anos, filosofo, theologo, e pregador, tem huma instrução sofrível; e o seu zelo, no ministério de pároco, tãobem não hé grande; mas sofrível; não tem paz, com muitos dos seus freguezes, por ser muito orgulhoso, muito teimoso, vingativo, de espirito altivo, malédico, demandista, de sorte, que elle mesmo, me disse que tinha, sua inclinação a demandas; e que, não podia estar, sem alguma, para se divertir. Quanto aos seus costumes, foi rapaz, e de reprehensivel procedimento; mas há muitos anos que anda consta”*³⁰.

Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, o padre José Álvares Pereira faleceu na Casa de Urros, em 1 de Junho de 1822, tendo sido sepultado na capela-mor da igreja de São Martinho de Mateus.

4.2. Brigadeiro José Paulo de Figueiredo – 1º administrador

Natural de Abambres, onde nasceu em 1772, era filho do capitão Manuel

29 Esta lista peca por defeito uma vez que não existem livros de registos paroquiais da freguesia de S. Martinho de Mateus anteriores a 1795. Com efeito, e por paradoxal que possa parecer, todos os livros existentes arderam num incêndio que ocorreu em 1795 na casa da residência paroquial, segundo se diz por omissão do coadjutor Francisco José de Carvalho. Esta situação em muita penaliza o trabalho do investigador que se vê confrontado com a falta destas preciosas fontes históricas, para o estudo do passado da freguesia nos séculos XVII e XVIII.

30 SOUSA, 1976: 108. O estudo foi feito a partir da 1ª parte da visitação feito no ano de 1795 pelo visitador Pe. Domingos José de Paredes, reitor de S. Miguel de Lavradas feita a diversas freguesias (em número de 40) de Vila Real e região (Visitações paroquiais) – códice 1386 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

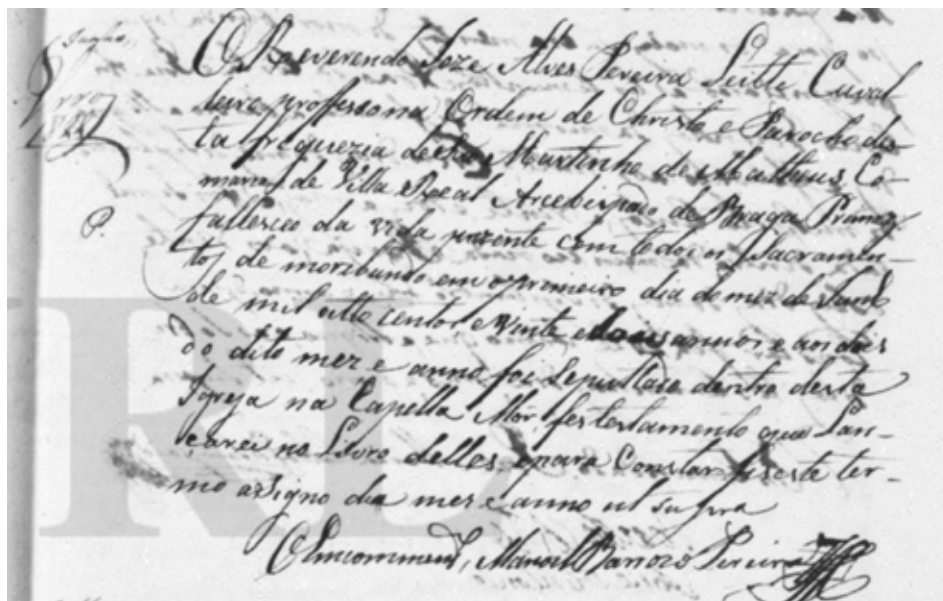


Imagem 8 – Registo paroquial de óbito do Pe. José Álvares Pereira

Lopes Álvares, natural de S. Martinho de Mateus, e de sua mulher Maria Teresa de Figueiredo, de Covas do Douro. Era neto, pela parte paterna, de António Alves Lopes e de D. Maria Lopes da Conceição, de Abambres.

José Paulo de Figueiredo casou na igreja de São Pedro de Vila Real, a 3 de Julho de 1790, com D. Mariana Angélica do Carmo Álvares Pereira Teixeira, senhora da Casa de Urros, filha legítima de Manuel Teixeira Monteiro, de S. Pedro e de sua mulher Maria Teresa Álvares Pereira, da Casa de Urros, freguesia de Mateus que era sobrinha, pelo lado materno, do Padre José Álvares Pereira Leite, abade de Mateus e instituidor da capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo e S. José, por escritura feita em Vila Real em 20 de Março de 1797.

Após o casamento residiram na Rua do Poço³¹, da freguesia de S. Pedro, tendo aí nascido os filhos Maria do Carmo³² (02.05.1791), António (16.07.1792),

31 A Rua do Poço teve nova denominação por edital de 9 de Fevereiro de 1867 do Governador Civil e Juiz de Direito, Eduardo de Serpa Pimentel passando a denominar-se Rua Central. Por deliberação da Câmara Municipal de Vila Real de 17 de Julho de 1957 a mesma rua passou a denominar-se Rua dos Combatentes da Grande Guerra, denominação que se mantém, na actualidade. (Cf. AZEVEDO, [197_]: 206-209)

32 D. Maria do Carmo, nascida em S. Pedro em 02.05.1791. Casou com seu primo Francisco Álvares Coelho de Freitas (da Casa de Arroios), em Mateus, em 17.01.1808.

Antónia (19.04.1794), Ana (04.08.1795), Bento (15.05.1797) e Lucrecia³³ (15.12.1798). A partir do ano de 1800 terão passado a residir na Casa de Urros, onde nasceram os filhos Isabel Augusta³⁴ (12.12.1800), Joana (19.06.1803) e José (18.04.1806), baptizados já na igreja de São Martinho de Mateus.

Foi tenente-coronel do Regimento de Milícias de Vila Real, cargo para o qual foi provido por decreto de 15 de Fevereiro de 1805, publicado no Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa, nº IX, de 2 de Março de 1805. Distinguiu-se durante as Guerras Peninsulares tendo sido condecorado.

Em 1812 era Coronel de Milícias do mesmo Regimento fazendo parte da relação dos oficiais dos Regimentos de Milícias a quem competiu a Cruz de condecoração, segundo as Regulações publicadas na Ordem do dia 28 de Março de 1820³⁵.

Em 1832 aparece referenciado o seu contributo financeiro, no valor de 4\$800 reis, no apoio às forças miguelistas, concorrendo com donativos para compra de sapatos que foram remetidos pelo Corregedor ao General Visconde de Santa Marta, Comandante do Exército. Na freguesia de Mateus também o Abade António Esteves Botelho, Luís Correia Leitão Júnior (da Quinta do Rato), Francisco Alves Coelho de Freitas (da Casa do Paço), capitão Bernardo Teixeira de Carvalho e seu irmão, o Abade Reservatário da Cumieira (da Casa das Quartas), contribuíram com donativos para esta causa³⁶.

Sendo brigadeiro reformado e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e sendo viúvo de D. Mariana Angélica, faleceu na Casa de Urros, com todos os sacramentos a 30 de Setembro de 1833, de idade de 62 anos, tendo missa de corpo presente e missa solene.

4.3. Monsenhor Jerónimo do Amaral

Nasceu na Casa de Urros em 4 de Novembro de 1859, filho de José Paulo Teixeira de Figueiredo e de D. Josefa Correia de Sousa Pinto do Amaral. Frequentou a Universidade de Coimbra onde se doutorou em Direito Civil e Canónico em 1882. Contudo não exerceu advocacia já que, entretanto, lhe despertou a vocação para a ordenação sacerdotal. Em 1891 partiu para Braga

33 Lucrecia Júlia Doroteia, nascido em S. Pedro em 15.12.1798; casou em Mateus em 02.02.1836, com o Dr. Bento de Castro Abreu de Magalhães, senhor do Casal da Breia – S. Nicolau de Basto.

34 Isabel Augusta, nascida em Mateus em 12.12.1800; casou em Mateus, em 13.08.1839, com Francisco de Barros Carneiro e Araújo, morgado de N.ª S.ª da Conceição, de Sanfins. (Família Teixeira de Barros Carneiros, Morgados de Nossa Senhora da Conceição, da Casa de Sanfins).

35 Publicadas no Diário do Governo, ano de 1822, pp. 1259-1260.

36 Gazeta de Lisboa, ano de 1833, p. 558-559.

para frequentar o Seminário Arquidiocesano mas o pedido foi indeferido. Através da família da cunhada requereu ao bispo de Viseu, D. António Alves Martins, a sua admissão o que foi aceite sendo autorizado a fazer exames para Ordens Menores e dispensado da frequência do Seminário.

E assim se ordenou padre nesse Seminário, em Fevereiro de 1892, tendo celebrado a primeira missa na capela de Nossa Senhora dos Prazeres, da Casa de Mateus, em 8 de Março de 1892.

Em 1892 fundou o colégio de Nossa Senhora do Rosário, destinado à educação de rapazes, o qual, em 1894, começou a funcionar em edifício próprio, de sua propriedade. Em 1896 ascendeu à dignidade de Monsenhor e foi nomeado para o cargo de Protonotário Apostólico em Vila Real; no ano seguinte era Juiz dos Resíduos e Casamentos na Comarca de Vila Real. Foi indicado para suceder ao bispo de Bragança e Miranda, D. António Mariz, após a morte deste, mas por excessiva modéstia, tudo fez para que não fosse indigitado no cargo.

Militou no Partido Progressista, chefiado a nível distrital pelo Conde de Vila Real, mas não exerceu cargos na Administração.

Após a implantação da República houve uma revolta dos alunos do seu estabelecimento e, embora com grande desgosto, mandou fechar a Colégio. Em 1917 após a pretensão da Câmara Municipal de instalar os Paços do Concelho no edifício do Hospital, ao tempo em que o Dr. Augusto Rua era Presidente da Câmara e Provedor da Misericórdia, vendeu o edifício do Colégio à Misericórdia, para instalação do Hospital.



Imagem 9 – Monsenhor Jerónimo do Amaral



Imagem 10 – Colégio de Nossa Senhora do Rosário, fundado pelo Monsenhor Jerónimo do Amaral, sendo visível a torre sineira da capela da Colegiada.

Em 1923 quando foi criada a Diocese de Vila Real foi nomeado Provisor e Vigário-Geral e proposto para seu bispo, mas acabou por renunciar. Pagou do seu bolso a bula pontificia da criação da diocese e cedeu um edifício para Paço Episcopal. Construiu à sua custa o edifício do Liceu que, em 1926, trocou com o velho convento de Santa Clara, o qual cedeu ao bispo de Vila Real, D. João Evangelista de Lima Vidal, para no seu lugar construir o Seminário diocesano.

Foi director diocesano do Apostolado da Oração e um propagador da fé, gastando parte da sua fortuna em obras de caridade e de combate à pobreza.

A ele se deve a construção do monumento a N.ª S.ª de Lurdes, no lugar da Costa do Pombo, tendo cedido o terreno e custeado as obras do parque e monumento à Virgem, inaugurado a 30 de Maio de 1909.

Em 1936, aquando da vinda do Presidente da República, General Óscar Carmona, a Vila Real, foi agraciado com a Comenda da Ordem da Instrução Pública.

Nas palavras de Nuno Botelho *“trocou uma vida de honrarias e facilidades pelo sacerdócio humilde, recusando as dignidades que lhe foram oferecidas, de bispo de Bragança e depois de Vila Real.(...) Dedicou-se também à benemerência, que quase podemos dizer que foi a grande razão de ser da sua vida. Dotado*



Imagem 11 – Busto de Monsenhor Jerónimo Amaral (foto de António Conde, 2013)

de grande bondade, colocou a sua fortuna ao serviço das grandes e pequenas obras de interesse social”³⁷.

A freguesia de Mateus, terra onde nasceu e viveu, por ocasião do 1.º Centenário da seu nascimento resolveu mandar colocar uma placa, em mármore, na frontaria da igreja, com o seu retrato e em sua homenagem, com os dizeres: *“Gratidão a Mons. Jerónimo de Figueiredo Amaral no 1.º Centenário do seu nascimento na casa de Urros em 4-XI-1859 e do seu Baptismo nesta Igreja Paroquial em 12-XI-1859. ‘Bem-aventurado o Homem que viveu sem mancha, e não correu atrás do dinheiro e das riquezas’. Fez maravilhas na sua vida. Cfr. Eccli. XXXI 8-9. Faleceu a 8-2-1944. A Freguesia de Mateus”*.

Faleceu este grande benemérito da freguesia e da cidade de Vila Real, na

37 BOTELHO, 2013: 63.

Casa de Urros, e foi sepultado na capela funerária daquela casa, no cemitério de Mateus.

Na década de 90, do século passado, foi inaugurado, junto à igreja de Mateus, um busto em bronze de Monsenhor Jerónimo do Amaral, da autoria do escultor Negrão.

A cidade de Vila Real, que atribui o seu nome a um arruamento junto à antiga Estação de caminho-de-ferro, prestou uma homenagem a este benemérito por ocasião da comemoração do VII Centenário do Foral de Vila Real, ocorrida em 1972, tendo publicado um trabalho de compilação de textos sobre o homenageado, aqui citada.

O seu nome foi atribuído a uma Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos, situada na Rua Dr. Sebastião Augusto Ribeiro, na freguesia de Mateus.

4.4. D. Maria de Lurdes Mendonça de Figueiredo Amaral

Nasceu em 5 de Agosto de 1891, na Casa de Urros, filha do Dr. Bento Teixeira de Figueiredo Amaral, 3.º administrador da casa, bacharel em Direito e de D. Maria da Piedade de Mendonça e Lemos de Azevedo, de Viseu³⁸.

Em 1927 fez parte da Comissão Administradora da Sopa dos Pobres de Vila Real, na qualidade de 1.ª secretária. Esta Comissão foi criada em 1923 por iniciativa do 1.º bispo da Diocese de Vila Real, D. João Evangelista de Lima Vidal, sendo uma das instituições humanitárias de maior alcance social de Vila Real, promovendo acções que visavam minorar a “*miséria em larga escala, socorrendo os indigentes, enfermos e pobres envergonhados*”. Os donativos para socorrer esses desprotegidos eram conseguidos pelas componentes da Comissão referida “*que não só organizam festas mas andam esmolando de porta em porta, e por todos os lugares públicos*”³⁹. Tudo isto numa perspectiva de alcance social, mas também religioso.

Casou com Fernando de Sousa Botelho de Almeida Leitão, professor de música, em 9 de Novembro de 1928, tendo vivido na Casa de Urros onde passou a administrar as propriedades da família, em nome do administrador, seu irmão, de nome Nicolau de Mendonça Falcão de Figueiredo Amaral, bacharel em Direito, Senhor da Casa e Quinta de S. Salvador, em Viseu. O casal não teve filhos e o marido faleceu em Mateus em 1 de Outubro de 1960.

38 Arquivo Distrital de Vila Real/Registos Paroquiais/ Baptismos/ Mateus – livro de registos de 1888 a 1896, p. 38.

39 [Anónimo], 1927: 219.

Faleceu D. Maria de Lurdes Amaral, na Casa de Urros, em 8 de Dezembro de 1983 e foi sepultada na capela funerária da Casa de Urros, no cemitério de Mateus.

D. Maria de Lurdes foi uma benemérita da freguesia de Mateus e da cidade de Vila Real. O seu nome faz parte da toponímia da freguesia de Mateus, no arruamento principal de Abambres, que liga o Largo da Baralha ao Bairro da Pimenta. O nome foi também atribuído a uma creche e jardim-de-infância, localizado junto ao Centro Social Paroquial de Mateus. De igual modo o campo do Abambres Sport Clube⁴⁰, tem o seu nome, num gesto de homenagem àquela senhora que no ano de 1973, depois de o clube ter sido espoliado, em Dezembro de 1967, do campo do Troviscal (que lhe foi doado por Francisco Lameirão) ofereceu o terreno necessário à construção de um novo campo de futebol. O nome de D. Maria de Lurdes Amaral foi atribuído ao referido campo de jogos, em 12 de Janeiro de 1974. Em 18 de Maio de 2002 foi inaugurado o campo de futebol de 7, a quem foi atribuído o nome de D. Maria da Piedade Amaral, sua sobrinha e última administradora da casa.

4.5. Fernando de Sousa Botelho de Almeida Leitão e Cunha Leitão

Era filho do Dr. Francisco Eduardo Joaquim de Almeida Leitão da Cunha Pimentel e Sousa, Bacharel em Direito, governador Civil da Guarda e de Coimbra, e de D. Ana Leopoldina de Sousa Botelho Correia Guedes do Amaral. Tinha ascendência pelo lado materno dos morgados de Vila Cova.



Imagem 12 - D. Maria de Lurdes Amaral, aos 35 anos
(foto de Alberto Meira
– Ilustração Moderna, 1927)

40 O clube foi fundado em 15 de Dezembro de 1967, sob a forma de agremiação cultural e desportiva, embora existisse desde a década de 40, um grupo popular de futebol que jogava com equipas das freguesias vizinhas aos domingos, no velho Campo do Troviscal. Foi constituído oficialmente com publicação no Diário do Governo em 9 de Abril de 1968. Contudo os primeiros órgãos sociais só foram eleitos na assembleia-geral de 30.09.1973.



Imagem 13 - Pianista Botelho Leitão, como ficou conhecido no mundo das artes musicais

Diplomou-se com o curso do Conservatório Nacional de Música, sendo um pianista exímio. Casou com D. Maria de Lurdes Mendonça de Figueiredo Amaral, em 9 de Novembro de 1928 e viveram na Casa de Urros.

Infelizmente é um artista pouco conhecido, mesmo nos meios musicais, apesar de ter sido um exímio executante musical e de ter composto vários trabalhos, sob o nome artístico de Botelho Leitão⁴¹, nomeadamente um álbum

41 Refira-se o álbum “Para as crianças”, editado pelas Edições Sassetti, com temas como “Cabra-Cega”, “Marcha dos soldados de Chumbo”, “Valsa”, “Mazurca”, “Dança do urso”, “Adormecendo a boneca”, “Estudo”, “Scherzinho”, “O meu moinho”, “Caixa de música”, “O Cavalinho a saltar” e “Arabesco”. Refira-se que alguns destes temas de Botelho Leitão foram recentemente executados no programa “101 teclistas para Dona Helena”, promovido pela Casa da Música do Porto, como forma de homenagear o legado pedagógico da artista Helena de Sá e Costa, o qual teve lugar a

para crianças intitulado “Para as crianças”. Foi professor particular de música tendo como alunos Joel Canhão (1927-2010) que foi um conceituado maestro, professor e poeta. Nos seus tempos de estudante privou com António Lima Fragoso (1897-1918), um nome incontornável da história da música portuguesa, que faleceu de pneumónica, em 1918, e lhe dedicou vários trabalhos e um texto intitulado “A Esfolhada” que foi exatamente a sua última carta.

Faleceu na Casa de Urros, em 1 de Outubro de 1960 e jaz sepultado na capela funerária da Casa de Urros, no cemitério de Mateus.

Notas finais

Aqui apresentámos breves apontamentos monográficos sobre uma das mais importantes casas senhoriais da freguesia de Mateus, onde para além da reconstituição do que sobre ela se tem escrito (o chamado estado da arte), em estudos muito fragmentados e dispersos, tentámos fazer uma viagem pelas origens da casa (com famílias que há muito viviam em lugares da freguesia de Mateus), pelos elementos mais importantes do seu património, e pelas alianças matrimoniais que uniram famílias de vários apelidos e proveniências, nomeadamente os morgados de Vila Cova, com solar na Rua do Jazigo, em Vila Real. É de referir a aliança matrimonial com outras famílias nobres da freguesia de Mateus, ligadas à Casa do Paço e das Quartas.

Outra das nossas preocupações foi apresentar uma micro-biografia das personalidades marcantes na vida desta casa senhorial, ao longo de cerca de dois



Imagem 14 – Álbum conhecido do pianista Botelho Leitão

séculos de história. De entre estas queremos aqui realçar a figura de D. Maria de Lurdes Amaral, uma benemérita da freguesia, que ainda conhecemos, aqui considerada como a “última administradora” desta casa senhorial, ainda que coadjuvada por sua sobrinha, D. Maria da Piedade Amaral, num tempo marcado pelo fim dos últimos resquícios “feudais”, que ainda existiam na freguesia.

Sob a sua administração a Casa de Urros conheceu o fim de um ciclo, iniciado ainda na década de 60 e acelerado com a Revolução do 25 de Abril, em que a mão-de-obra para trabalhar os campos e as vinhas praticamente desapareceu. Para isso contribuiu a guerra colonial, a emigração para a Europa e para a periferia das grandes cidades, a industrialização crescente na área da freguesia e a vontade das populações de ter acesso a empregos que lhe proporcionassem mais estabilidade e mais protecção social, tudo condições que o sector primário não podia oferecer. Entretanto a urbanização crescente, primeiro da área urbana da cidade que saltou para a margem esquerda do Rio Corgo, com a criação da Via de Cintura, e da própria freguesia de Mateus, motivou a procura de terrenos para construção. E daí que muitos dos terrenos da Casa de Urros foram rasgados por novas estradas ou deram lugar a novas urbanizações. Outros houve que ficaram semi-abandonados, marcando negativamente a paisagem e o imaginário das gentes da terra, cujas gerações mais velhas ainda conheceram os terrenos da freguesia devidamente tratados, mais parecendo jardins. Felizmente os tempos hoje são de mudança e alguns dos campos e vinhas desta freguesia, que bordejam as áreas urbanizadas, estão a ficar cultivados e mais cuidados.

Quanto ao património arquitectónico e artístico da Casa de Urros, nomeadamente o solar e capela de Nossa Senhora do Carmo e de S. José, esperamos que sejam encontradas sinergias para a sua recuperação de modo a vivificar os espaços e as paisagens, tal como o conheceram as gerações que, como nós, já dobraram há algum tempo, o meio século de vida.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- **Arquivo Nacional/Torre do Tombo**
- Cartório da Nobreza, Livro VI, fl. 24 v – Carta de Brasão passada a favor do Padre José Álvares Pereira (21.07.1798)
- Memórias Paroquiais, vol. 40, mç. 198, fls. 1195-1198.
- **Arquivo Distrital de Braga**
- Inquirição de genere et moribus – Processos de habilitação sacerdotal, Pasta 22108 – ano de 1760 – José Álvares Pereira (freguesia de São Martinho de Mateus – Vila Real), p. 2. - PT/UM-ADB/DIO/MAB/006/22165
- **Arquivo Distrital de Vila Real**
- Registos paroquiais da freguesia de Mateus/Baptismos, casamentos e óbitos –diversas décadas do século XIX.
- Registos Paroquiais/Livro de Registos de Casamentos/Peso da Régua/Poiares, anos de 1849 a 1859.
- **ALBUQUERQUE**, Teresa (coorden.) (2005) - Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo; Vila Real, Fundação Casa de Mateus.
- [Anónimo] (1927) – Em Vila Real – uma obra benemérita, Ilustração Moderna, 2.º ano, n.º 9, Janeiro de 1927, p. 219.
- **AUGUSTO**, Armindo, O.F.M (organiz.) (1972) - Mons. Jerónimo Amaral. Benemérito da Cidade, Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real (Edição integrada no VII Centenário do Foral de Vila Real: 1272-1972.
- **AZEVEDO**, Correia [197-] – Vila Real de Trás os Montes, Porto, Tipografia do Carvalhido, edição patrocinada pela Câmara Municipal de Vila Real.
- **BAENA**, Visconde de Sanches de (1873) - Arquivo Heráldico-Genealógico contendo notícias histórico-heráldicas, genealogias ..., Parte I Arquivo e Suplemento, Lisboa, Tipografia Universal.
- **BARROS**, Carlos (1971) – Famílias da Freguesia de S. Martinho de Mateus. Observações à obra “Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo”, do Dr. Júlio António Teixeira, Porto.
- **BOTELHO**, Nuno (2013) – *Pasta de Curso e Batina de Monsenhor Jerónimo Amaral*, in CABRAL, A.M. Pires; NEVES, Elísio Amaral (coorden.) – Vila Real. História ao Café, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal, 2ª edição revista.
- **CONDE**, António (2016) – *A “Vital Moura” (Maria Emília Teixeira de Moura) e a sua ligação aos Teixeiras Carneiro da Fontoura, da Quinta do Assento de Adoufe – uma benemérita de Vila Real*, Tellus – Revista de cultura trasmontana e duriense, n.º 64, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real.
- Diário do Governo, ano de 1822, pp. 1259-1260.
- Diário do Governo, I Série, de 23 de Novembro de 1960, pp. 2569-2570.
- Gazeta de Lisboa, ano de 1833.
- **LEAL**, Pinho (1886) - Portugal Antigo e Moderno: dicionario geographico, estatistico,

chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico, etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias, Lisboa, Mattos Moreira, Vol. XI.

- **PRATES**, Margarida da Cunha e Melo de Sousa (2014) – O Espólio do compositor António Fragoso (1897-1918). Análise do fundo musical e transcrição de sete manuscritos inéditos para piano”, Coimbra, Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado em Estudos Artísticos).
- **SOUSA**, Fernando (1976) – Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos fins do Século XVIII, Braga (Separata da Revista Bracara Augusta – Tomo XXX – Fasc. 70; Julho-Dezembro de 1976).
- **SOUSA**, Fernando de; **GONÇALVES**, Silva (1987) – Memórias de Vila Real, 2.º Volume, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real.
- **SOUSA**, Fernando; **FERREIRA-ALVES**, Natália Marinho (coorden.) (2011) – a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património, Porto CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- **SOUSA**, José de Campos e (1943) – *A Casa de Urros*, Boletim da Casa do Douro, ano 4º, nº 42, Junho de 1949, pp. 170-173.
- **TEIXEIRA**, Júlio A. (1990) – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo, Vol. I, Lisboa: Reedição Fac-Similada de J. A. Telles da Sylva.

ANEXOS

PROVISÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE UMA CAPELA NA QUINTA DE URROS, A FAVOR DO ABADE JOSÉ ALVES PEREIRA LEITE

“Dom João VI por graça de Deos Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber, que sendo-Me presente (...) o requerimento do Padre José Alves Pereira Leite, Cavaleiro Professo na Ordem de Christo, Parocho de São Martinho de Matheus, Termo de Villa Reall, suplicando-Me a graça de poder erigir junto ás cazas em que vivia no lugar de Matheus, e Quinta de Urros, huma Capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo e São José, precedendo do Ordinario, e que nella se dicesse huma missa diaria de esmolla de trezentos reis, para a qual constituia hum fundo pecuniario em dinheiro emprestado a juro na forma da Ley, e com as mais clauzulas, e condiçoens declaradas em seu testamento, por Escripturas publicas, afim de não poder destractar-se. E visto seu requerimento, informaçoens que se houverão pelo Provedor da Comarca de Lamego; e constar das mesmas informaçoens, e do auto de louvação, e mais deligências necessarias se mostrou, que os bens epothecados pelo suplicante para segurança e satisfação do legado, que pertendia estabelecer de hua missa diaria, e perpetua de esmolla de trezentos reis, constava alem do fundo de dois contos e cincoenta mil reis, em escrituras a juro, do rendimento de setecentos e vinte mil reis, etc. alem dos bens de sua herança; que nomeava para primeiro administrador a seu sobrinho José Paulo de Figueiredo Tenente-Coronel de Melicias da dita Villa, seu universal herdeiro, que se tratava á lei da Nobreza

e seus Pais. Tendo a tudo consideração, e a ser a Capela muito bem edificada, com os seus ornamentos decentes para a celebração do Santo Sacrificio, e constar igualmente pelo dito auto de vistoria e sumario das testemunhas a que se procedeu na dita Quinta de Urros, ser suficiente a abonação das epothecas estabelecidas para a satisfação do legado; sobre que foi ouvido o Procurador das Minha Corôa, e Conformando Me com o parecer da Meza:

Hey por bem conceder a necessaria faculdade para o suplicante constituir a Capela dedicada a Nossa Senhora e a São José, de que se trata, com huma missa diaria, em fundo de dinheiro somente da quantia de dois contos e cincoenta mil reis, com a clauzula de não onerar de alguma maneira os seus bens de raiz para o estabelecimento da dita Capela; sem embargo de qualquer Lei em contrario.

E mando se cumpra e guarde assim, e de maneira como esta Provisão se contem, a qual será registada aonde fôr necessario, e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do Livro segundo, titulo quarenta, em contrario.

Pagou de direitos vinte mil reis.

O Principe Nosso Senhor o mandou por seu especial mandado pellos Ministros abaixo assignados do Seu Conselho e Seu Dezembargador do Paço.

Joaquim Pedro de Miranda a fêz em Lisboa a vinte e seis de julho de mil oito centos e treze annos.”

Fonte: TEIXEIRA, 1990: 166

ESCRITURA DE DOTE E PATRIMÓNIO PARA INSTITUIÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO CARMO E DE SÃO JOSÉ, DA CASA DE URROS

“Escritura de Dote e Patrimonio que faz o Reverendo José Alves Pereira Leite Parocho da Igreja de Sam Martinho de Matheus deste Termo à Fabrica e Guizamentos da Capella que mandou fazer junto das suas cazas da mesma freguezia.

Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este publico Instrumento de Escripura de Dote e Patrimonio ou como em Direito melhor haja e diser se possa, virem em que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil setecentos e noventa e sete annos aos vinte dias do mês de Março do dito anno nesta Villa Real e meu Escriptorio perante mim appareceu o Reverendo José Alves Pereira Leite Parocho da Freguezia de Sam Martinho de Matheus deste termo e sendo pessoa reconhecida de mim Taballiam pello proprio de que dou fê, por elle foi dito na minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas e no fim deste Instrumento assignadas, que elle havia mandado fazer huma Capella junto de sua caza de que he Senhor no dito lugar de Matheus com a invocação de São José e Nossa Senhora do Monte do Carmo a qual se acha composta com decencia o todo o presizo, e com todos os paramentos nesessarios para nella se poderem celebrar as festividades; e para que a mesma Capella esteja sempre aseada com a mesma decencia com que prezentemente se acha e sempre tenha todos os ornamentos presizos, dice queria, e hera sua vontade que a mesma Capella tenha Patrimonio para do rendimento dos bens delle se ornar e ter sempre com decencia a mesma Cappela a qual dotava de

hoje para todo o sempre huma propriedade da Cortinha com suas arvores de fruta, etc. (...) cujos bens dice queria fiquem perpetuamente obrigados e hipotecados á fabrica e guizamentos da mesma Cappela sem que em tempo algum se possam vender, trocar, alliar ou escambar (...) com a mesma obrigação de ser o rendimento delles sempre obrigado á fabrica e guizamento da mesma Cappela, dizendo mais que a não hir nunca contra a sobredita Doação e Patrimonio da dita Cappela, obrigava como expecial hepotecas as sobreditadas propriedades dotadas, e na falta dellas bens dos seus sucessores que sejam de igual rendimento aos quais pasaram com a mesma obrigação; e assi o dice e outorgou de que dou fé e assignou com as testemunhas presentes Antonio José Gomes Basto e Raphael José da Silva desta mesma Villa que todos aqui assignaram depois deste ser lido e declarado por mim Francisco Teixeira de Carvalho. [assinaturas]

O dote que aqui fis trasladar por pessoa certa e de minha confidencia que bem e na verdade o fês sem couza que duvida faça em fé de que este subscrevi e asignei de meus sinais publico e razo de que uso nesta mesma Villa Real dia mês e anno ut supra.

Francisco Teixeira de Carvalho Taballião”

Fonte: TEIXEIRA, 1990: 165

Foi concluído este estudo, na Quinta da Levandeira (Abambres), em 8 de Maio de 2017.

*** O texto, por opção do autor, não respeita o Acordo Ortográfico em vigor.**

Agradecimentos:

- Ao Dr. A.M. Pires Cabral pela aprovação para publicação do presente estudo.
- À Junta de Freguesia de Mateus, na pessoa do seu presidente, Artur Ribeiro de Carvalho, pelo incentivo e apoio ao estudo do património material e imaterial da freguesia de Mateus.

Aspectos da Arte Periférica Setecentista no Distrito de Vila Real

Armando Palavras

O presente trabalho aborda três aspectos da arte de periferia no século XVIII, no distrito de Vila Real (**Fig. 1**): duas peças de estatuária na então vila de Vila Real, a pintura do retábulo da igreja de Nossa Senhora da Assunção da Breia de Jales, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, e as obras da capela-mor da igreja da Cumieira, bem como as da residência paroquial, no concelho de Santa Marta de Penaguião.



Fig. 1

No que diz respeito às obras da Cumieira, seria mais vantajoso, para uma leitura mais clara, separar as da capela-mor e as da residência paroquial. Contudo, a sua complexa e intrincada documentação levar-nos-ia a repetições constantes. As fontes de umas são as mesmas para as outras. Por essa razão optámos por seguir a ordem lógica das mesmas.

Quanto à documentação, apresentamos as fontes inéditas para os dois primeiros aspectos (Vila Real e Vila Pouca de Aguiar). Quanto ao terceiro aspecto (residência paroquial e capela-mor da Cumieira), apenas apresentamos a documentação inédita que se refere às imagens (o risco ou plantas). A restante já foi mencionada em outro trabalho¹.

1 Este tema já foi tratado noutro lugar. A sua documentação também. A tal propósito,

I - Duas peças de estatuária setecentistas Vila-realenses

Naturais de regiões onde o granito abundava, os mestres canteiros e pedreiros que trabalharam na região estavam habituados a lavrar este material.

Muitas destas obras regionais foram desenhadas por mestres de certa fama, maioritariamente polivalentes, trabalhando os vários materiais; ou por religiosos e pelo juiz da igreja, cujos apontamentos os mestres tinham de seguir rigorosamente. Neles estava o risco (planta) da obra e as condições da mesma. Fossem obras de alvenaria, carpintaria, talha, pintura ou douramento de imagens e retábulos.

Outras foram executadas por artistas locais, também polivalentes, ou especializados numa das técnicas utilizadas.

Grande parte destas obras eram feitas mediante o gosto de quem decidia. Muitas vezes impunham o estilo para as peças. Em muitos casos, não era permitido ao mestre arrematante, participar noutras obras sem acabar aquela, mas diversas vezes não cumprida. Essa prerrogativa só era permitida a alguns, cuja fama na especialidade lhes dava um estatuto diferente. Por essa razão alguns se encontravam a concluir determinada obra, sendo assistentes noutra.

Aos mestres, se porventura verificassem que não eram capazes de concluir a obra como havia ficado estipulado no contrato, era ainda permitido desistirem da mesma e trespassá-la a outro.

Para além das obras de pedraria, talha ou pintura, as obras de escultura eram feitas por estes mestres. Ao fazerem a obra de entalhamento, por exemplo, era-lhes proposto que fizessem este ou aquele santo. Ou seja, muita da imaginária existente nas igrejas da região, foi elaborada por estes mestres.

Em meados do século XVIII foram executadas duas peças escultóricas de relevante valor simbólico para a cidade de Vila Real (à época vila): A estátua que representava a vila (**Fig. 2 e 3**)², figura de mulher guerreira com lança, escudo e elmo; e ao mesmo tempo a imagem de Nossa Senhora da Conceição (**Fig. 4 e 5**) por quem os vila-realenses sempre foram devotos.

A primeira serviu de remate aos arcos da galeria³ no Campo do Tabulado.

cf. PALAVRAS, Armando, *A igreja da Cumieira enquanto pertença do Padroado da Universidade de Coimbra – Suposta pintura de Nicolau Nazoni*, revista Brigantia, vol XXXII, Bragança, 2012/2013, pp. 355-376. Contudo, as imagens são agora publicadas pela primeira vez.

2 As fotografias **2, 3, 4 e 5** são da autoria de Fabiana Alexandra Pereira Palavras, finalista do mestrado de Arquitectura.

3 Arrematada pelo mestre pedreiro Matias Lourenço de Matos, juntamente com o seu irmão João Lourenço de Matos e os mestres pedreiros António Santos, de Vila Real, e João Fernandes, do lugar da Timpeira. Cf. ALVES, J.B. Ferreira, *Matias Lourenço de Matos, mestre pedreiro de Vila*



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

Mas depressa ganhou lugar de pódio no imaginário vila-realense. Em 1884 a estátua foi apeada porque se demoliram os arcos para se construir um mercado fechado. Em 1894 foi colocada na fonte do Jardim da Carreira⁴, e em Novembro de 1916 é apeada da fonte para ser colocada a encimar a fachada do novo edifício dos Paços do Concelho, onde se manteve até aos dias de hoje⁵.

A segunda foi colocada na Fonte de Santo António da Carreira⁶ (**Doc. 1**).

As duas peças escultóricas foram realizadas pelo mestre estatuário do Minho, António de Nogueira, que as arrematou a 10 de Setembro de 1755, por 30 mil e 200 reis. No mesmo dia foi arrematada a pintura da imagem de Nossa Senhora da Carreira pelo mestre pintor de Vila Real, José António, pela quantia de 16 mil reis (**Doc. 2**).

II - Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Breia (Jales)

Os contratos no século XVIII caracterizavam-se pela sua complexidade, seguindo várias etapas. Uma delas era o concurso público à obra. Foi o que sucedeu na igreja da Breia, em relação à execução da pintura do retábulo do altar-mor.

O início de cada obra era precedido por um conjunto de formalidades que se destacam na documentação. Antes de tudo, a obra era arrematada em hasta pública a mando do corregedor da Comarca. Anunciada em editais públicos, no maior número possível de lugares e em dias de grande movimento, como por exemplo o dia de mercado, com o fito de concorrer o maior número de mestres⁷. Era costume o mestre dirigir-se ao local da obra para a examinar, antes de firmar um contrato celebrado entre o contratante, normalmente o juiz da igreja e eleitos em representação da freguesia, e o contratado, o mestre responsável pela mesma. Fosse para obra nova, fosse para restauração.

Era feito, de seguida, o seu auto de arrematação. E a arrematação seria

Real no século XVIII, Estudos Transmontanos, nº 1, 1983, p. 243. Sobre as obras deste e de outros mestres pedreiros e canteiros de Vila Real cf, PALAVRAS, Armando, *Pedaços de Trás-os-Montes: três momentos da mesma História*, Estudos Transmontanos e Durienses, nº 13, 2007, pp. 107-111.

4 Em artigo de António Adérito Alves Conde (revista *Tellus*, nº 65, 2016, p. 16) é reproduzida uma imagem da fonte da Carreira, no início do século XX, quando ainda tinha a estátua “Vila Real”.

5 A tal propósito, cf. *Vila Real — História ao Café*, ed. Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real, Vila Real, pp. 241-243.

6 Conhecida ainda por Fonte de São Francisco (a nova), Fonte da Carreira de Baixo, Fonte da Carreira ou Fonte Joanina, que foi a construída entre 1738 e 1739.

7 Procurava-se assim, que fosse dado o maior número de lances, para haver concorrência de preços.

realizada, com frequência, em dia de mercado. Era ainda costume, embora não apareça em todos os autos, registar o comprometimento do mestre em termos de conclusão da obra e o tipo de pagamentos. A arrematação terminava com um acto simbólico: a entrega do ramo, por parte do porteiro ao arrematante, como sinal de se ter selado o contrato.

Após a arrematação, o mestre assinava juntamente com o corregedor e o escrivão o termo de obrigação, também chamado “termo de lanço”. Aí comprometia-se fazê-la segundo os apontamentos, no período combinado⁸. A seguir lavrava-se termo de fiança, assinado pelos fiadores, onde se comprometiam financiar o mestre, e pelos abonadores destes. Aos abonadores e fiadores competia responsabilizarem-se pelas cláusulas contratuais. O fiador fiava o mestre para este poder levantar os pagamentos, os abonadores abonavam os fiadores. É que se ao artista sucedesse um problema grave, como por exemplo a morte, era aos fiadores e abonadores que cabia a responsabilidade pelos débitos deste. Normalmente, eram pessoas de posses, ou artesãos. Muitos deles eram artistas assistentes em obras locais. Mas nem sempre era assim. Estes encargos cabiam, por vezes, aos herdeiros.

Reafirmava-se qual a obra em questão e o preço por que fora arrematada, registando o nome do mestre. Era depois lavrado termo de como o arrematante da obra havia assinado os apontamentos, normalmente no escritório do escrivão.

Finalmente, este processo, na maioria das vezes, era transformado em escritura pública no notário. É certo que este último passo, muitas vezes se não concretizava na medida em que os “papéis” passados pelo contratante, quando se tratava de confrarias, elementos ligados à Igreja, ou a senhores, quando assinados tinham o valor de escritura.

Uma cláusula relevante destes contratos era a vistoria da obra, também designada *auto de louvação*. Antes de ser entregue ao contratante, a obra era, normalmente, vistoriada ou revista por mestres do mesmo ofício⁹, na maioria dos casos, ou por alguém nomeado para o efeito pela entidade promotora como inspector das mesmas.

Este complexo processo podia ainda tornar-se mais complicado se por ventura o mestre acabasse por desistir da obra ou se houvesse outro mestre que recorresse do lance atribuído.

É bem notória a complexidade processual que envolvia a realização das obras setecentistas, permitindo acompanhar o desenvolvimento de cada

8 Era da norma apresentar também o risco, o qual o mestre se obrigava a assinar.

9 Prática já antes seguida, mencionada por autores como Luís Manuel de Moraes Teixeira ou Vitor Serrão, entre outros.

obra, estabelecendo até, cronologias precisas, desde a projecção à execução. E nesta complexidade, elementos vários intervêm, dando-nos um conhecimento, não só factual, como contextual, deveras relevante para um estudo, não só específico como global. Através deste processo são conhecidos os intervenientes: os mestres, os oficiais, os magistrados, as testemunhas, os abonadores, os fiadores, as instituições contratantes, etc.

Muitos artesãos desconhecidos renascem. Através deles se trava conhecimento com as várias actividades económicas que então se desenvolviam localmente. As ruas, os locais de arrematação, tudo vive neste complexo processo.

A igreja da Breia é uma edificação setecentista. De nave única, possui alguma monumentalidade. A fachada principal é de pano único, ladeado por pilastras-cunhais. Ostenta axialmente o portal de lintel recto moldurado, com cornija saliente, rematada por um nicho. O alçado é ainda constituído por duas janelas verticais de contorno superior e inferior arredondado, terminando em empena triangular rematada por uma cruz. Recuada em relação à frontaria, do lado norte, destaca-se a torre sineira, de secção quadrangular, com três pisos – o último ornado com sinos – com remate bolboso.

Como as suas congéneres de periferia, foi sujeita a um processo ornamental do interior.

Pertencia à Comenda de São Miguel das Três Minas (Jales), cujo comendador era o Conde de Oeiras. Vicente Anastácio de Novais (natural de Vilar de Maçada) era o administrador da dita Comenda.

No arquivo da Comenda aparecem dois documentos para a realização de obras na capela-mor da igreja:

1 – Os apontamentos assinados (sem data) pelo escultor vila-realense, Francisco Xavier Correia¹⁰, para a realização do retábulo da Capela-mor, pelo qual pedia 500 mil reis. Deles se destaca:

“Apontamentos pelloos cuais se há-de fazer o Retablo da Capella mayor da Igreja da Breja de Jalles, a Coal será feita e eijzcutada na forma deste risco

- 1 - será feita de madejra muito seque e sam, para que não rache.
- 2 - sera bem Labrada e Limp<a> e muito justa em toda obra e rreSaltiados.
- 3 - sera a talha moderna bem fejta e na forma do rrisco eizcutada.
- 4 - sera este retablo fejto com vam e escadas para a entrada do Camarote”

(Doc.3).

10 O mesmo que havia trespassado a obra de carpintaria (que incluía o coro) para a igreja de Sedielos (Santa Marta de Penaguião), a 17 de Janeiro de 1756. A tal propósito, Cf. PALAVRAS, Armando, *A Actividade construtora nos Templos de Penaguião no século XVIII*, Tellus, Revista de cultura transmontana e duriense, Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real, Vila Real, n.º 59, 2013, pp. 30-31.

Aos apontamentos, o mestre acrescentava o risco (**Doc 4**) – **Fig. 6**.

2 – A escritura para pintar e dourar a capela-mor, a cuja obra concorreu o pintor de Bouças, João Baptista de Carvalho, e o recibo de um pagamento (**Doc. 1 e 2**).

A quatro de Novembro de 1783, no escritório do tabelião Jerónimo José de Araújo Carneiro, em Vila Real, foi lavrada escritura para pintar e dourar a capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Assunção da Breia (Jales)¹¹. As obras arrematadas pelo preço de 350 mil reis, pelo mestre pintor João Baptista de Carvalho, natural do lugar de Bouças (do mesmo termo), tinham sido postas a lanços a 19 de Outubro do mesmo ano. Teriam de seguir os apontamentos elaborados pelo reverendo Doutor Joze Fernandes Jales. Segundo os mesmos, esta empreitada seria iniciada no Domingo da Pascoela do ano de 1784. E o mestre pintor seria pago em três prestações, a saber: a primeira, a terça parte do ajuste e arrematação, no início da obra, o segundo a meio da mesma, e o terceiro quando concluída, sendo depois examinada pelos administradores (**Doc 1**).

A 18 de Julho de 1785, é passado recibo de 118 mil reis correspondentes ao último pagamento, por Francisco Xavier de Montes, rendeiro da dita comenda, assinado pelo mestre pintor (**Doc. 2**).

III - As obras da residência paroquial e da capela-mor da Cumieira, enquanto pertença do padroado da Universidade de Coimbra

Esta igreja fazia parte dos bens do Colégio das Artes, a quem passou a



Fig. 6. risco do retábulo

11 Noutro parágrafo da escritura é dito “...a obra de pintura de dourar e pintar a capela mor da Igreja de Nossa Senhora de Jales...”

pertencer não se sabe muito bem desde quando nem porquê. Sabemos que em 1757/58 pertencia ao Arcebispado de Braga. Só a partir dessa data passou a fazer parte do Padroado da Universidade, ao seu Património Novo¹², constituído pelo conjunto de bens advindos, em 1774, da Companhia de Jesus, dado que o Colégio das Artes com todos os seus bens regressara já à posse da Universidade em 1772, por Provisão de 16 de Outubro¹³. A confirmação da Bula em missiva de sete de Fevereiro de 1784 pelo bacharel Bernardo António Teixeira Mourão e sua mulher Antónia Joaquina, que estaria na base desta transferência, também não é esclarecedora¹⁴. Como o documento de 1774 lhe não faz qualquer referência, esta transferência teria sido consumada no período que medeia o ano de 1758 e 1772. O ano ao certo não o sabemos, bem como as razões que estariam na causa da mesma.

Já pertença do padroado da Universidade, é feita a “Relação das cazas e herdades pertencentes à Igreja de Santa Eulália da Comieira, extrahida do Tombo respectivo”. Esta Relação, sem data, além de descrever os bens da igreja nos vários lugares – aldeia de Bertelo, lugar da Sercegueda, freguesia de Poiães, vale de Lobrigos, São Miguel de Lobrigos e Quinta das Lamas – descreve-nos o título do assento da igreja, o título da redondeza do assento, o termo e o limite da freguesia da igreja.

1 - A actividade construtora na centúria de Setecentos

A nove de Abril de 1783, por ordenação régia, o juiz de fora de Santa Marta de Penaguião é incumbido de promover, verificar e aprovar o concurso para a reparação dos telhados e pintura exterior da capela-mor.

A 23 de Maio do mesmo ano, o escrivão das sisas e direitos reais de lanços de Santa Marta, redige o termo de apresentação da ordem dada ao juiz de fora, António da Silva Salgado. Proceder à arrematação do conserto da capela-mor da

12 A tal propósito, cf. PALAVRAS, Armando, *As igrejas do Padroado da Universidade de Coimbra – Bispado de Lamego*, Revista *Tellus* (revista de cultura transmontana e duriense), Grémio literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real, Vila Real, 2016, pp. 25-54.

13 O Colégio das Artes, segundo António de Vasconcelos (1939) foi instituído por alvará de 16 de Fevereiro de 1553, principiando, contudo, a funcionar em 1548 (*Os Colégios Universitários de Coimbra*, p. 61). Foi entregue à Companhia de Jesus até 1759, ano em que esta foi expulsa de Portugal por decreto do Marquês de Pombal. Advinha, portanto, da tradição colegial medieval. Estas agremiações estavam anexas às Universidades.

14 A Bula da União da Igreja da Cumieira ao Colégio das Artes é ainda referida em documento sobre a Cóngrua do pároco. A tal propósito, cf. PALAVRAS, Armando, *A igreja da Cumieira enquanto pertença do Padroado da Universidade de Coimbra – Suposta pintura de Nicolau Nazoni*, revista *Brigantia*, vol XXXII, Bragança, 2012/2013, pp. 355-376.

igreja de Santa Eulália da Cumieira. Desta forma, o juiz de fora teria, primeiro, de passar a ordem em editais, para assim se proceder à dita arrematação.

Com este termo onde, para além de se mandar fazer o “Aluamento” por fora, se deve consertar os telhados da capela-mor, se levantam dúvidas sobre a suposta pintura da igreja da Cumieira, atribuída a Nicolau Nasoni por diversos autores¹⁵.

A 28 de Maio é elaborado auto de arrematação para esta obra, sendo arrematada por João Dias Pires¹⁶, do Salgueiral, oferecendo o lanço de 29.000 reis. Foi depois assinado termo de lanço e de fiança no mesmo dia.

Cerca de um mês depois, a obra estava concluída e a 1 de Junho é dada ordem “para se pagar ao empreiteiro João Dias Pires “o preço de arrematação de sua Empreitada por estar feita e concluída”, estando “Conforme os apontamentos que se lhe derão”. A 17 desse mês, o juiz de fora informa que o empreiteiro “dezeja saber donde deve ser pago dos seus trabalhos”.

Para estas obras foram elaborados os apontamentos e os riscos pela Universidade. Embora não estando datados e dispersos no arquivo documental da mesma, a menção feita a Manuel dos Anjos, indica-nos a época da sua execução.

Neste conjunto, são apresentados os apontamentos sobre os consertos da capela-mor da igreja da Cumieira, onde se diz para retelhar a sacristia, compor os telhados da capela- mor, “advertindo que Junto ao pé da parede da mesma Capella Mor será tilhado Meio dobrado sinco palmos. Sera a cal caBeja o que sera trasada tres por dois”. Também é apresentado o risco para casa de residência da igreja de Santa Eulália da Cumieira (**Doc. 1 – Fig. 7 e 8**), assinado por André

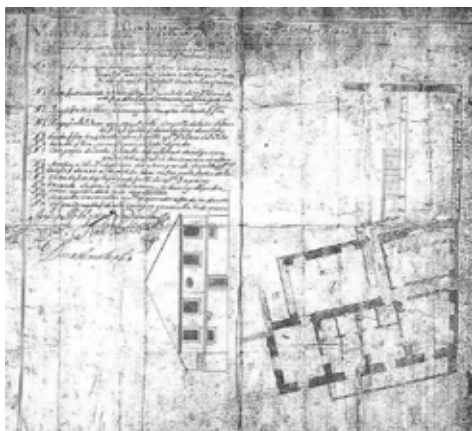


Fig. 7. planta - risco - residencia paroquial

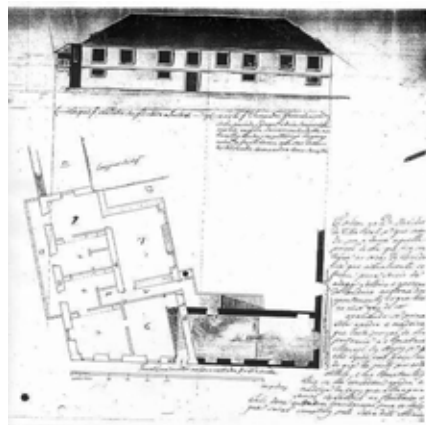


Fig. 8. planta - risco - residencia paroquial

15 A tal propósito cf. PALAVRAS, Armando, *Idem*, pp. 355-376.

16 É, provavelmente, o mesmo João Dias que construiu a torre da igreja de Fontes em 1789.

Ribeiro Pinto Gomes da Cunha e mestre Francisco Oliveira, arrematantes (**Doc. 2 – Fig. 9 e 10**), e o risco para a capela-mor e sacristia assinado por António José (**Doc. 3 – Fig. 11**).

Neste conjunto de documentos são ainda apresentados os “Apontamentos da obra de pedreiro Carpinteiro e Trolha que se a-de fazer em 1 huma adega Contígua as Cazas da Risidencia do Reverendo Vigário de Nossa Senhora da Comieira”,

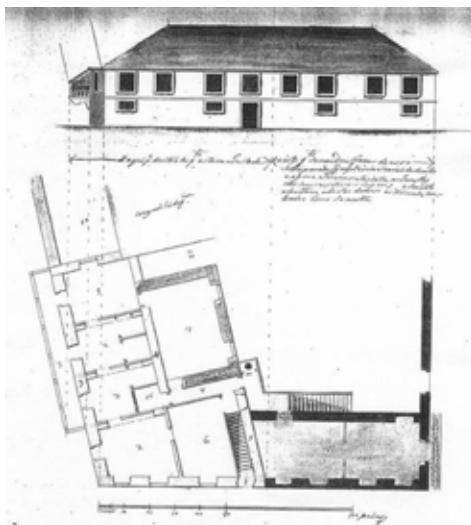


Fig. 9. planta - risco - residencia paroquial



Fig. 9. planta - risco - residencia paroquial

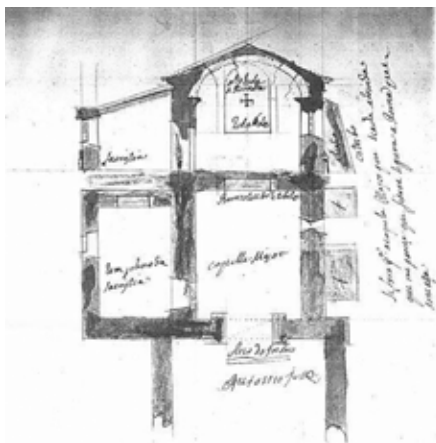


Fig. 11. planta - risco - capela mor

para a qual aproveitaram a “pedra e madeira que ocupa huma pequena e pobre caza que ate agora servia de tulha a qual será de MoLida”. Para estas obras se vinha advertindo como se mostra na “Relação de Ornatos e mais couzas necessarias para esta Igreja de Santa Eulalia da Comieira”, sem data. Nela se alertava para a necessidade de reformar as casas da residência – telhados, paredes e sobrados –, reforma do armazém dos vinhos de feitoria e do lagar.

De António José, o único documento existente neste acervo da Cumieira, é o indicado acima.

Refere-se ao risco (e apontamentos) da capela-mor. Porém, a referência em documento a Manuel dos Anjos, indica-nos que só pode ser aquele mestre carpinteiro a quem Alexandre Alves (2001) faz referência. Morava na rua Nova, ao pé da Rua da Fonte de Almedina. Aparece frequentemente como fiador, a partir de Agosto de 1777, em escrituras de obrigação de obras. Alerta ainda o autor para a sociedade formada, a perdas e ganhos, a 14 de Fevereiro de 1782, respeitante à obra dos armazéns da Companhia do Alto Douro na Régua¹⁷. Ora esta sociedade foi feita com Manuel dos Anjos, Francisco Ferreira e José Pires¹⁸.

O que nos diz António José nos apontamentos é que a abóbada da capela-mor se encontra arruinada. Justificando assim, as dúvidas sobre a suposta pintura da igreja da Cumieira, atribuída a Nicolau Nasoni.

Mas também é conhecida a deslocação do arquitecto Manuel Alves Macamboa, a pedido da Universidade, datado de 15 de Abril de 1780, à igreja de Santa Eulália da Cumieira, para mandar fazer os concertos necessários na capela-mor, sacristia e casas da residência, fazendo os respectivos apontamentos¹⁹. De facto, esse documento, assinado pelo deputado secretário da Junta Luís José Foucalt²⁰, ordena ao mestre das obras Manuel Alves Macamboa que “vá sem perda de tempo” à igreja de Santa Eulália da Cumieira. Ordenava-se ainda ao juiz de fora de Santa Marta de Penaguião que suspendesse a arrematação antecedente, remetendo o auto e apontamentos.

Contudo, não encontramos nenhuns apontamentos subscritos pelo arquitecto. Apenas a correcção do orçamento da residência paroquial.

A 12 de Setembro de 1788 o procurador da Universidade no Arcebispado Primaz, procede a inventário da igreja da Cumieira, ao qual faremos referência pela importância da informação nele contida, ainda que lateral. Informa-nos sobre o estado de conservação das peças artísticas, do património e as obrigações das partes – Universidade e fregueses.

Faz referência aos sete altares. O altar-mor pertença da Universidade e os seis do corpo da igreja pertença dos fregueses. Aos fregueses competia “fabricar

17 *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*, Vol II, Governo Civil de Viseu, Viseu, p. 64.

18 *Idem.*, Vol I, pp. 96-97.

19 CRAVEIRO, Lurdes, *Manuel Alves Macamboa, Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, Subsídios para a História da Arte portuguesa*, XXXI, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1990, p.48

20 A quem já nos referimos em estudo anterior, acerca dos apontamentos para a igreja de São Pedro de Paus (Sernancelhe). A tal propósito, cf. PALAVRAS, Armando, *As igrejas do Padroado da Universidade de Coimbra – Bispado de Lamego*, Revista *Tellus* (revista de cultura transmontana e Alto duriense), Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Real, Vila Real, 2016, pp. 25-54,

o corpo da Igreja”, enquanto à “Universidade de Coimbra a quem se achão unidos os fructos desta Igreja a obrigação de fabricar a sua Capella mor, sachristia e cazas da Residência (...)”.

Além de indicar o estado de conservação da tribuna do altar-mor, “toda dourada e com muyta decencia e perfeição”, alude à existência de algumas imagens²¹. Do lado do Evangelho “se acha hua Imagem grande da Santa Padroeira, dourada e estofada e muyto decente”, e do lado da Epistola “se acha a Imagem de Santo Antonio tambem pintada e dourada”²².

As casas da residência paroquial, por esta altura, não necessitavam de ser intervencionadas²³.

Entre 15 de Março de 1792 e 24 de Outubro de 1793 foi feito o rol das despesas das igrejas da Universidade. Nele constavam as da igreja da Cumieira. Estas pequenas despesas podem não nos dar grande informação sobre obras de relevo, mas transmitem-nos informação suplementar sobre os artistas locais²⁴.

21 Tinham-se cumprido os capítulos de 1786.

22 Por esta informação se retira a importância inestimável destes inventários. Através deles sabe-se hoje da existência de peças de arte desaparecidas. Ou, pelo contrário, servem para confirmar se as peças de hoje são as mesmas de ontem.

Além da imaginária, garantem-nos a existência de outras peças sacras e alfaías litúrgicas de grande valor artístico, bem como do seu estado de conservação. “Item seis castiças de pao Com sua entalha prateados mas o prateamento já negro e debotado”, acrescenta o documento.

A indicação dos materiais constitutivos das peças, também está presente. O ouro, a prata e, no caso da madeira, o castanho. Madeira praticamente utilizada em toda a região por ser a de maior qualidade e de maior resistência às variações de temperatura. Para além do castanheiro ser uma árvore de grande tradição na região. Acerca do castanheiro e da sua tradição em terras transmontanas, cf. MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes no século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Instituto nacional de Investigação Científica, Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1981 pp.75-76.

23 Estavam “com decencia”. Apenas as paredes da “lógea” precisavam de ser rebocadas e o sobrado concertado. O armazém do vinho de feitoria precisava de algumas obras na parede de norte e a casa do lagar estava arruinada, por isso, com a sua telha se iria “Retelhar hua Logea da caza da Renda e a caza do azeite”.

24 Destas, julgamos ser de alguma importância trazer ao estudo apenas algumas. A 28 de Maio gastaram-se 01\$600 com um jogo de sacras em madeira, feitas pelo entalhador João Pinto. Este entalhador, com todas as probabilidades de ser um mestre local, sem ter ainda sido referenciado pela historiografia, tanto quanto conseguimos apurar, já a oito de Junho se tinha gasto 2\$800 com o risco da casa da residência do pároco da Igreja de Santa Maria de Ferreiros, executado pelo mestre pedreiro António José Lopes.

A sete de Junho gastaram-se 01\$200 na pintura e douramento do jogo de sacras. A 25 de Junho gastou-se em pregos, com “hum official” que “acondicionou o caixão dos paramentos”, 00\$090. E com o transporte feito por um almocreve, 01\$200. A sete de Abril entregaram-se ao mercador António Vieira de Sousa 12\$075 pelo forro do sacrário.

Só a 16 de Julho de 1794 é dada ordem ao pároco José Rodrigues Teixeira Telles, para fazer obras de alguma monta na igreja. Reparar o telhado da capela-mor e sacristia, além de outras consideradas menores²⁵. Dada na sequência da informação precedida do mesmo, onde alerta a Universidade para os capítulos da visita de cinco de Outubro de 1793.

Já no início da centúria de oitocentos, o então pároco colado da igreja da Cumieira, Manuel Inácio de Araújo, comunica à Universidade as péssimas condições da residência paroquial²⁶, originando lanços cujos orçamentos foram revistos pelo arquitecto responsável da Universidade, Manuel Alves Macamboa, aos quais propôs alterações consideráveis, forçando a Universidade a propor novos lanços que não excedessem os orçamentos do arquitecto.

2 - A actividade construtora na centúria de Oitocentos

A 30 de Maio de 1801, são dadas instruções, pela Universidade, ao juiz de fora de Santa Marta para “mandar fazer apontamentos e orçamentos”, reforçadas a 22 de Junho do mesmo ano por provisão real. Mandava-se que o magistrado procedesse a todas as “averiguaçoens necessarias” sobre o estado da residência paroquial, o que havia feito a 21 de Julho desse ano. O lanço para a obra de “trolhas e caiadores” foi de 220.000 reis oferecido por José da Silva, mestre trolha residente em Vila Real. O lanço para a obra de carpintaria foi de 290.000 reis, oferecido por Manuel da Silva, carpinteiro do lugar de Fogendes²⁷, termo de Vila Real, que apresentaram apontamentos e orçamentos. O parecer do juiz de fora, foi arquivado pela Universidade a 26 de Setembro de 1801.

25 Isto vai ao encontro do afirmado pelo pároco Lemos em 1804, como veremos. Dizia ele, por esta altura que as obras de empreita eram “imperfeitíssimas”. E pelos vistos eram. João Dias Pires tinha terminado esta obra em 1783, passados onze anos precisaram de se fazer de novo. Outra razão para a morosidade das mesmas.

26 Denota o reverendo, alguma indignação pela situação, responsabilizando a Universidade. Mas, mesmo antes o havia feito informando a mesma Universidade.

27 O Dr. Pires Cabral, numa revisão do artigo, alertou-nos desta forma: ‘Fogendes’ é totalmente desconhecido em terras de Vila Real. Haverá alguma possibilidade de ser ‘Tuizendes’, essa sim, uma povoação do concelho?’. Não tendo à mão, por exemplo, as “Memórias Paroquiais” (1758) de Luís Cardoso, ou o “Portugal Antigo e Moderno” de Pinho Leal para comprovar, ou para emendar, se fosse o caso, socorremo-nos dos dados do “Numeramento de 1527-1532”. E, na verdade, o director da Tellus, agiu bem, e com toda a razão, em fazer a observação, porque no “Numeramento” aparece na freguesia de “Torgeda”, o lugar de “Tuhisendos”.

Contudo, à cautela, quando vertemos o documento oitocentista do Arquivo da Universidade de Coimbra, este foi revisto pela Dr^a Lina Oliveira, paleógrafa. E a sua revisão coincidiu com a nossa versão. Fomos rever o documento e a toponímia que lá consta é mesmo “Fogendes”. Se erro houve foi do escrivão do manuscrito. Contudo, como alerta o Dr. Pires Cabral, deve ler-se “Tuizendes”.

Apesar de ter sido lançada em editais, em 1802, não “houve lanço algum”. Porque ninguém se interessou pelos preços reformulados por Macamboa. Este impasse obriga a nova provisão real datada de 31 – mês ilegível – de 1803.

A 10 de Setembro desse ano, o pároco Inácio de Araújo informa a Universidade do estado da residência há três anos a esta parte – em ruína.

A 20 de Fevereiro de 1804 faz-se a arrematação da obra, expedida a 31 de Outubro de 1803. A obra de carpintaria foi arrematada por José Pereira de Carvalho e as de trolha e cal por Manuel Pinto Brandão²⁸.

Todavia, ao orçamento apresentado por José Pereira de Carvalho onde refere algumas obras na capela-mor e sacristia, juntou-se um outro de mestre Filipe Moyos. Só justificável porque os dois mestres deveriam trabalhar em parceria.

Cumpria-se assim, o pretendido na provisão real de 21 de Fevereiro de 1803. Para estas obras e arrematação, o escrivão de Santa Marta, Joaquim Manuel Seixas, redigiu termo a 26 de Março de 1804. Todavia, declarava: “o Rematante” ainda não tinha assinado o auto nem tinha dado as fianças. O próprio pároco da freguesia, Manuel Inácio de Araújo e Lemos, se ofereceu, a 21 de Abril desse ano, “a mandar concertar a mesma obra pelo mesmo preço que os Arrematantes a tinham tomado”. A 24 de Abril desse ano, o juiz de fora, João Moreira Pinto, pede para a Universidade “expedir ordem para o primeiro pagamento”. A 14 de Outubro desse ano, o reverendo, dirigindo-se a Marçal da Costa Barradas, declara estar a obra quase concluída e, deste modo, devia ser dada ordem ao rendeiro para pagar o 2º pagamento. Requeria, posteriormente, a certidão de preço e quantia sobre a arrematação das obras. Contudo, ainda em 1807, o mesmo reverendo dava informação idêntica. A 13 de Novembro de 1807, Manuel Pinto Brandão arrematou a obra de caiação. A 25 de Novembro desse ano é expedida ordem para o juiz de fora proceder à vistoria dessa obra e o caiador Manuel Pinto Brandão certifica tê-la arrematado.

Só a 14 de Maio de 1808 é dada ordem para pagar a José Pereira de Carvalho. Dos três pagamentos apenas tinha recebido dois. A 22 de Outubro de 1808, é dada nova ordem para novamente se por a obra “a lanços”. Ordenava-se para estes lances não excederem os preços de 1801. O impasse em resolver a questão, prolongado durante sete anos, devia-se a um litígio judicial entre a Universidade e o rendeiro. Por isso a obra tinha sido embargada sob a forma de sequestro. Eram, porém, as dificuldades financeiras do rendeiro João Rebello Catallão a origem do impasse e do litígio. Noutro documento, o rendeiro especifica melhor as razões. Justificava-se, para o não cumprimento, com a entrada do exército francês no Douro.

28 Ambos de Vila Real.

Em 1818 deu-se conta ao Juízo da Casa do Despacho de todos os capítulos e visitas por cumprir na capela-mor e na casa paroquial da Cumieira. Assim, fez-se logo “nas diligencias do Estillo” orçar todas as obras por mestres próprios, na quantia de 881.000 reis.

Por isso se mandaram sequestrar os rendimentos da igreja. Efectuado o sequestro em 50 pipas de vinho de Embarque, propunha-se a sua arrematação para cobrir o orçamento acima.

Designadas seguidamente as várias visitas, na de 1795 propunha-se o concerto do “Solho, e pavimento “da capela-mor e dourar os seis castiçais do altar-mor. Bem como a compra de um paramento de damasco vermelho para a festa da padroeira²⁹. Na de 1802, além de algumas obras recomendadas em 1795, propunha-se o concerto da residência: paredes, portas, janelas, telhados e alguns forros. Quanto à de 1818, propunham-se praticamente as obras recomendadas em 1802.

Ou por litígio judicial, ou pelas outras razões indiciadas documentalmente, estas obras da Cumieira primaram pela grande morosidade.

A 19 de Março de 1821 expedia-se ordem ao procurador da Universidade para, quando pudesse, mandasse fazer os apontamentos e orçamentos das obras necessárias, “tanto da Igreja como das Cazas da Rezidencia”, pondo-as “a Lanços”.

Este, Teotónio de Alpoim Lobato, por sua vez, dava conta da necessidade das mesmas, descrevendo o seu estado calamitoso, de quase ruína. Lamentava-se do seu estado de saúde, alertando para a enorme distância entre a sua residência e a Cumieira: 25 léguas. Ainda por cima “de mau caminho”³⁰, propondo a conveniência em ser o procurador de Lamego a “inspecionar esta obra” de “carpintaria, cayador e mesmo castiçais” porque se encontrava a três léguas. Quanto aos paramentos e alfaias, dava a sugestão para serem feitos em Braga³¹.

A 22 de Junho desse ano o procurador Teotónio Lobato, expede missiva reincidindo no seu lamentável estado de saúde, desculpando-se pelo facto de não ter podido corresponder ao pedido em Portaria de 28 de Maio desse ano: “formalizar apontamentos e orsamento da despeza que se poderá fazer com as obras de absoluta necessidade da Igreja de Santa Eulalia da Comieira e Rezidencia, por as mesmas a Lanços, e remetter os termos delles”.

Propunha, contudo, a sua fiscalização através do procurador de Lamego,

29 Através deste documento conclui-se da antiguidade da festa popular da freguesia.

30 Informação sobre o péssimo estado das estradas de então.

31 Esta sugestão é interessante porque através dela podemos conhecer um dos locais de origem das peças sacras.

a três léguas de distância, tendo pedido ao padre Manuel Guedes Mourão, encomendado da igreja, o seu parecer sobre essa possibilidade pois as obras “exigem brevidade, não só por que se estraga tudo, e se faz depois mayor despeza, mas também por que da Caza do Despacho apertão...”³².

A 20 de Julho de 1822, por provisão régia, ordena-se ao procurador de Lamego para mandar formalizar apontamentos e orçamento das obras. Nessa altura o procurador da Universidade, Teotónio Lobato, informa sobre as obras capituladas: o pavimento da capela-mor e os concertos da residência paroquial, bem como a casa do rendeiro.

Referindo-se à Portaria de 28 de Maio passado, reincide nas desculpas acima. Dessa forma esse trabalho “se não effeituou”. Todavia, concordava na grande necessidade de se fazerem as obras, declarando ter mandado fazer na freguesia da Cumieira, os apontamentos remetidos “que só servirão para fazer algum conceito do que he preciso, pois estão incuriaes”. Recomendava ainda, a necessidade de se nomear um novo procurador devido ao seu actual estado de saúde.

A 27 de Agosto de 1822 são assinados esses apontamentos por Francisco Pinto de Araújo e pelo mestre pedreiro Manuel Teixeira e o mestre carpinteiro João de Oliveira. As obras da capela-mor e da sacristia referiam-se ao soalho. Precisavam ser novamente “abarrotadas” de madeira de castanho, pois o actual “solho” estava podre. Precisavam ainda de lhes compor os telhados, com as beiras e cumes rematados com argamassa e cal. Estas obras foram arrematadas pela quantia de 120 mil reis.

Em Setembro de 1822 mandava-se informar Manuel Baptista sobre o orçamento apresentado por aqueles mestres, remetendo-se os apontamentos a 29 de Agosto desse ano. Porém, a 10 de Maio do mesmo ano dava-se ordem para “por a lanços e arrematar comtanto que se não exceda o preço arbitrado pelo Mestre Baptista”. Contudo, um ano depois, a 6 de Maio de 1823 são remetidos por António Baptista Freire, ao vice-reitor da Universidade, novos apontamentos “precisos fazer na Igreja e Sacristia e Capella Mor e Cazes de Rezidencia de Santa Eulalia da Comieira”.

A 24 de Maio desse ano a Universidade era informada sobre o estado de calamidade da casa da residência paroquial e dos armazéns do vinho; a 23 de Junho o vice-reitor da Universidade dava ordem para se fazerem os paramentos, mandando novamente fazer apontamentos e orçamentos destinados à casa da residência paroquial. Por isso, o Colégio das Artes, a quem pertencia o padroado da Cumieira, propôs à Junta da Companhia do Alto Douro a 20 de Agosto desse ano, a compra do vinho pertencente aos seus rendimentos. Com esse dinheiro

32 Teotónio Lobato sentia-se pressionado para o cumprimento das obras.

suportaria as obras. Contudo, a Companhia a um de Setembro do mesmo ano, muito respeitosamente responde negativamente ao pedido porque “lhe he absolutamente impraticavel a compra dos referidos vinhos”. Apesar de tudo, para “prova dos seus bons dezejões” punha à disposição do colégio, “emprestadas, e não alugadas”, o número de vasilhas necessárias para o guardar.

A nove de Novembro de 1849 é arrematada a obra de “caliamento” para a igreja da Cumieira, por Domingos Rodrigues da freguesia de São Pedro de Vila Real, pelo preço de 59.500 reis. Esta arrematação foi conduzida pela junta da paróquia. Desta obra constava o concerto de todo o telhado com telha nova, as paredes rebocadas com cal e areia, limpeza do forro e toda a igreja “caliada” por dentro e por fora.

Nota conclusiva

Os contratos no século XVIII caracterizavam-se pela sua complexidade, seguindo várias etapas.

Antes de tudo, a obra era arrematada em hasta pública a mando do corregedor da Comarca. Anunciada em editais públicos, no maior número possível de lugares e em dias de grande movimento, como por exemplo o dia de mercado.

Era feito, de seguida, o seu auto de arrematação. Era ainda costume, embora não apareça em todos os autos, registar o comprometimento do mestre em termos de conclusão da obra e o tipo de pagamentos. A arrematação terminava com um acto simbólico: a entrega do ramo, por parte do porteiro ao arrematante, como sinal de se ter selado o contrato.

Após a arrematação, o mestre assinava juntamente com o corregedor e o escrivão o termo de obrigação, também chamado “termo de lanço”. Aí comprometia-se fazê-la segundo os apontamentos, no período combinado. A seguir lavrava-se termo de fiança, assinado pelos fiadores, onde se comprometiam financiar o mestre, e pelos abonadores destes. Aos abonadores e fiadores competia responsabilizarem-se pelas cláusulas contratuais. O fiador fiava o mestre para este poder levantar os pagamentos, os abonadores abonavam os fiadores. Normalmente, eram pessoas de posses, ou artesãos. Muitos deles eram artistas assistentes em obras locais.

Finalmente, este processo, na maioria das vezes, era transformado em escritura pública no notário.

Uma cláusula relevante destes contratos era a vistoria da obra, também designada auto de louvação. Antes de ser entregue ao contratante, a obra era, normalmente, vistoriada ou revista por mestres do mesmo ofício, na maioria dos casos, ou por alguém nomeado para o efeito pela entidade promotora como inspector das mesmas.

Naturais de regiões onde o granito abundava, os mestres canteiros e pedreiros que trabalharam na região estavam habituados a lavar este material.

Para além das obras de pedraria, talha ou pintura, as obras de escultura eram feitas por estes mestres. Ao fazerem a obra de entalhamento, por exemplo, era-lhes proposto que fizessem este ou aquele santo. Ou seja, muita da imaginária existente nas igrejas da região, foi elaborada por estes mestres polivalentes.

Alguns eram artistas regionais, ao adquirirem certa fama, outros eram artistas locais, muitas vezes polivalentes, outras especializados em certas técnicas.

Foram estes mestres que participaram nas obras de estatuária em Vila Real, nas obras de talha e pintura em Vila Pouca de Aguiar, e nas obras da residência paroquial e na capela-mor da igreja da Cumieira.

Todas as rendas da igreja da Cumieira transitaram para a Universidade, ficando ligada ao Colégio das Artes. Contudo, o único documento onde é feita referência directa à Bula de União é datado de 1784 e não menciona o ano em que essa ordem régia foi promulgada³³.

Quanto às obrigações das partes, é bem explícito que o corpo da igreja era pertença dos fregueses, tendo a Universidade a obrigação de zelar pela sacristia, capela-mor e casas da residência.

As primeiras obras de que temos conhecimento, realizadas nesta igreja, são datadas do ano de 1776. Contudo, a primeira intervenção de alguma envergadura, é apenas registada numa provisão régia de 1780, onde transparece um litígio entre a Universidade e o empreiteiro lamecense, Manuel dos Anjos.

Nas várias intervenções até finais do século XVIII, existe uma mescla de artistas locais, lamecenses e vila-realenses.

Estas intervenções, apesar de tudo, nunca foram concluídas, pelo menos até 1849. As reformas efectuadas nesta igreja, principalmente na sacristia e capela-mor, foram sucessivas, prolongando-se pela época oitocentista.

33 Um outro faz-lhe referência indirecta. Aquele onde se levanta a polémica sobre a cônica do pároco. E não é datado. No entanto, parece-nos ser já de oitocentos.

Fontes manuscritas

I - Duas peças de estatuária setecentistas Vila-realenses

Arquivo Municipal de Vila Real

Doc. 1 – Auto de arrematação da Senhora da Conceição e estátua da figura de vila Real

Arquivo Municipal de Vila Real, 002 D/001 fl36v-37

Doc. 2 – Auto de arrematação da pintura da Imagem de Nossa Senhora da Carreira

Arquivo Municipal de Vila Real, 002 D/001³⁴

16.000

II – Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Breia – Jales

Arquivo de Pombal, Biblioteca Nacional³⁵

Doc. 1 – Biblioteca Nacional, Arquivo Pombal, Mass. 46.

Doc. 2 – Biblioteca Nacional, Arquivo Pombal, Mass. 46

Doc. 3 – Biblioteca Nacional, Arquivo Pombal Mass. 109, caderno 4.

Doc. 4 – Biblioteca Nacional, Arquivo Pombal, Mass. 46 (imagem do texto: 6)

III – As obras da residência paroquial e da capela-mor da Cumieira, enquanto pertença do padroado da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC); Dep. IV, 1.ª E, Est. 6, tab 2, n.º 13

Doc. 1 e 2 – Plantas (residência paroquial)

DESENHOS COM LEGENDAS (imagens do texto: 7,8,9 e 10)

Risco da obra que manda fazer a Universidade de Coimbra para Caza de Residencia da Igreja de Santa Eulalia da Cumieira.

N.º 1 porta de escada dentro do adro

N.º 2 Armazem para adega nos subterraneos e por cima 1 Sala 2 gabinetes e Caza de Jantar com porta para a Cozinha que he a casa que fica

N.º 3 Parede que deve procurar firme donde elle estiver e ter de grosso no cabouço 8 palmos ate o olivel da terra e ate o vigamento 6 dahi ate o frival 3/2 toda feita com Cal e asim a frontaria

N.º 4 parede que por arruinada e por fazer a purpiedade paralela de 30 de vão se a-de faze<r> de novo ainda que a cozinha podese algum corte

N.º 5 Parede que a-de estroser = ou ao menos atar com a qina da Cozinha que fica

N.º 6 Adega para o Reverendo Paroco e por cima para Salla com porta debaixo da Janela que deita para o pátio que deixa das cazas demolidas

N.º 7 Cozinha que fica com 2 Janellas novas para o patio e porta para a Caza de Jantar

34 Arrematação feita a 10 de Setembro de 1755. A folha não está numerada.

35 Este arquivo encontrava-se, à época, a ser inventariado.

- N.º 8 Corredor que tem serventia por 2 escadas de pedra
- N.º 9 Caza propia de Jantar 1 Janella sobre o tilhado da adega nova
- N.º 10 Senefica a dita nova adega sobre cuia parede Levanta 10 palmos
- N.º 11 Canpo que deixão as demolidas Cazas no fim porta para a Rua da Pia
- N.º 12 Entrada para os dois Lagares e defronte leva porta para os pasais
- N.º 13 Varanda suspensa sobre ao menos 10 Caxorros de pedra
- N.º 14 Comũa no patim da Escada do patio novo
- N.º 15 Cazazinha com serventia somente para o corredor a fim de ser do moso
- N.º 16 Cor emcarnada que denota o antigo = e amarella tudo o novo

Andre Ribeiro pinto gomes d'acernhão
 Mestre Francisco de oliveira
 Dos aRematantes

- N.º 1 porta de esCada dentro no adro defronte da torre da Igreja da Cumieira
- N.º 2 Armazem para adega nos subeterranios e por sima 1Salla 2 Gabinetes e Caza de Jantar com porta para a Cozinha que he a casa que fica antiga
- N.º 3 parede que deve proCurar firme donde estiver e ter de grosso No cabouço 8 palmos ate o nivel da terra e ate o vigamento 6 depois 3/2 tod[a] feita com Cal e assim a frontaria
- N.º 4 parede que por arruinada e para fazer a propiedade paralela de 30 de vão se a-de fazer de novo ainda que a cozinha podese algum corte fazer
- N.º 5 Parede que a-de estrosar ou ao menos a ter com a qina da Cozinha que fica
- N.º 6 Adega para o Reverendo Paroco e por sima para Salla com porta de escada no adro
- N.º 7 Cozinha que fica com 2 Jenellas Novas para o patio e porta no Corredor e Caza de Jantar
- N.º 8 Corredor que tera serventia por 2 escadas de pedra
- N.º 9 Caza propia de Jantar com 1 Jenella sobre o tilhado da adega chamada a nova
- N.º 10 Senefica a dita nova adega sobre Cuia parede Levanta 10 palmos
- N.º 11 Campo que Avião de deixar-se Cazas que novamente Se mandou sedozir a continua da adega para rendeiros com 2 sobrados [...] sima para seleiro e sua asistensia
- N.º 12 entrada para os dois Lagares digo adegas com porta na fasia da rua
- N.º 13 Varanda suspensa sobre o menos 10 cachoros de pedra
- N.º 14 Comua no patim da Escada do patio novo
- N.º 15 Cozinha com serventia somente para o corredor e no fim Caza propia para moso
- N.º 16 Cor emcarnada que denota o antigo assim como o amarello que he de novo = e a Cor Carmezim he a obra para o novo aJuste.

daqui para dentro he quanto estava ajustado
 e isto quanto se mandou fazer de novo sobre paredes que na primeira se uzão de demolir e agora servem metendo-lhe as jenellas nos seus respetivos lugares e somente a frentedoria a-de ser de novo estrosendo com o adro como se mostra

Cazas não sei de quem
 Frontaria dentro no adro voltada para o Nasente

Parede que se muda para estorser com o adro quando nova

Por ordem ao Doutor Ouvidor de Villa Real para que mande por a lanços aquella porção de obra que fica contigua as cazas de Residencia que actualmente se fazem para servir de adega selleiro e apozento do Rendeiro na forma dos apontamentos o que tudo no risco vai de cor

Avaliando-se primeiro toda a pedra e madeira que desta porção de obra pertencia ao Rematante Manuel dos Anjos para que elle depois não peça mais do que he justo por este titulo, e ao Rematante futuro se lhe concedem a pedra e madeira das Cazas que athe agora serviam de Selleiro ao Rendeiro o que tudo deve entrar em consideração para os Lanços que serão remetidos pelo sobredito Ministro

Doc. 3 – Plantas (Capela-mor da igreja da Cumieira)

DESENHO COM LEGENDAS (imagem do texto: 11)

abobeda aRoinada

Retabolo

Sacristia

Terapleno da Sacristia

Bemzuleu do Retabolo

Capella Major

Arco do Inboco

Arco do estribo

Se fara para a capela Major que se acha aRoinda que me parece que ficara segura a Roina que ameaça

Antonio Joze

Gremio Villarealense

Elísio Amaral Neves

A Revista *Tellus* reproduz neste número os Estatutos de um importante clube social vila-realense, o *Gremio Villarealense*, aprovados por alvará de 2 de Janeiro de 1882 do Governador Civil do distrito de Vila Real, José Pinto de Mesquita Gouveia. Porém, a semelhança (apenas de nome) com o *Grémio Literário Vila-Realense* sugere-nos uma breve contextualização sobre essa instituição.

«Há quem pense que veio, como algumas outras modas correntes na Europa, na bagagem de D. Pedro, ao desembarcar no Mindelo, em 8 de Julho de 1832», uma forma de associativismo — os clubes sociais e outras colectividades de recreio —, que permitia um convívio agradável, instrução e um certo estatuto social¹.

Em Vila Real, no entanto, esses clubes sociais — de que são exemplo, na década de 1830, o *Club de Villa Real* (de que pouco se sabe e nada tem a ver com um outro com o mesmo nome, surgido em 1894, e que ainda hoje existe) e a *Assembleia Nacional Villarealense*, «inaugurada em 4 de Abril de 1836, com grande aparato: missa cantada no extinto Convento de São Francisco, parada militar de forças de infantaria e cavalaria, o acto solene de fundação, com a oratória habitual, baile com orquestra e recitativos, chá e refrescos» —, têm uma espécie de antepassado, a *Sala de Divertimento*, «surgida [nas noites de inverno

1 Elísio Amaral Neves e A. M. Pires Cabral, *Vila Real – História ao Café*. 2.ª edição, revista, Vila Real, 2013, pp. 123-6; “200 anos de clubes sociais em Vila Real”, comunicação de Elísio Amaral Neves, 8 de Fevereiro de 2000.

de 1807 para 1808] um pouco para ajudar a conservar o fervor patriótico numa altura em que a ameaça francesa se estendia sobre Portugal»².

Francisco Teixeira de Carvalho, administrador do Correio de Vila Real e um dos responsáveis pela fundação da referida sociedade de recreio³, em jeito de correspondente, dirigiu uma carta ao periódico *O Leal Portuguez*, com data de 25 de Setembro de 1808, em que refere: «superiores a todos os receios no tempo do jugo francês, haviam estabelecido, como a primeira regra de sua sociedade, entreter-se nas virtudes do PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR, não se consentindo a mais ligeira ideia, ou expressão, que pudesse de sorte alguma parecer favorável ao intruso governo, que nos oprimia»⁴.

Muito provavelmente na primeira metade da década de 1870, surgiria um dos mais importantes clubes sociais de Vila Real, o *Gremio Villarealense*, cujos fins são dados a conhecer no artigo 2.º dos Estatutos: «Fomentar relações de boa harmonia e cordialidade entre os sócios por meio de reuniões de famílias, concertos musicais, representações teatrais, jogos lícitos, saraus literários, leituras das principais publicações do país e do estrangeiro, e quaisquer outras diversões morais e recreativas.»⁵

Enquanto não foram aprovados os Estatutos⁶ e esta sociedade não dispôs de uma sede permanente, as decisões eram tomadas por comissões criadas entre os sócios e as reuniões realizadas em casa dos directores, situação que em nada prejudicou, nos primeiros anos, a intensa actividade que desenvolveu durante aproximadamente duas décadas⁷: funcionamento regular do Gabinete de Leitura; bailes muito animados⁸; representações teatrais, saraus literários e concertos

2 Id. Ibid., p. 124.

3 Para além do Senhor Francisco Teixeira de Carvalho, foram responsáveis pela *Sala de Divertimento* os Senhores Dr. Sebastião José de Carvalho, Dr. João Baptista Pereira Coelho Monteiro, Dr. José Teixeira Bogas, José António de Carvalho Mourão, António Pedro Felizardo e Silva, António Botelho Pereira Coelho, Joaquim António Botelho de Mesquita, José Teixeira de Carvalho, António Teixeira Moutinho, Fr. António do Carmo Machado, Fr. Manuel Machado e Silva, Fr. José de Santo Tomás, Fr. António Cardoso de Figueiredo, João Pinto Correia, António Teixeira Pinto Machado de Azevedo, António Luís de Mesquita e Fraga, João Bernardino Botelho Lobo, Francisco Ferreira de Carvalho, José Ferreira de Carvalho.

4 *O Leal Portuguez*, Porto, 19 de Outubro de 1808, p. 148.

5 *Gremio Villarealense. Estatutos*, Typographia do Districto de Villa Real, Vila Real, 1882, [p. 2].

6 O exemplar dos Estatutos que transcrevemos pertence ao Senhor Aníbal Fernando Vieira da Silva, neto do Senhor António Turíbio da Silva, funcionário dos Correios de Vila Real e um dos directores do *Gremio Villarealense*, na época em que os mesmos Estatutos foram aprovados.

7 O *Gremio Villarealense* cessou a sua actividade em Março de 1893.

8 Decorriam, maioritariamente, entre os meses de Novembro e Março, e incluíam o período de Carnaval, de grande tradição em Vila Real.

musicais⁹ (em que participavam, obrigatoriamente, os sócios honorários pelos seus «conhecimentos artísticos na declamação teatral ou na música»¹⁰); jogos lícitos (jogos de cartas¹¹, xadrez, gamão, bilhar); etc.

Tão importante quanto o *Gremio Villarealense*, que reunia pessoas da burguesia e de alguma aristocracia rural, surgiu, em contraponto a esta sociedade, no dia 1 de Janeiro de 1884, a *Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência*, uma colectividade criada «pelas classes populares, nomeadamente caixeiros e artistas, de cunho democrático, envolvendo também e quase em paridade [figuras políticas] progressistas»¹².

Terminamos com um dos mais interessantes artigos que integram os Estatutos¹³, recordando que às reuniões de família, saraus literários, concertos musicais e representações dramáticas assistiam, exclusivamente, os sócios, os seus familiares, a Imprensa, se convidada, e as pessoas que eram designadas de “visitantes”, isto é, «as pessoas que, possuindo os requisitos para sócios, residam temporariamente nesta vila por menos de três meses»¹⁴, desde que apresentados por um sócio e enquanto se verificasse esta situação.

9 O *Gremio Villarealense*, para além de um orfeão, possuía uma orquestra ligeira.

10 Artigos 8.º e 18.º dos Estatutos.

11 Nestes jogos eram interditos os “jogos de parar” e “*écarter*”.

12 Elísio Amaral Neves e A. M. Pires Cabral, *Vila Real – História ao Café*. 2.ª edição, revista, Vila Real, 2013, pp. 272-5; “A Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência”, comunicação de Elísio Amaral Neves, 30 de Julho de 2002.

13 Os Estatutos compõem-se de 7 títulos e 44 artigos.

14 Artigo 12.º dos Estatutos.

GREMIO VILLAREALENSE¹⁵

ESTATUTOS

TÍTULO I

Da organização e fins da sociedade

Artigo 1.º

A sociedade do Gremio Villarealense é a reunião de todos os sócios legalmente admitidos para os fins designados nestes estatutos.

Artigo 2.º

Os seus fins são:

Fomentar relações de boa harmonia e cordialidade entre os sócios por meio de reuniões de famílias, concertos musicais, representações teatrais, jogos lícitos, saraus literários, leituras das principais publicações do país e do estrangeiro, e quaisquer outras diversões morais e recreativas.

Artigo 3.º

O Gremio Villarealense é representado pela assembleia geral legalmente constituída.

Artigo 4.º

A gerência do Gremio é incumbida a uma direcção eleita pela assembleia geral nos termos do título 5.º e composta dum presidente, dois vogais, um tesoureiro e um secretário.

TÍTULO II

Dos sócios e sua admissão

Artigo 5.º

A sociedade compõe se de sócios ordinários e honorários.

Artigo 6.º

Para ser sócio ordinário é necessário:

15 À excepção do nome da instituição, de que mantivemos a grafia da época, atualizámos a grafia do texto.

- 1.º – Ser de maior idade;
 - 2.º – Ter bom comportamento e meios honestos de subsistência;
 - 3.º – Ser proposto por escrito à direcção por dois sócios, ou verbalmente por um dos directores;
 - 4.º – Ser aprovado em sessão da direcção por três directores pelo menos.
- §.º ÚNICO. Poderá admitir-se como sócio ordinário um individuo de menor idade, quando seu pai ou tutor lhe concedam licença por escrito e reúna as demais condições exigidas neste artigo.

Artigo 7.º

A proposta para sócio será votada na sessão ordinária seguinte à da apresentação, excepto se a direcção tiver absoluto e perfeito conhecimento do proposto, porque neste caso poderá ser votado na mesma sessão da apresentação.

§.º ÚNICO. Aquele que for rejeitado para sócio não poderá novamente ser proposto sem decorrer um ano depois da rejeição, e se for rejeitado 2.ª vez será mister que tenham decorrido três anos para poder ser novamente proposto.

Artigo 8.º

Para ser admitido como sócio honorário, ou passar de ordinário àquela categoria, é essencial ter-se tornado distinto pelos seus conhecimentos artísticos na declamação teatral ou na música, ou ter prestado revelantes serviços ao Gremio.

Artigo 9.º

A proposta para a admissão de sócio deve ser feita por escrito por cinco sócios e votada conforme foi estabelecido no artigo 7.º.

TÍTULO III

Direitos e obrigações dos sócios.

Artigo 10.º

Todos os sócios têm o direito de frequentar as salas do Gremio e de gozar de todos os meios de illustração e recreio que esta sociedade proporciona.

Artigo 11.º

Às reuniões de família, saraus literários, concertos musicais e representações dramáticas poderão os sócios ser acompanhados de suas famílias.

§. ÚNICO. Entende-se por família dos sócios todos os membros da sua família, que vivam em sua companhia ainda de menor idade, mas não inferior a 10 anos.

Artigo 12.º

Todos os sócios poderão apresentar como visitantes as pessoas que, possuindo os requisitos para sócios, residam temporariamente nesta vila por menos de três meses.

§.1.º A apresentação a que se refere este artigo será feita a qualquer dos membros da direcção, o qual inscreverá em livro para isso destinando o nome do apresentante, do apresentado e dia da apresentação.

§.2.º O apresentado pode assistir às reuniões de família, concertos, saraus, representações, etc., enquanto durar a sua apresentação.

Artigo 13.º

Todos os sócios têm o direito de votar e ser votados para todos os cargos da sociedade.

Artigo 14.º

Quando for sócia honoraria alguma senhora, serão admitidas na sociedade com ela, não só as pessoas a que se refere o §.º ÚNICO do artigo 11.º, mas igualmente seus pais, marido ou irmão, ou outra pessoa que a acompanhe, ainda que não seja sócio.

Artigo 15.º

O sócio ordinário tem as seguintes obrigações:

1.º – Concorrer por uma só vez com 2\$000 réis como jóia de entrada;

2.º – Pagar mensalmente a quota de 300 réis;

§.º ÚNICO. A jóia e quota poderá ser alterada em assembleia geral sem dependência de aprovação superior.

Artigo 16.º

Todos os sócios têm o dever de:

1.º – Observar fielmente os estatutos e regulamentos da sociedade;

2.º – Guardar toda a decência e comedimento em quaisquer reuniões da sociedade;

3.º – Aceitar os cargos para que forem eleitos, excepto em caso de reeleição.

§.º ÚNICO. Todo o sócio que por qualquer motivo, salvo o caso de reeleição, não aceitar o cargo, para que for eleito, pagará a multa de 1\$000 réis.

Artigo 17.º

Está da mesma forma sujeito à multa estabelecida no artigo antecedente o sócio que, tendo sido eleito para qualquer cargo e tendo tomado posse, se recusar a continuar no seu exercício.

Artigo 18.º

Os sócios honorários são obrigados a tomar parte nos concertos musicais, representações teatrais e saraus literários.

§.º ÚNICO. Em regulamento especial se adoptarão as disposições convenientes para a execução deste artigo.

Artigo 19.º

Qualquer sócio pode reclamar perante a direcção por escrito ou em sessão sobre qualquer circunstância que afecte os seus direitos, e recorrer para a assembleia geral de qualquer resolução que lhe for desfavorável.

TÍTULO IV

Assembleia geral

Artigo 20.º

A assembleia geral é convocada pela direcção por meio de aviso por escrito, em que será declarado o objecto da reunião e o dia e hora em que deverá ter lugar.

Artigo 21.º

A assembleia geral terá duas sessões ordinárias por ano e extraordinárias tantas quantas a direcção julgar conveniente ou lhe forem designadas por cartas assinadas por sete sócios ordinários.

1.º – A primeira sessão ordinária terá lugar no dia 8 de janeiro de cada ano, tendo por fim eleger nova direcção e uma comissão de três membros para examinar as contas da direcção do ano anterior, cujo relatório será lido antes da eleição.

2.º – A segunda sessão ordinária terá lugar 7 dias depois da primeira, para ser lido e discutido o parecer da comissão revisora de contas.

Artigo 22.º

A assembleia geral estará constituída sempre que se achar presente mais de um terço dos sócios, não se contando para este fim os que estiverem legitimamente impedidos.

§.º 1.º É considerado legítimo impedimento:

1.º – A ausência fora do concelho de Vila Real;

2.º – Doença;

3.º – Anojamento.

§.º 2.º Não havendo número suficiente para se abrir a sessão, far-se-á nova convocação para cinco dias, pelo menos, depois do marcado para a primeira, e a assembleia geral ficará constituída com qualquer número de sócios que se achar presente.

Artigo 23.º

A assembleia geral discute e decide os assuntos submetidos à sua deliberação.

§.º 1.º O facto de se ter convocado a assembleia geral para um determinado fim, não exclui a discussão sobre outro qualquer objecto, quando a maioria assim o decidir.

§.º 2.º Quando se der a hipótese do §.º antecedente não tomará a assembleia geral resolução definitiva, ficando adiada para nova sessão convocada pela forma que dispõe o artigo 20.º, salvo o caso de assunto urgente.

Artigo 24.º

As decisões da assembleia geral serão determinadas pela maioria dos sócios presentes.

Em caso de empate o presidente tem voto de qualidade.

TÍTULO V

Da direcção

Artigo 25.º

A direcção toma posse em um dos dias de intervalo da primeira à segunda sessão ordinária da assembleia geral, sendo para isso avisados os directores eleitos pelo secretário da direcção cessante.

Artigo 26.º

A direcção, tendo tomado posse, distribui entre si, por eleição, os cargos indicados no artigo 4.º.

Artigo 27.º

A direcção estará constituída sempre que estiverem presentes três dos seus membros.

§.º 1.º Se a falta for do presidente, será substituído pelo vogal mais velho em idade, e na falta deste pelo outro vogal.

§.º 2.º Se a falta for do secretário, o presidente, ou vogal.

Artigo 28.º

As decisões da direcção são dependentes da maioria relativa dos membros presentes.

Artigo 29.º

A direcção é a mesa da assembleia geral.

Artigo 30.º

À direcção incumbe:

- 1.º – A exacta observância dos presentes estatutos;
- 2.º – Convocar as sessões da assembleia geral;
- 3.º – O regime económico da sociedade, administrando os seus fundos com responsabilidade solidária;
- 4.º – Fazer o seu regulamento interno, e bem assim os especiais que necessários forem para as diferentes salas, além dum regimento para os empregados da casa;
- 5.º – Ter uma escrituração regular em livros rubricados pelo presidente;
- 6.º – Ter um inventário de tudo quanto for propriedade da sociedade;
- 7.º – Segurar contra fogo o que constar do seu inventário, na companhia que melhores vantagens oferecer;
- 8.º – Nomear por escala de entre os seus membros, um que durante cada mês tenha a seu cargo a polícia da casa e escrituração diária, e possa decidir qualquer incidente de momento;
- 9.º – Fazer as honras da casa e dirigir o serviço das reuniões gerais, escolhendo para a coadjuvar os sócios que julgar necessários para este fim;
- 10.º – Admitir ou despedir os empregados da casa e arbitrar-lhes os respectivos vencimentos;
- 11.º – Apresentar na sessão ordinária da assembleia geral do dia 8 de janeiro o relatório e contas da sua gerência.

Artigo 31.º

À direcção é vedado:

- 1.º – Fazer despesas excedentes à receita da sociedade, sem autorização da assembleia geral;

2.º – Conceder a casa, em que residir, para fim algum alheio à utilidade da sociedade;

3.º – Emprestar qualquer objecto que esteja, ou deva estar, escrito no inventário.

TÍTULO VI

Saída e exclusão dos sócios

Artigo 32.º

O sócio que dever ao Gremio quantia superior a 1\$500 réis qualquer que seja a proveniência da dívida, será avisado pela direcção por escrito da importância do seu débito e intimado para o volver em determinado prazo, e quando o não faça será excluído, o que também se lhe participará.

§.º ÚNICO. A direcção é solidariamente responsável pela execução deste artigo.

Artigo 33.º

O sócio que se ausentar para fora do concelho sem que o participe por escrito à direcção, continuará a ser debitado pelas respectivas mensalidades, até que o seu débito chegue à quantia de 1\$500 réis, e será excluído na forma do artigo 32.º .

Artigo 34.º

A direcção só toma conhecimento da despedida de qualquer sócio:

1.º – Quando for feita por escrito à direcção;

2.º – Quando o sócio se declarar despedido em sessão da assembleia geral ou da direcção.

Artigo 35.º

O sócio ausente que se não apresentar pessoalmente, ou por escrito, no prazo de trinta dias, contados da data do seu regresso ao concelho, considera-se despedido.

Artigo 36.º

O sócio é dispensado do pagamento das mensalidades nos casos de impedimento legítimo de que tratam os n.ºs 1 e 2 do §.º 1.º do artigo 22.º, tendo feito participação por escrito à direcção.

Artigo 37.º

Qualquer sócio que se recusar a cumprir o determinado nestes estatutos e nos regulamentos, ou que cometa qualquer falta que afecte os princípios da ordem e da boa educação, será advertido por qualquer dos directores, ou excluído conforme a qualidade do caso por deliberação da direcção reunida em sessão, sendo ouvido o interessado.

TÍTULO VII

Disposições gerais

Artigo 38.º

As eleições de que trata o artigo 21.º serão feitas por escrutínio secreto.

§.º 1.º – A eleição da direcção efectuar-se-á primeiro do que a da comissão revisora de contas.

§.º 2.º – Tanto para uma como para outra eleição vence a maioria relativa.

Artigo 39.º

As vagas que se derem na direcção, serão preenchidas por escolha da maioria dos membros eleitos.

Artigo 40.º

A execução do artigo antecedente só pode ter lugar para o preenchimento de uma ou duas vagas, havendo mais, a direcção convocará a assembleia geral para deliberar sobre o assunto.

Artigo 41.º

O Gremio Villarealense só pode dissolver-se quando a totalidade dos sócios existentes não exceder a cinco, que constituídos em direcção decidam por maioria a impossibilidade da sua sustentação ou reorganização.

Artigo 42.º

O autógrafo dos presentes estatutos, que baixar do Governo Civil com o alvará que os aprovar, será encadernado em um volume com suficiente número de folhas em branco, em que assinarão do seu próprio punho todos os sócios então existentes e todos os que de futuro forem admitidos, significando assim que se comprometem e sujeitam a tudo quanto nos mesmos está estabelecido.

Artigo 43.º

Ficam considerados sócios ordinários do Gremio, para todos os efeitos, os

que o forem no acto da aprovação destes estatutos e sócios honorários os que estiverem compreendidos sob esta denominação e sob a de sócios prendados.

Artigo 44.º

Os presentes estatutos só poderão ser alterados dois anos depois da sua aprovação pelo Governo Civil do distrito:

1.º – Quando a direcção o reclamar da assembleia geral, apresentando os pontos em que devem ser alterados:

2.º – Quando a quarta parte dos sócios fizer iguais reclamações.

Casa do Gremio Villarealense, 13 de Dezembro de 1881.

Os Directores,

(Assinados) – Joaquim Botelho de Lucena. – António de Sá Melo. – Albano Eduardo da Costa Lobo. – Gabriel de Mesquita Queirós. – António Turibio da Silva.

José Pinto de Mesquita Gouveia, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e Governador Civil do Distrito de Vila Real.

Atendendo ao que me requereu o Presidente do Gremio Villarealense pedindo a minha aprovação para os Estatutos por que a mesma sociedade pretende reger-se, como consta da acta da sessão em que os mesmos foram aprovados pelos respectivos sócios; usando da faculdade que me confere o artigo 183.º n.º 14 do Código Administrativo, e conformando-me com o parecer do Conselho de Distrito emitido em sessão de 29 de dezembro de 1881, pelo presente alvará aprovo e confirmo os mesmos Estatutos do Gremio Villarealense, os quais constam de 7 títulos e 44 artigos, e vão escritos em oito meias folhas de papel selado, com selo de 60 réis, todas numeradas e rubricadas com o seu apelido por Joaquim José Augusto Monteiro, segundo official deste Governo Civil.

Por firmeza do referido e para que se cumpram as disposições contidas nos sobreditos Estatutos mandei passar o presente alvará que assino e vai selado com o selo das armas reais que serve neste Governo Civil.

Pagou de selo 30\$000 réis e de direitos de mercê e correspondente imposto de viação 14\$100 réis, como consta dos documentos legais passados nesta data.

Governo Civil de Vila Real, 2 de Janeiro de 1882.

(Assinado.) – José Pinto de Mesquita Gouveia.

Os olhos de Camilo

Frederico Amaral Neves

O título desta breve apresentação — “Os olhos de Camilo”¹ — é propositadamente enganador. Pensar-se-ia que se tratava de mais uma acha para a fogueira da polémica sobre a cegueira de Camilo Castelo Branco, tanto mais que o seu autor é profissionalmente médico oftalmologista. Pensar-se-ia pois que se trazia aqui alguma nova teoria sobre as razões por que Camilo cegou, acrescentando-se algo de novo ao muito que sobre o assunto já se escreveu, e nem sempre com a desejável serenidade.

Mas não é disso que se trata. Na verdade, há neste trabalho algumas alusões aos olhos e à cegueira de Camilo, mas não são mais do que pretexto para apresentar um conjunto de caricaturas, muitas delas aparecidas durante as Jornadas Camilianas de Vila Real, e a maior parte da autoria de caricaturistas (profissionais ou amadores) trasmontanos ou de algum modo ligados a Trás-os-Montes; uma de Jorge Castelo Branco (o filho louco com lampejos de artista); e outra do Dr. Rufino Ribeiro (oftalmologista, pintor e autor de dois livros sobre a cegueira de Camilo). Terminando tudo com uma espécie de homenagem aos cinco humoristas franceses assassinados em 7 de Janeiro de 1915, no infame ataque ao *Charlie Hebdo*. Sintomaticamente, a primeira caricatura, da autoria de Vasco, mostra um Camilo que em vez de olhos tem dois poços negros.

Claro que foram chamados à colação três textos pungentes do próprio punho de Camilo: o poema “Jorge” e duas cartas, uma ao amigo de toda a vida, o Visconde de Ouguela, outra ao oftalmologista Dr. Edmundo Magalhães Machado,

1 Comunicação apresentada nos 2.ºs **Encontros Camilianos de São Miguel de Seide**, na Casa de Camilo em Vila Nova de Famalicão, a 10 de Outubro de 2015.

qualquer delas um SOS dramático de quem se vê mergulhado em escuridão total. «Sou o cadáver representante de um nome que teve alguma reputação gloriosa neste país durante 40 anos de trabalho» — assim neste tom desencantado começa a carta ao médico. O poema “Jorge” termina de forma igualmente desencantada: «Eu choro sem remédio a luz perdida... / Bem mais feliz és tu, que vês o sol». Quanto à carta ao Visconde de Ouguela, é antes de tudo um anúncio da intenção do suicídio: «Se isto progredir, resolverei depressa a crise.» A bom entendedor...

Mas que isso não iluda ninguém. Esta apresentação é acima de tudo uma espécie de *divertissement*, de uma sucessão de quadros concorrendo todos para o mesmo fim: mostrar caricaturas de Camilo, e contextualizá-las.



Os Olhos de Camilo

Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco

(Visconde de Correia Botelho)

Nasceu em Lisboa, aos 16 de Março de 1825,
e suicidou-se, cego, em S. Miguel de Seide a 1
de Junho de 1890

Agostinho **Vasco** da Rocha e Castro

Vila Real 1935

* Vasco da Rocha e Castro nasceu em Vila Real em 1935, neto de Vasco de Castro (companheiro de António Nobre, do grupo de Coimbra “Boémia Nova”) e filho do poeta Afonso de Castro. Vai para Paris em 1961, está em França (Paris) em 1968, tem contacto com os humoristas franceses Siné e Wolinski. Regressa a Portugal a 30 de Abril de 1974. É autor de “Montparnasse Mom Village” – edições Salamandra – Novembro de 1985.

** “Camilo” (Vasco) – 1.º prémio de caricatura editorial. Salão de Caricatura de Vila Real 1987 – Centenário do nascimento de Stuart Carvalhais.



Jorge Camilo Castelo Branco
Lisboa 1863/1900

... O pai (Camilo), homem de talento, é um nevropata e um sífilítico. O avô paterno foi um alienado assim como dois tios. ...
Ricardo Jorge Porto, 2 de Agosto de 1886

« A história ancestral, aliás incompleta no atestado de admissão, descobre uma longa mancha hereditária, do máximo peso degenerativo. No lado paterno existe a alienação mental no avô e em dois tios; o pai (Camilo) é nevropata, espírito desequilibrado, instável nas convicções e nos afectos, oscilando constantemente entre as crenças religiosas mais arraigadas e o cepticismo mais completo, cultivando preocupações hipocondríacas, pretendendo-se em vésperas de morte há mais de 30 anos, ânimo exaltado e agressivo, amando a polémica na fase emotiva das personalidades e das referências propriamente individuais. A sua história está escrita em dezenas de livros, eminentemente pessoais todos eles e apaixonados.

Júlio de Matos

* Jorge Castelo Branco, filho de Ana Plácido e Camilo Castelo Branco. Nasce a 28 de Junho de 1863.

** Retrato de Camilo, pertença da Casa Museu de Camilo, em São Miguel de Seide.



José Herculano Stuart Torrie d'Almeida Carvalhais
Vila Real 1887 / Lisboa 1961

« O que sei e afirmo é que há 3 anos partiu o meu pai para Lisboa na intenção de consultar o especialista Van-der-Laand (...) e tanto isto o flagelou que contando demorar-se e tendo ficado nesse dia de ir jantar a Carnaxide com o Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Tomás Ribeiro onde devia achar-se o Dr. Van-der-Laand e o Ex.^{mo} Dr. Almeida para uma conferência, meu atribulado pai mandou imediatamente um telegrama dizendo que não podia comparecer por se achar doentíssimo; e nessa mesma noite partimos para o Porto. »



* Stuart Carvalhais nasce em Vila Real a 7 de Março de 1887. É um dos maiores humoristas portugueses.

** "Camilo" (Stuart). Postal editado em 1987 nas 4.^{as} Jornadas Camilianas de Vila Real.

Capa da revista Tellus n.º19, de Julho de 1990, número inteiramente dedicado às 5.^{as} e 6.^{as} Jornadas Camilianas (1988 e 1989).



António Manuel Pires Cabral
Chacim (Macedo de Cavaleiros), 1941

- Pires Cabral, Licenciou-se em Filologia Germânica pela Universidade de Coimbra. Foi professor do Ensino Secundário em Vila Real, desde 1974. Escritor, animador cultural, co-organizador das Jornadas Camilianas de Vila Real. Responsável pelo Grémio Literário Vila-Realense e director da revista Tellus.
- ** "Camilo" (am). Postal editado em 1986 nas 3.^{as} Jornadas Camilianas de Vila Real.
Capa da revista Tellus n.º 17, de Julho de 1987, número inteiramente dedicado às 3.^{as} Jornadas Camilianas, de 24 a 27 de Julho de 1986

Jorge

CONSTANTEMENTE vejo o filho amado
Na minha escuridão, onde fulgura
A extática pupila da loucura,
Sinistra luz dum cérebro queimado.

Nas rugas de seu rosto macerado
Transpira a cruciantíssima tortura
Que escurentou na pobre alma tio pura
Talento, aspirações... tudo apagado!

Meu triste filho passa vagabundo
Por sobre um grande mar calmo, profundo,
Sem bússola, sem norte e sem farol!

Nem gozo nem paixão te altera a vida!
Eu choro sem remédio a luz perdida...
Bem mais feliz és tu, que vês o sol.

"Nas Trevas" 1890



João Leopoldo Relvas Botelho
Lamego, 1949

A última carta de Camilo

(ao Dr. Edmundo Magalhães Machado)

III.^{as} e Ex.^{as} Sr.

SOU o cadáver representante de um nome que teve alguma reputação gloriosa a este país durante 40 anos de trabalho.

Chamo-me Camilo Castelo Branco e estou cego. Ainda há quinze dias podia ver clarificar-se a um dos meus olhos uma fúria escaldante. Depois, sobreviu uma forte ophtalmia que me alienou as certezas de todos os sentidos.

Ha poucas horas ouvi ler no *Comércio da Porto* o nome de V. Ex.^a. Senti na alma uma extraordinária vibração de esperança.

Poderá V. Ex.^a salvar-me? Se eu pudesse, se uma quasi paralisia me não tivesse acorrentado a uma cadeira, iria procurá-lo. Não posso.

Mas poderá V. Ex.^a dizer-me o que devo esperar d'esta interrupção qualquer n'uns olhos em que não havia até há pouco uma gota de sangue?

Digno-se V. Ex.^a perdoar a indecência estas perguntas feitas tão sem cerimonia por um homem que não conhece.

Camilo 1872

- * João Botelho, cineasta, frequenta o Liceu Camilo Castelo Branco de Vila Real e vai para Coimbra onde, durante a crise académica de 1969, é responsável pelos "bonecos" que denunciavam a repressão da polícia de choque sobre os estudantes de Coimbra. Vive em Lisboa desde 1974

- ** "Camilo" (João Botelho). Serigrafia.

Capa da revista Tellus número 20, Abril de 1993, número inteiramente dedicado às 7.^{as} Jornadas Camilianas, de 26 a 29 de Julho de 1990.



João Vasco Paiva

Coimbra, 28 de Dezembro de 1979

* João Vasco faz o ensino secundário em Vila Real, na Escola Secundária Diogo Cão. Vive em Hong Kong desde 2006. Licenciado em Artes Plásticas pela ESAP (Porto) e Master of Fine Arts com distinção na School of Creative Media City University de Hong Kong. Bolseiro da Fundação do Oriente de 2006 a 2008 e da Fundação Gulbenkian em 2012.

** "Camillo" (João Vasco). Caricatura concebida para a presente comunicação.

Georges Wolinsky 80 anos

Tunes, 28 de Junho de 1934/Paris, 7 de Janeiro de 2015

Jean Cabu 76 anos

Châlon-en-Champagne, Marne, 13 de Janeiro de 1938/Paris, 7 de Janeiro de 2015

Stephane Charbonnier (Charb) 47 anos

Diretor do Charlie Hebdo

Compiègne-Sainte-Honorine, 21 de Agosto de 1967/Paris, 7 de Janeiro de 2015

Philippe Honoré 73 anos

Vichy, 25 de Novembro de 1941/Paris, 7 de Janeiro de 2015

Bernard Velhac (Tignous) 58 anos

Paris, 21 de Agosto de 1957/Paris, 7 de Janeiro de 2015

As Quercíneas em Trás-os-Montes e Alto Douro

José Alves Ribeiro

Iremos neste artigo fazer uma sumária revisão das espécies espontâneas do género *Quercus* existentes na nossa região, dada a persistência de algumas confusões com a sinonímia de algumas delas e o menor conhecimento de algumas outras, como o carvalho-cerquinho — *Quercus faginea* Lam. tão mal conhecida e tão presente na nossa região, frequentemente em saudável convivência com o nobilíssimo sobreiro — *Quercus suber* L. — ambas notoriamente inseridas nas sub-regiões de feição mediterrânea – Vale do Douro e Terra Quente – mas com maior expressão nas faixas da transição para a Terra Fria, pela óbvia razão da sua maior higrofilia, o que leva estas duas espécies a preferirem instalar-se nas altitudes intermédias e nos sub-planaltos de solos mais profundos, mais férteis e de micro-climas um tanto mais húmidos, deixando a azinheira, *Quercus rotundifolia* Lam. ou *Quercus ilex* L. ssp. *rotundifolia* (Desf.) O. Schwarz ex Taborda de Morais, na nossa região denominada «carrasco» enquanto juvenil e de porte arbustivo, encravada nas encostas, em vales mais profundos, em microclimas mais xéricos, ou seja mais secos, e em solos de modo geral mais delgados. A convivência do carvalho-cerquinho com o sobreiro é notória nas magníficas matas da zona do Romeu entre Mirandela e Macedo de Cavaleiros. Mas o mesmo se passa nas não menos magníficas matas da zona do Azibo, nas encostas de Bornes e em muitos locais do vale do Sabor, surgindo belas matas de cerquinhos quase de surpresa bem às portas da cidade de Bragança. A sub-espécie predominante em Trás-os-Montes é a ssp. *faginea*, de folha menor e recorte um pouco diferente da outra sub-espécie dos cerquinhos, a ssp. *broteroi*,

predominante na faixa oeste do país, sobretudo na Estremadura, havendo ainda uma terceira sub-espécie, muito semelhante à ssp. *faginea*, que é a ssp. *alpestris*, confinada ao barrocal algarvio.

A bolota dos cerquinhos é semelhante à da dos sobreiros, mas de escamas na cúpula com pilosidade aplicada e tomentosa. A folhagem dos nossos cerquinhos chega a confundir-se um pouco com a de outras quercíneas, mas as folhas são sub-coriáceas — ou seja quase tão rijas em termos de consistência como as das quercíneas de folhagem persistente — de tamanho mediano, variando entre os três e os nove centímetros, maiores que as do sobreiro ou as da azinheira, mas mais pequenas e menos recortadas que as do carvalho roble ou do negral, de recorte sinuado-crenado a sinuado-dentado e pilosidade densa na página inferior. É uma folhagem semi-caducifólia, denominada «marcescente», quase não caindo em anos de invernos mais amenos. Esta característica demarca esta espécie dos carvalhos robles ou carvalhos alvarinhos — *Quercus robur* L. — dos carvalhos pardos ou carvalhos negrais, também denominados carvalhos das beiras — *Quercus pyrenaica* Willd. — estes dois assumidamente caducifólios e inseridos em regiões de feição atlântica, seja na faixa mais litoral do Entre-Douro e Minho, caso do roble, seja em habitats mais serranos e de maior interioridade no Alto Minho, Beira Alta e Terra Fria Transmontana no caso do carvalho negral. Na Serra de Nogueira, cerca de Bragança, o carvalho negral constitui um dos maiores povoamentos desta espécie de toda a Península Ibérica. O nome «negral» provém da cor muito escura da casca dos troncos e dos ramos. Estas duas espécies por vezes também são confundidas, sendo contudo fácil a sua distinção, dado que as folhas do carvalho pardo apresentam recorte penatífido e indumento piloso. Quando recém formadas, na rebentação da primavera, são mesmo peludas e aveludado-acinzentadas nas duas páginas, mantendo-se tomentosas — com pelos densos e aplicados sobre a epiderme - apenas na página inferior e uma cor acinzentada nesta página, o que justifica o outro nome vulgar por que esta espécie é conhecida — carvalho pardo — enquanto as folhas do roble são penatilobadas (de recorte menos profundo que as do negral) e são glabras ou seja sem pilosidade. Além disso as bolotas do roble são longamente pedunculadas enquanto as do carvalho pardo ou negral são sub-sésseis ou seja de pedúnculo muitíssimo curto.

É frequente serem observadas nos raminhos juvenis dos carvalhos, quer no roble, quer no negral e também no cerquinho, uma bolinhas de tanino denominadas galhas ou bugalhos.

Estas galhas são resultantes de posturas nas gemas dos raminhos feitas por

uma espécie de insecto — uma vespa da família biológica dos cinipídeos — que acaba por usufruir delas para o desenvolvimento dos ovos e das larvas, notando-se sempre nessas galhas o orifício de saída do insecto adulto. Curiosamente não se formam nas quercíneas de folhagem persistente (carrascos, azinheiras e sobreiros).

O carvalho cerquinho, sendo uma quercínea mediterrânica e um endemismo ibérico, representa na Península Ibérica um historial florístico riquíssimo, pois sabe-se, por estudos paleobotânicos, que, na época áurea em termos de vegetação de há meia dúzia de milhares de anos atrás, seria a espécie em grande dominância nos frondosos bosques de então. Infelizmente foi também sendo vítima ao longo dos séculos, a par do carvalho roble, da qualidade da sua boa madeira e estas magníficas quercíneas foram sendo ao longo dos tempos impiedosamente delapidadas para a construção de casas, para a construção naval, para a tanoaria, para o fabrico de carvão e para outros usos, sendo esta espécie a considerada mais frágil e em maior risco, em termos de futuro, de todas as quercíneas ibéricas, ficando aqui um apelo para um maior conhecimento e um maior preservação desta tão nobre espécie, pois só se pode amar aquilo que se conhece.

E já que se aborda esta questão do conhecimento destas espécies vegetais, mais uma achega, desta vez sobre a azinheira: de facto aqui no Norte, onde predominam os solos ácidos, são muito raros os verdadeiros carrascos, quercínea arbustiva mediterrânica e calcícola, predominante nos maciços calcários do centro e sul do nosso país. Haverá uma pequena comunidade de verdadeiros carrascos numa estreita faixa termo-mediterrânea e de solos menos ácidos — calcoxistos — do Douro Superior, entre o Pocinho e Barca de Alva. Todas as moitas arbustivas que se observam por aí a que se chamam «carrascos» são na realidade azinheiras de porte arbustivo. A azinheira — *Quercus rotundifolia* Lam. — é uma espécie de folha semelhante à do sobreiro, mas de recorte mais espinescente, sendo tanto mais saliente o denteado do rebordo foliar quanto mais jovens os raminhos e os rebentos das toijas (lógica defesa contra os potenciais predadores herbívoros) e daí o porte «acarrascado» da maioria das nossas azinheiras instaladas em solos pouco férteis e delgados e alvo de frequentes desbastes para lenha. Uma excelente lenha, fundamental na rotina da vida rural, não havendo grande risco para a espécie se houver o mínimo cuidado na gestão das toijas, pois a azinheira sempre rebenta de toija. O que se passa é que deveriam ser deixadas desenvolver como árvores um maior número delas, estrategicamente dispersas nos agro-ecossistemas rurais e florestais. Está fora de questão o corte de árvores adultas, quer de azinheiras, quer de sobreiros, protegidos e bem pelas leis vigentes,

sempre surgindo polémicas com o corte de «carrascos», na tal fase arbustiva que só poderá ser controlada pelo bom senso de uma gestão sustentável pelas próprias comunidades rurais.

Existe um pormenor botânico que ajuda a distinguir as duas espécies: as folhas da azinheira apresentam um indumento piloso, tipo feltro, de cor acinzentada na página inferior, enquanto as do verdadeiro carrasco — *Quercus coccifera* L. — sempre de recorte espinescente e de espinhos bem salientes, são glabras, ou seja não apresentam pilosidade alguma, sendo a página inferior de um verde mais claro que a página superior, mas sem a cor acinzentada da página inferior das folhas da azinheira. Também as respectivas bolotas são algo diferentes, as do carrasco com escamas mais salientes e reviradas para trás na denominada cúpula ou «taça» — aquele invólucro formado por séries de brácteas imbricadas que rodeiam a semente. Dados estes pormenores botânicos mais uma nota sobre a sinonímia: a azinheira é também denominada «sardoeira» nalgumas zonas sobretudo na região de Bragança, onde há mais azinheiras do que se possa pensar, ocorrendo uma situação curiosa nas manchas serpentínicas aí existentes: a azinheira adapta-se bem melhor a estas zonas do que o carvalho negral, dada as características sui-génis dos seus solos ultra-básicos (derivados dessa rocha algo rara que é o serpentinito, presente em faixas na região de Bragança e formando em contínuo o maciço do Monte Morais, bem no coração na nossa Terra Quente.

Estes solos serpentínicos, de elevado teor de sais de crómio e níquel, são muito seletivos para as plantas, sendo ricos em endemismos botânicos, ou seja em espécies exclusivas dessas zonas e o carvalho negral não se adapta e deixa essas faixas ao domínio da azinheira.

A azinheira é uma espécie muito rústica e bastante plástica em termos ecológicos, pois acompanha os zimbros nas arribas alcantiladas dos grandes vales e gargantas dos rios ibéricos, estendendo-se bem para norte nas vizinhanças dos domínios dos carvalhais caducifólios — a referida feição atlântica ou euro-siberiana — e depois vemo-la em todo o sul, acompanhando o carrasco em solos calcários, e o sobreiro nos areais das charnecas ribatejanas, domínio aliás do sobreiro e do pinheiro-manso, que sendo mais higrófilos se apoderaram do litoral, empurrando a azinheira e o zimbro para o interior beirão e alentejano. Esta disjunção fitogeográfica acontece também na região transmontana onde o mesmo sobreiro — *Quercus suber* L. — e o referido cerquinho — *Quercus faginea* Lam. — se acomodaram nos melhores solos e nos habitats um tanto mais húmidos das faixas sub-planálticas, empurrando para as encostas mais íngremes e xéricas a azinheira e o zimbro, embora também haja sobreirais com bastantes

zimbros, sendo esta uma das espécies companheiras dos sobreiros, para além da própria azinheira, do carvalho cerquinho e da gilbardeira, um carismático sub-arbusto da família botânica das Asparagáceas, denominado cientificamente *Ruscus aculeatus* L. O nosso zimbro — zimbro da meseta — é a espécie *Juniperus oxycedrus* L. outra preciosidade botânica a clamar por maior preservação.

Chama-se também a atenção para mais dois factos que podem dificultar a identificação das quercíneas: o primeiro é de que costumam apresentar bastante variabilidade nas formas, tamanhos e coberturas pilosas dos seus órgãos vegetais, sobretudo das folhas e o segundo aspecto a fazer notar é de que estas espécies hibridam com frequência entre si, sobretudo o cerquinho com o roble ou o negral, dada a posição intermédia que tem em termos filogenéticos e fitogeográficos.

Resta-me apresentar algumas imagens ilustrativas de alguns dos detalhes botânicos expressos no texto, com a esperança de poder contribuir para um melhor conhecimento das quercíneas — esse valiosíssimo património botânico e natural, tão próximo — e muito mais interligado do que se possa pensar — dos nossos agro-ecossistemas característicos deste nosso «reino maravilhoso» que é a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.



Quercus suber — sobreiro



Quercus rotundifolia — azinheira



Quercus robur — carvalho roble



Quercus coccifera — carrasco



Quercus pyrenaica — carvalho negral



Quercus faginea — carvalho cerquinho

Bibliografia:

- João Amaral Franco — 1971 — Nova Flora de Portugal , Vol. I — Ed. do autor
 Salvador Castroviejo, Jorge Paiva et al – 1990 – Flora Iberica, Vol. II, Ed. Real Jardín Botánico de Madrid
 Pedro Bingre, Carlos Aguiar, Dalila Espírito Santo et al — 2007 — Árvores e arbustos de Portugal — Vol. 9 - Ed. Fundação Luso-Americana e Jornal «O Público»

Três idas a Miranda do Douro

— e uma passagem por Macedo de Cavaleiros

Manuel Cardoso

1.

Desde sempre que o nosso território trasmontano e duriense tem sido visitado por gentes de fora. Uns, na sua luta pela sobrevivência, outros, à procura de trabalho, outros ainda, no exercício da sua profissão e por razões militares, comerciais, políticas, religiosas, turísticas, por interesse científico e, alguns, por puro diletantismo, interesse intelectual ou preenchimento de dias de ócio. De todos há exemplos, documentados quer pelo seu próprio testemunho quer por relatórios oficiais ou pelas histórias e lendas que deixaram atrás de si, imortalizadas em poemas, crónicas, contos e romances, a merecerem uma revisitação. Há numerosas publicações que se têm ocupado deste tema e a diferentes níveis e encontram-se espalhadas muitas notas e artigos por um alargado âmbito delas, quer nacional quer internacionalmente. São de tal maneira numerosas e diversas que falta mesmo, diríamos, uma obra de conjunto que aborde o tema, o das *viagens na nossa terra*, interessantes a tantos títulos e que teria, entre outras, a utilidade de fornecer matéria de reflexão aos autóctones, sempre atavicamente a desmerecerem do que é nosso e a tão apressadamente rotularem ruas e praças com etiquetas insossas e vulgares, repetitivas, em vez de oportunamente aproveitarem a memória dos que por cá com mérito calcorrearam ou permaneceram.

Podíamos desfiar imensos exemplos do que atrás ficou dito (conhecidos de todos, cremos) mas o objectivo deste pequeno artigo é focarmo-nos em três

visitas que ocorreram na primeira metade do século XX a um dos mais recônditos segredos de Portugal, Miranda do Douro. Foram seus protagonistas Antero de Figueiredo (em 1916), John Gibbons (em 1938) e Augusto Frederico Schmidt (em 1948). Sem dúvida que houve muitos outros a demandar tal destino e a descrevê-lo primorosamente¹ mas a escolha é um bocadinho o nosso critério, falível e muito pessoal, de querer dar a ver três faces distintas e menos conhecidas do mesmo diamante e querer contribuir para fazer sair do esquecimento e mostrar mais ao grande público exemplos claros de interesse pelo nosso torrão.

Viajar é uma forma de visitar o tempo. Talvez por isso os relatos de viagens sejam uma forma intemporal de literatura, em qualquer estilo. De certeza que não é por acaso que a nossa obra-prima, *Os Lusíadas*, é o relato duma viagem, seja a nossa como povo seja a interminável viagem que nós fazemos da nossa vida, onde se misturam o certo e o incerto, o fado e a novidade, a ousadia e o medo. Fado, n'Os Lusíadas? Sim, o fado do nosso querido País, intemporal, de mala aviada, confiança infinita. O que de melhor podemos fazer na vida é visitar o nosso chão. “Portugal é, há séculos, uno e contínuo. Estas árvores, estas searas, estas flores são nossos parentes próximos: suas raízes penetram o solo e suas folhas respiram o ar onde se desagregam matérias em que já viveram as almas dos nossos avós. No espaço que nos rodeia gravitam, chamados pela saudade, espíritos queridos que o nosso coração não esquece – a quem nós queremos no passado de ontem e no de há séculos.”²

Numa época em que as autoestradas e as vias-rápidas vieram contrair o tempo de chegada aos mesmos espaços para que outrora se gastavam eternidades, é interessante revisitar as páginas de quem nesse outro tempo, ainda tão próximo, neles demorou – e ao lê-los saborear diferentes motivos e diferentes meios quase como se fosse uma diferente civilização!

1 E que produziram obras imortais como *A Arte e a Natureza em Portugal* ou o *Guia de Portugal*! O volume VII da primeira obra citada ocupa-se de Trás-os-Montes: “A obra “A arte e a natureza em Portugal” foi publicada em 8 volumes, entre 1902 e 1908 por Emilio Biel & C^a - Editores, Cunha Morais e F. Brutt, Tipografia de António José da Silva Teixeira. Textos e fotografias de monumentos, obras de arte, costumes e paisagens de Chaves, Montalegre, Barroso, Bragança, Miranda do Douro, Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso, Lamego, para só citar sítios trasmontanos. Foram colaboradores de escrita, no VII volume, A. Ribeiro de Carvalho, Manuel Monteiro, D. João de Castro, Joaquim de Vasconcellos, Emygdio de Brito Monteiro e Gabriel Pereira.” In <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=87812>. No caso do Guia de Portugal, é no volume V, dividido em dois tomos, que se encontram as páginas relativas a Trás-os-Montes e ao Alto Douro. Segundo idealização e projecto de Raul Proença: o primeiro volume foi publicado em 1924 e o último em 1969 já sob a supervisão de Sant’Anna Dionísio. Seguimos a 3.^a edição, quando cotejámos passagens deste artigo, da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

2 In Antero de Figueiredo, *Jornadas em Portugal*, Bertrand, 6.^a edição, pg.13. A primeira edição é de 1918.

2.

Antero de Figueiredo (Lourosa, Coimbra, 28 de Novembro de 1866 — Foz do Douro, Porto, 10 de Abril de 1953) dirigiu-se à Terra de Miranda do Douro em fins de Abril num ano do início do século XX, talvez em meados da segunda década, 1916: entra de comboio em Trás-os-Montes, subindo o Tua.

“O comboio, aberto na rocha viva da montanha a pique, serpeja, cá no alto, acompanhando as curvas duras no fundo do contorcido rio de um vale estrangulado, feito de altas serras de penedos a despenharem-se – águas sombrias em terrenos de erupção de um ciclo de cataclismos.”³

(...) À volta de Mirandela, terra quente e farta, tudo são bíblicos olivais, de poda boleada e arejada. Seguem-se léguas de sobreiros⁴ de tinta granítica nas copas, e sangrenta

nos troncos descortiçados. Depois, soutos de castanheiros que, no outono, se encherão de tons fulvos e sanguíneos nas suas folhas de latão e de cobre. Por fim, nas alturas de Rossas, escancara-se um vale de lameiros verdes, de levadas, de regos de água – o sangue da terra – desafogadíssimo, entre oiteiros de carvalhidos negrais e horizontes fechados por tintas de montanhas azuis, de manchas ténues, distantes, onde o olhar voga nos longes imprecisos das cousas... Até Bragança – terras acidentadas e fartas.”⁵

Em Bragança apeia-se do trem a carvão e vapor e segue para Vimioso, “onze léguas puxadas”, de automóvel: “O auto roda veloz, a zunir, como um besoiro



3 Iremos sempre seguindo excertos da obra referida na nota anterior, capítulo Terra de Miranda, pgs. 125 a 163.

4 Zona conhecida como o Quadraçal, entre o Romeu e os Cortiços.

5 Como termo de comparação, há a descrição no Guia de Portugal duma viagem pela Linha do Tua, Volume V, Tomo II, págs. 910-921, onde está também transcrita parte da descrição de Manuel Monteiro incluída em *A Arte e a Natureza em Portugal*, atrás citada, vide nota 1.

gigantesco, espavorindo os bezerros, parando de espanto os olhos dos pastores, pondo em debandada as ovelhas e os cabritos que trepam pelos outeiros.(...) Na estrada cruza-me com altas carroças de duas enormes rodas, com um comboio de mercadorias em cima, em torre, puxadas por cinco ou seis machos, a um de fundo, a passo, acompanhadas do oleoso almocreve, em mangas de camisa, a pé, com a tira do chicote passada pelos ombros. Cães, a ladrar, dentes arreganhados, pelo hirsuto, perseguem, num galope doido que os estira em lebres, o automóvel veloz. Mulheres pobres, a fazer meia, envoltas em mantéus escuros, passam montadas em burricos lanzudos, sem arreios, em chouto triste. Uma rude cruz funerária, sobre um monte de pedras (Padre-Nossos!) diz “morte de homem”. Casas ao longe: – é Vimioso. Começa a Terra de Miranda.”

Daqui para diante, segue numa “traquitana desconjuntada, mas forte, amolgada, mas brava, de molas rudas e duras, de rodas toscas e tenazes – afoita-se a tudo: ladeiras, despenhadeiros, atoleiros, barrancos, riachos; e ora mete por campos de centeio, ora trepa a lombas cobertas de mato, – sempre de boa cara, sempre triunfante!”. O nosso escritor segue atento e “Da imperial da pequena diligência, vejo, num cerrado, mocinhas vestidas de pardo, tristes, a guardar vacas; num outeiro seco, rapazes, com calções de pele de ovelha, olham pelo rebanho esparso; e numa pequena geira, murada, aqui próximo, na fieira de homens em mangas de camisa, mulheres pobres, com os filhos envoltos num chale, e pendurados das costas, como ciganas, sacham uma terrinha esboroada, tão pedregosa e sêca, que se ao ano lhe der para mau, poucas teigas de centeio colherão decerto.” A carruagem a cavalo é do Senhor Francisco, “velho alquilador, dono e condutor da traquitana a espedaçar-se nas suas ferragens desconjuntadas” que lhe vai contando “casos e cousas das terras que atravessamos”, onde as “mortes são só por vinho ou mulheres”.

Passam Genízio, Caçarelhos, Especiôsa, Ifanez, Cércio, Ralacouto, Prado-Gatão, Sendim, umas fisicamente outras na conversa, detendo-se em Malhadas, onde o cercam “rapazinhos e raparigas de faces brancas e sardentas, olhos azuis e cabelos ruivos – como saxões. Uma mocita, de butes, sua saia azul de miúdas ramagens amarelas, a blusa muito fechada resguardando o seiozinho brando, uma repa de cabelo de estriga a sair-lhe por debaixo do lencito posto em coifa soqueixada – logo me pergunta com desempo, a sorrir primaveril:

– Como se chama o tio?”

(...)

“Dias depois, uma tarde, na aldeia das Duas-Igrejas, onde ainda este ano⁶ se

6 1916. Sobre este assunto ver mais adiante o texto de Augusto Frederico Schmidt e a nota de rodapé 24.

representou A muito dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, antiquíssima, de Francisco Vaz; – uma tarde, reuni em volta de mim meia dúzia de rústicos actores que, na última Semana Santa, deixando sua lavoura, interpretaram esse auto vicentino do século dezasseis, que meteu muita gente, quási todos os homens (só homens) daquele povo sertanejo. Êsses poucos, porém, estavam preparados para reproduzir todo o drama, pois cada um sabia os papéis dos outros. Não admira: tinham gasto um ano a decorá-lo e a ensaiá-lo.”

O relato desta visita de Antero de Figueiredo à Terra de Miranda termina “em Cércio, aldeia de casas térreas e telhados cor de saragoça, tinta unida à dos campos acastanhados, a uma légua puxada de Miranda, o Sr. Francisco, que tem compadres em toda esta Terra, preparou para mim, de improviso, um serão ao ar livre, com o *Fandango* e a *Dança dos Paulitos*. Pela tarde, foi ele aos campos ter com os homens que lá andavam a sachar suas geiras, a roçar seus tojais; – e tudo combinou boamente. Eu convidei-os, depois, com um quarto de jorna, vinho e cigarros.” (...) “tomou voz o gemer nasal da gaita de foles, a ouvir-se um pouco ao longe” (...).

“À volta, todos interessados na alegria do bailado, empasta-se a massa parda dos pais, embuçados nas suas honricas, das mães, das irmãs, envoltas nos frangalhos dos seus buréis. Num murinho, sentadas em fila, crianças com suas roupinhas rôtas. Sobe a lua cheia, dourada, através dos ramos das árvores ainda não cobertas de folhas; e no alto de um olmo, num ninho, grande como açafate, recortam-se, no alambreado luminoso do céu, as manchas negras de duas cegonhas equilibradas nas linhas das suas pernas altas. A luz é meiga e serena.

Já passa de mão em mão o copázio cheio de vinho do sítio – uma translúcida ametista, esperta, traiçoeirazinha, que se insinua, aquece e trepa.⁷

O baile anima-se. As castanholas repenicam. Os peitos achegam-se, as pernas tocam-se; e os pés dos homens, num pulinho rítmico, fraldejam (como é do estilo) a saia da moça, que dança com os olhos ardentes e húmidos, fitos nos do seu par, ao mesmo tempo que, com a mão no lenço de cabeça, cobre e descobre a boca, em trejeitos de garridice provocante, ora a mostrar ora a esconder os beijos quentes, cheios de beijos para dar, os dentes brancos desejosos de morder...

Entre as mais, (...), destaca-se a airosa Engrácia, de corpo miúdo, boleado, com seus dezanove anos sãozinhos, cabecita redonda, cabelos, na frente, apartados em risca singela e, atrás, juntos em roda de tranças encanastradas como fundo de cesta de costura. (...) E esta luz de crepúsculo a apagar-se e de luar a

7 Este vinho da zona de Miranda é produzido tradicionalmente em vinhas sem armação, no velho sistema chamado “cabeça de salgueiro”. Castas predominantes: tinta gorda e bastardo, segundo o Eng.º Eduardo Abade, do CEVD – Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro.

nascer pincela-lhe de escassa claridade as curvas da testa e das faces, modeladas pelas sombras do pescoço e pela massa castanha dos cabelos, unida, na tinta, ao pardo do seu vestido de xerga. É uma Gioconda rústica que bailasse.

– Tio – diz ela para mim, risonha e natural – venha bailar comigo!

Por cima da música da gaita e do tamboril, sua vozinha sonora (– um sorriso ainda) canta em mirandês:

L'mio amour e l'tou

Si endam à la ribeira;

L'mio à la yerba cidra,

L'tou à la yerba cidreira.

O baile aqueceu: há sorrisos, ditos, gargalhadas.”

(...)

“Agora é a *Dança dos Paulitos* (...) rompe com audácia vivíssima, em passadas intrépidas, marcadas pelo rufo marcial do tamboril e pelas pancadas firmes e sonoras dos paulitos a baterem uns nos outros (...). É uma dança guerreira de movimentos acelerados e rítmicos, inflada do modo dórico da austeridade espartana.” (...) “que os extenua, pois esta dança, só de homens, é uma brutal marcha forçada!

As raparigas admiram-lhe o aparato, mas não a entendem nem a estimam por nada lhes dizer ao seu sexo que exige danças em que elas entrem – em que seus desejos bailem.

Por isso as moças de Cércio, neste serão de arraial improvisado, querem também bailar e berram pelo Fandango. De novo se volta à dança de roda.

O luar vai alto. Há neblinas nos longes da campina.

Agora baila-se um Fandango bravo, vermelho, escaldado pelo calor do vinho que trepou às cabeças, pelos sentidos ao rubro, pelo percutir das baquetas excitadas a rufar na sola do tamboril, pelo convite afrodisíaco da brancura da noite luarenta a misturar seu misticismo com o hálito dos fenos dos campos, e com o bafo quente dos currais, aqui ao lado, onde lascivamente mugem bezerros em camas de tojos por curtir, não menos duras que aquelas em que esta noite dormirão os corpos a arder em sensualidade desabrida, destas moças e destes moços brutos que, cada vez mais, açulados pelo cio, lá continuam a bailar, em derrengues de bustos e ancas, em ofertas e negaças de desejos vulcânicos: – a bailar sob a luz da lua cheia que invade de volúpia as almas e os cerros desta distante província trasmontana, despovoada e áspera.”

3.

Completamente diferente da anterior é a ida a Miranda de John Gibbons (1882-1949), no cumprimento dum desejo antigo, por ele bem explicado no seu livro de memórias de estância na Coleja⁸, concelho de Carrazeda de Ansiães, “Não Criei Musgo”.⁹

Sobre as circunstâncias desta estadia e análise detalhada do seu livro há já estudos e publicações várias.¹⁰

O autor descreve o que foi a sua ida a Miranda¹¹ já depois de regressado à Coleja, onde tinha deixado a máquina de escrever, e começa o capítulo com uma expressão exultante: “O meu entusiasmo não



-
- 8 Aldeia do concelho de Carrazeda de Ansiães onde o autor esteve desde Novembro de 1938 a Fevereiro de 1939.
- 9 Título em português de *I Gathered no Moss*, Prémio Camões em 1939, tradução de Maria João Pacheco de Amorim com Nota de Abertura de Rodrigo Sarmiento de Beires, edição da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães em 1984, comemorativa dos 250 anos desta vila. A capa desta edição é de Helder de Carvalho e o arranjo gráfico é da Escola Tipográfica de Bragança. Sobre este livro, António Araújo (ver nota 10) diz “A leitura de “I gathered no moss” é, indubitavelmente, muito mais interessante e succulenta do que livros ainda hoje saudados (...). Não se compreende, pois, o motivo pelo qual a obra de Gibbons não tenha merecido mais destaque, seja durante o consulado de Salazar, seja no Portugal dos nossos dias.” Também Fátima Loureiro Dias, na conclusão do seu artigo (v. nota 10) diz muito justamente: “Escrito ao correr da pena, comovente e transbordante de humanidade, este livro, lido hoje, faz-nos reviver uma época em que o tempo não contava, as distâncias eram percorridas ao ritmo lento de um comboio ou de um barco rio acima e em que as coisas mais banais que hoje nos são indispensáveis não existiam.”
- 10 Vide, entre outros, o excelente artigo de Fátima Loureiro Dias “*A paisagem duriense a partir duma obra de John Gibbons*” in Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEOGRAFIA, III Série, Volume I, ano 2012, pág. 59-73, acessível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/12/23> Há, também, o artigo de António Araújo no blog malomil, acessível em www.malomil.blogspot.com: *Não criei Musgo, de John Gibbons*. Há, ainda, uma tese de Ana Isabel Nu Calado, *O Portugal de Salazar visto de uma Varanda Trasmontana*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, FCT, 2005.
- 11 Na edição portuguesa, a descrição encontra-se entre as páginas 269 e 291.

tem limites! Acabo de realizar um dos maiores sonhos da minha vida: visitar Miranda.” Tal desejo tinha-lhe nascido oito anos antes, quando em Lisboa desdobrara um mapa e perguntara, numa agência de turismo, como ir àquela cidade tão isolada, e o funcionário lhe respondera que, “pura e simplesmente, não se podia ir até Miranda.” Por razões financeiras e escrúpulos profissionais não realizou, então, essa vontade mas tal acabou por se proporcionar oito anos depois em Dezembro de 1938, na semana de Natal.¹² Com um guarda-chuva, o estojo da máquina de escrever (em que levava o pijama, um estojo de toilette e colarinhos lavados), um sobretudo e uma camisola enfiada no bolso deste, o nosso inglês, escoltado por uma rapariguinha da aldeia, a Irene, dirige-se à estação do Vesúvio onde embarca para a viagem, não sem que antes o Chefe da Estação o tenha informado de que deva “chegar a Miranda por volta das oito da noite” e de que teria de seguir numa camioneta na fase final.¹³

No Pocinho passa para o comboio de “linha de via reduzida”¹⁴ [que] consiste numa locomotiva alemã, com nove carruagens de carga, uma de correio e duas de passageiros. Uma delas é de primeira e terceira e a outra é apenas de terceira. Vou em terceira, claro. (...) Subimos praticamente em espiral por um precipício acima e em certos pontos vêem-se duas e três curvas da linha (...). Não se vêem campos nem pessoas: apenas rochas e, muito lá no fundo, o Rio Douro e o Rio Sabor.¹⁵ (...) Do Pocinho a Duas Igrejas são 106 Km, à volta de sessenta e três milhas, e demorámos quatro horas e meia, incluindo o tempo das intermináveis paragens. Escureceu, (...). A iluminação é fornecida por três candeeiros a gaz acetileno, mas um deles já se apagou. (...) Entretanto já ultrapassámos a linha de neve, porque vejo serras todas brancas abaixo de nós e chegou a altura de vestir a minha camisola. (...) A carruagem está às escuras (...). Pelas janelas meias abertas entra uma ventania gélida. (...) Calculo que haja uma pensão em Miranda. (...) Bem, o que sei é que são oito da noite e não como uma migalha desde as dez da manhã... (...) Cheguei finalmente a Duas Igrejas, fim da linha. O comboio devia ter chegado às sete e quarenta e são dez horas. A pequena estação encontra-se mergulhada na escuridão (...). Para seguir para Miranda devo entrar nesta espécie de autocarro bastante esquisito e sem luzes? (...)

12 JG vai para Miranda a 22 de Dezembro de 1938, está lá no dia 23 e regressa à Coleja no dia de Consoada.

13 Só por si, descer da Coleja até ao Vesúvio implicou percorrer a pé o caminho escabroso em que era preciso atravessar a ribeira da Coleja e atravessar de barco o rio Douro, para a margem sul, onde se situa a pequena estação.

14 A Linha do Sabor, construída entre 1911 e 1938. Foi encerrada em Maio de 1981.

15 Vale a pena comparar esta descrição da viagem com a que consta no Guia de Portugal, Volume V, Tomo II, págs. 1034-1039, Linha do Sabor.

Percorremos umas sete milhas de estrada coberta de neve e, por volta das dez e meia chegámos finalmente a Miranda. (...) Parou na pequena Praça, centro social da terra, que não consigo apreciar bem por a luz eléctrica de Miranda ser bastante fraca. Um boneco de neve com dez pés de altura está ali, como que a dar-me as boas vindas. (...) Esperam-nos umas doze pessoas, que recolhem o correio e os jornais, e eu dirijo-me a um polícia para saber da pensão. (...) Apesar de já passar das onze da noite, foi-me apresentado um excelente jantar: uma sopa que parecia de espinafres, arroz de chouriço, bife de vitela com batatas fritas e maçãs assadas acompanhadas de um molho doce de cor rosada. E, claro, vinho e café. (...) Enfio-me na cama mas levanto-me logo de seguida: está frio, mas estes portugueses de Trás-os-Montes não são os únicos a saber lidar com ele. (...) Mal consegui acender o que restava do pavio da minha lamparina, vesti quanta roupa tinha por cima do pijama. Não cheguei a por o chapéu mas o sobretudo não escapou. (...) Na manhã do dia seguinte acordei às dez horas. (...) Depois do pequeno almoço fui visitar a Sé. (...) Em seguida, o guia conduziu-me à Casa *Duque Villington*, onde Wellington se instalou durante as Guerras Peninsulares.¹⁶ O melhor de tudo, porém, foi o almoço na pensãozinha. (...) Um dos cavalheiros da mesa principal – sem fazer grande caso de eu ser inglês – dirigiu-se-me em francês, perguntando se eu gostaria de lhes dar o prazer da minha companhia. Como aceitei, mandou a criada mudar os meus pratos. (...) estes senhores que são funcionários do Estado colocados temporariamente nesta cidadezinha, situação que encaram como um verdadeiro exílio. Um é *monsieur le Juge*, segundo o que me dizem em francês, outro é o Senhor das Finanças, etc. (...) Os quatro cavalheiros ofereceram-me um exemplar da “História de Miranda”, da autoria do Major Teixeira, apaixonado pela cidade e perito na sua história. (...) recordo alguns magníficos panoramas das minhas viagens pelo mundo, mas este de Miranda é tão fabuloso, que não o esquecerei enquanto viver. (...) Ontem à noite, quando vinha no comboio, não pude ver bem a paisagem, por estar demasiado escuro e demasiado frio, mas hoje já posso concluir que não subimos muito na última parte da viagem. Miranda situa-se num planalto no cimo das montanhas, onde dizem que o Verão é excessivamente quente, e o orgulho da terra é um vinho branco especial exclusivo da região. (...) este frio de Inverno é paralisante. Não corre uma brisa sequer, não há ponta de humidade, o sol quente brilha no céu,

16 Wellington esteve de facto em Miranda do Douro, onde chegou a 29 de Maio de 1813 e de onde partiu no dia seguinte. Houve numerosas tropas estacionadas na cidade e nas aldeias dos arredores, algumas chegadas semanas antes. É interessante colher informações sobre as manobras militares dessa fase. Pode ler-se sobre o assunto: *The Life of The Most Noble Arthur, Duke of Wellington*, por George Elliott, London 1815; *Wellington, a Military Life*, Gordon Corrigan, A & C Black, 2006.

mas o frio é cortante. (...) Todos os homens desta região são altos e corpulentos, presumindo-se que pertençam a uma raça diferente da dos outros portugueses: a Celta. De facto, é curiosa a coincidência de usarem a gaita-de-foles. Lembro-me de há uns anos ter havido uma actuação de danças folclóricas no Albert Hall em Londres, de que fazia parte um rancho representativo do concelho de Miranda.¹⁷ Executaram a “dança dos paus” e os intervenientes, todos homens, são conhecidos localmente por Pauliteiros. Vestiam uma saia do género do “Kilt” escocês, que parece ser também de origem céltica. (...) a diferença nota-se até nas caras, que passariam completamente despercebidas no oeste da Irlanda. (...) Não houve nada que os cavaleiros não me mostrassem mas o maior espectáculo de todos foi o do céu cerca das cinco e meia da tarde. O frio era cortante e o sol pôs-se por entre chamas que pareciam envolver o mundo inteiro. (...) Pude admirar o Menino Jesus da Cartolinha. (...) Entre vários trajes havia um de antigo nobre de Portugal e outro que há cerca de um século lhe fora oferecido, cópia dos fatos usados pelos fidalgos ingleses. Nem a cartola faltava! (...) Miranda está muito isolada. (...) Uma casa data de 1684, outra ainda, com as suas estranhas gárgulas, lembra-me um pouco o castelo de Lynch em Galway. Mas que é isto? Uma canequinha que parece saída do Sr. Woolworth baloiça-se no extremo de uma corda, batendo na parede com um som que mete dó. É espantoso! Acontecia exactamente o mesmo na Londres de Dickens... A casa das barras de ferro nas janelas é a cadeia e os presos vivem em parte dependentes das esmolas depositadas na caneca. (...) aproxima-se a hora de regressarmos à pensão. Que frio! Julgo que teremos de jantar de sobretudo, cachecol, chapéu na cabeça e braseira debaixo da mesa. Quem será esta senhora tão bonita? É-me apresentada como a Senhora dos Correios e Telégrafos e sou-lhe por minha vez apresentado como um escritor Inglês merecedor da maior consideração. Vê-se claramente que o tratamento por *Senhora* é apenas a título de respeito, porque é uma rapariga solteira. O Jantar, invulgarmente bem servido, decorre acompanhado de alguma conversa em francês e inglês. Que sucederá quando terminar? “Nada” diz-me o amigo juiz, “em Miranda não sucede nada”! É uma cidade interessante para se fazer uma visita de um dia, como é o seu caso, mas não para os funcionários que têm de viver na terra durante um ano inteiro. Onde foi a Senhora? Pelos vistos já recolheu ao seu quarto no posto de correios. E o Juiz, que fará de seguida? Muito amavelmente, convida-me a acompanhá-lo para poder ver por meus próprios olhos. E mostra-me os seus aposentos de aspecto solitário,

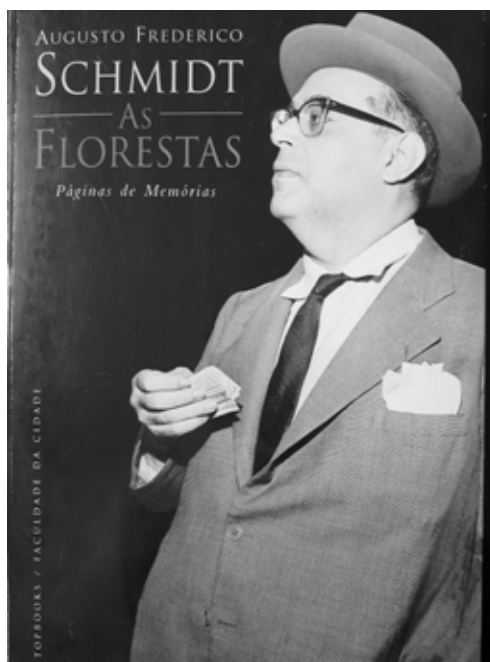
17 De facto ocorreu esta actuação dos pauliteiros: In 1934, *Rodney Gallop took the Pauliteiros de Cércio to perform in the Royal Albert Hall in London*, in: <http://etnografica.revues.org/1997> um muito interessante e completo artigo sobre o tema, de Barbara Alge.

dizendo-me que se vai meter na cama e rezar para ser transferido para qualquer outro lugar. Pergunto-lhe se não há qualquer café na terra, onde as pessoas se possam entreter um pouco e passar o tempo e indica-me um estabelecimento onde posso ir, no caso de querer, mas a que não poderá acompanhar-me. (Julgo que por parecer mal o Juiz frequentar a taberna local). Aliás, o pequeno bar não é muito alegre e mais parece uma mercearia. Peço uma caneca de cerveja que me é servida ao mesmo tempo que é colocada uma braseira debaixo da mesa. Numa mesa ao lado, quatro homens agasalhados até aos olhos jogam às cartas com um baralho espanhol bastante estranho, com quarenta cartas. (...) Miranda é realmente uma terra pouco divertida, julgo que se o Magistrado fosse inglês, poderia divertir-se um pouco, quanto mais não fosse, a escrever uma autobiografia... (...) Tenho de fazer os preparativos para a partida amanhã de manhã (...). Tenho de apanhar o comboio diário. Por um dos meus amigos fico a saber que a camioneta, cujo horário oficial de partida é às sete horas, nunca sai antes das sete e meia, oito horas menos um quarto, e que o comboio sai de Duas Igrejas às oito e meia. Levantando-me às seis e meia, terei, pois, tempo de sobra. (...) Acordei realmente às seis e meia em ponto. (...) ...não consigo abrir a porta! Giro a chave nos dois sentidos mas não acontece nada. É absurdo! É impossível que eu, inglês, transportando um estojo de máquina “Corona” feita em Siracusa, Nova York, fiquei prisioneiro nos meus próprios alojamentos em Miranda, Portugal! Mas a verdade é que estou. Vou acendendo mais e mais fósforos e meditando na minha situação. Descobri! A fechadura está ali apenas para conceder uma certa dignidade à casa, pois a porta está fechada apenas com um pau apoiado no chão. Basta retirar o pau para a porta se abrir. (...) “Ó Patrão!” Passados instantes, ouço a voz do proprietário, dados os seus poderes de gerente ainda na cama, chamar indignado pela Antónia, aquela preguiçosa que pelos vistos não se levantara ainda para atender o hóspede. Em dez minutos a rapariga levantou-se, acendeu a fogueira, fez café, apareceu com pão e preparou-me umas sanduíches para a viagem. Tomei o autocarro e a seguir o comboio. O percurso até ao Pocinho, visto à luz do dia, foi inesquecível. Para além de demorar cinco horas e o comboio ir cheio, houve um homem que durante duas horas seguidas não parou de tocar *fados* numa gaita de beijos. No planalto o frio faz-se sentir apesar do sol brilhar em todo o seu esplendor. Ao aproximar-se o Douro descemos perpendicular e no Pocinho tomo novamente o comboio, igualmente cheio e em que as carruagens de segunda foram transformadas temporariamente em terceira classe. Surpreendentemente, encontro a nossa professora na plataforma da estação que, ao que parece, me procurava para desejar-me um bom Natal: Boas Festas! Como saberia ela que eu ali estava? Bem, é mais uma confirmação de que toda

a gente das redondezas está a par da minha vida... Chego à minha estação¹⁸ às duas da tarde, o que representa uma boa estirada desde as seis e meia da manhã, e encontro a mulher do correio. Será que ela aceitaria cinco pence para me levar até casa? Não tenho mais dinheiro para lhe oferecer, mas pelos vistos ela fica encantada em poder ser-me útil por essa insignificância. Desta vez atravessei as pedras do ribeiro sem preocupar-me e sentia-me até capaz de levar a mulher do correio ao colo, se fosse preciso. Sabem porquê? Porque hoje tudo me parece diferente. Estive em Miranda.”

4.

Surpreendente é o mínimo que se pode dizer da ida de Augusto Frederico Schmidt (1906 – 1965)¹⁹ a Miranda do Douro. Poeta e político, empresário e editor, este autor brasileiro é um dos muito injustamente esquecidos na voga literária com que nos embrenhamos e considerado por Carlos Drummond de Andrade como “o autor afortunado de alguns dos sonetos modernos mais leves, mais aéreos e fluidos da nossa língua”²⁰. Descobri-o por acaso, há anos, ao fazer uma investigação sobre Macedo de Cavaleiros. Não editado em Portugal, um dos seus livros de memórias “As Florestas”, teve a primeira edição em 1959 no



Brasil e foi um dos exemplares da 2.^a edição, da TopBooks do Rio de Janeiro, de 1997, que me trouxe de Além-Atlântico o meu querido e saudoso primo e amigo Alexandre Carvalho Neto, por encomenda expressa, em Abril de 2010! É que eu tinha lido uma referência a Macedo, algures na net, em que se cruzara o nome de Augusto Frederico Schmidt e já em conversa com o também saudoso meu primo

18 Vesúvio

19 Não nos vamos deter na espantosa biografia de AFS, acessível em numerosos artigos na net...

20 Roberto Figueiredo Amaral, nota a *As Florestas*, 2.^a edição.

e amigo António de Sousa Falcão, anos antes, havia sido premunido sobre a estada do brasileiro nas nossas terras, na companhia de António Ferro – mas coisa vaga, sem datas, quase só de valor anedótico e de conversa fiada. Contudo, ao escancarar a primeira página do capítulo Portugal, o subcapítulo “Descoberta de Trás-os-Montes”, parágrafo I, começa assim: “Visitei com António Ferro as terras lusitanas de Trás-os-Montes, as chamadas terras-frias.” Grudei na prosa! – para usar algo do português doce de além-mar – e não parei mais de me surpreender. Gostaria que o caro leitor se deixasse surpreender também.

“Visitei com Antônio Ferro as terras lusitanas de Trás-os-Montes, as chamadas terras-frias. Fui até Miranda do Douro, de onde o olhar, sem esforço, alcança o solo espanhol. A teia bem delineada das estradas portuguesas serve e facilita imensamente a vida ao viajante. Penetra-se, hoje, a 80 Km à hora²¹, por essa região montanhosa, no que há de mais remoto, antigo e secretamente defendido, em Portugal, da impureza e da modernização.”

“Percorri Trás-os-Montes nos primeiros dias de junho.”(...)

A escrita de AFS é a de um poeta.

“Pelas estradas, caminham raparigas vestidas à moda regional, algumas saudáveis e frescas como as olivas e as cerejas da estação. Os meus olhos seguem meninos e até mesmo rapazes, em grupos, que gozam a vida.”(...) Há, porém, nessa viagem por Trás-os-Montes, longos espaços, em que não se encontra ser humano sequer. A terra, de um e outro lado das montanhas, está toda trabalhada em prodigiosa economia. Nada foi esquecido pelo cultivador, empenhado em que não se perdesse um só metro de solo bom. Sente-se bem a presença humana e os sinais de que andaram mãos a semear, a acariciar e tornar propícias as germinações e os florescimentos. Mas esse homem incansável, tão trabalhador, torna-se, de repente, invisível. Não se vê absolutamente ninguém durante largo espaço da viagem de automóvel. A terra parece então viver mais sozinha, grávida e nobre, a bela terra de Trás-os-Montes.”

(...)”... encontramos, subindo a Serra do Marão, vistoso grupo de segadores, verdadeiros ciganos da agricultura. O automóvel ladeia bosques, com árvores de um verde doce, bem mais suave que o nosso verde do Brasil, de sombra fresca e amiga.

Seguimos até Miranda do Douro, para assistir ao Auto da Paixão de Cristo, que os camponeses vão representar ao ar livre. A noite já vem caindo, muito lentamente. Vamos passá-la em Macedo de Cavaleiros, vila que parece ser a mais tranqüila do mundo. Aí, no entanto, vou descobrir agitação secreta e fermentação bem longe de ser suspeitada...”

Estávamos em 1948 e na esteira do que foram as comemorações dos 450

anos de elevação de Miranda do Douro a cidade²². Esta viagem até ao leste do território trasmontano juntou uma série de ingredientes a que não faltou a pimenta: a primeira vez que dela ouvimos falar foi, como dissemos atrás, pela voz de António Falcão, num serão em nossa casa, mais de cinquenta anos depois de ter ocorrido: “O António Ferro chegou um dia a nossa casa²³, em Macedo, atrasado, muito preocupado por ter falhado o encontro com um escritor brasileiro que tinha chegado antes... mas como este não vinha só, vinha com umas brasileiras interessantes, o meu Pai logo lhe disse “Ó António, tu vens mas é atrás da brasileira, não vens pelo Schmidt!”, “Ah. Ah. Ah!”. Houve jantar, um serão animado, e no dia seguinte lá foram todos para Miranda, o meu Pai também.”

O António Falcão mais não disse sobre o assunto e a conversa derivou para outros *fait-divers*, por desconhecimento ou por não se lembrar, mas ficou indelével essa alusão a esse momento exótico (de que o AF não sabia precisar a data...) e serviu de premunção para a atenção que logo teve quando, com um clic na investigação sobre Macedo que então fazíamos e a que nos referimos acima, surgiu no motor de busca da net “Macedo de Cavaleiros, As Florestas, Augusto Frederico Schmidt”.

Não resistimos a transcrever na íntegra o segundo parágrafo, com que continuamos, colocando em rodapé as notas pertinentes:

“Dormimos em Macedo de Cavaleiros. No dia seguinte assistimos ao Auto da Paixão de Cristo, em pequeno povoado de poucos fogos, denominado Duas Igrejas, a cinco quilómetros de Miranda do Douro²⁴.

22 Segundo me referiu Mário Correia, CMT Sons da Terra, a vinda de António Ferro a Duas Igrejas ocorreu neste âmbito destas comemorações. Houve troca de correspondência, carta e telegramas, algo intensa entre o SNI (na época, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo), nas pessoas de Francisco Lage e António Ferro, e António Maria Mourinho. Parte de toda esta documentação encontra-se no Centro de Estudos António Maria Mourinho, em Miranda do Douro.

23 A Casa Falcão, solar no centro de Macedo de Cavaleiros, construído na primeira metade do século XVIII por D. Ana de Sá Sarmento e seu marido José da Costa Macedo, actualmente Museu de Arte Sacra e Posto de Turismo. Apesar desta casa ter sido adquirida por compra dos Sousa Falcão aos Mimoso de Alpoim no início do século XX, a sua primeira proprietária era parente colateral dos ascendentes da mulher do Dr. Frederico Falcão Machado, anfitrião de António Ferro, Augusto Frederico Schmidt e comitiva.

24 Esta representação foi apoteótica porque há 32 anos que não se realizava em Duas Igrejas e o Padre António Mourinho muito se empenhou para que fosse um marco no tempo. Decorreu no dia 6 de Junho de 1948.

A caminho de Macedo de Cavaleiros ia eu pensando comigo mesmo no encanto de descansar numa cidadezinha simples, numa dessas aldeias que, um dia, sem conhecer, evoquei num dos meus poemas iniciais, onde há alusão a sinos a acordar os fiéis e a hábitos ingênuos e humildes. Aldeias velhinhas, tanto mais inocentes quanto mais antigas. Macedo de Cavaleiros, porém, não é nada assim. Bastou-me uma noite para saber a história de tudo e de todos. Na grande e impressionante simplicidade transmontana, Macedo de Cavaleiros é qualquer coisa de inquieto e de novo. A vila é ambiciosa. A sua idade não vai além dos oitenta anos²⁵. De aparência tranquila, há uma fecunda insatisfação em Macedo de Cavaleiros. Por exemplo, nem todos estão contentes com o pároco presidente da Câmara local²⁶, embora gregos e troianos apóiem o governo do Estado Novo. Limita-se a oposição a uma luta surda, mal conhecida ainda, da qual só os muito íntimos da política de Macedo de Cavaleiros têm revelação.

Conversei com um dos homens mais inteligentes da vila. Dele ouvi que o comércio de Macedo de Cavaleiros é ativo e vário, o negócio de azeite é intenso e os elementos israelitas preponderam na vida econômica da vila²⁷.

Para compor a numerosa fisionomia de Portugal íntimo, é indispensável conhecer a existência de Macedo de Cavaleiros e de outras Macedo de Cavaleiros, disseminadas pelas diversas regiões deste maravilhoso mundo lusíada. Conservando riquíssimo pitoresco e fidelidade a si mesmo, incompreensível nesta Europa ressentida e triste, não deixa Portugal de movimentar-se no sentido de agitação profícua, e, digamos mesmo, de progresso (aliás palavra herética). Para que o Portugal poético possa continuar, tal como é em outros sítios, é que existe Macedo de Cavaleiros. Tem vários nomes esse tipo de cidade, não só em Trás-os-Montes mas nas Beiras, no Minho, no Alentejo, seja lá onde for. É uma famílias de vilas ou cidades, nem antigas nem históricas, e que não possuem nada de especial a ser mostrado ao forasteiro. É apenas um centro de luta e de vida; ontem não existia mas amanhã se revelará, de súbito, triunfante.

Portugal é país vivo e não apenas uma série de paisagens belas ou um museu. Pode respirar, também, certa ansiedade literária ou política, mas já não respira decadência. Portugal não é país em declínio, abandonado, com o gosto exclusivo da morte e da negação, país abafado pelas glórias provenientes do

25 Macedo de Cavaleiros, se bem que de existência antiquíssima, apenas foi sede de concelho desde 1853 e vila desde 1863.

26 O Padre Manuel António Faria (19-06-1884/24-02-1965 Macedo de Cavaleiros). Presidente da Câmara Municipal e Presidente do Grémio da Lavoura de Macedo de Cavaleiros.

27 É interessante notar que o escritor, tendo estado menos de 24 horas na vila, ficou com uma imagem muito completa e precisa da sua articulação e composição sócio-económica. Político, além de poeta...

mar, em tempos grandes, e transformadas em tristezas: o futuro nacional havia-se fixado todo nesse passado.

Tomei Macedo de Cavaleiros como exemplo de um Portugal menos amável e incomparavelmente menos interessante do que o outro, e que existe também nessa terra de Trás-os-Montes, com a sua paisagem bela mas grave e escura, precisamente o contrário da paisagem do Minho, que é jardim, pomar e paraíso.

Mas Macedo de Cavaleiros é símbolo também, é algo, como aqui se diz, de engraçado, à sua própria maneira. É qualquer coisa de ativo, na sua gente preocupada com o ganhar a vida, com o preço das necessidades, com o modo de lucrar mais um pouco, de construir mais um prédio e de crescer. E isto no distrito, cuja cabeça é Bragança, a nobre. Nela, o próprio ar que se respira parece nascer da história, desse mundo ido e não passado, que se fixou eternizado nas velhas construções imperecíveis e na fisionomia imóvel da cidade.”

Notável!

O terceiro e último parágrafo desta jornada em Trás-os-Montes é a ida para “o mundo de Miranda do Douro. Terra a mais estranha de Portugal, é a única a possuir quase tudo de próprio, a começar pelo admirável dialeto, o mirandês, examinado com o mais extremoso cuidado pelos maiores estudiosos da língua. É a terra dos esplêndidos dançarinos, ditos pauliteiros, que vestem saias garridas e usam chapéus enfeitados com flores. É também a terra do Menino Jesus Pinoca²⁸, devoção que não vem de muito longe, talvez, mas bem expressiva da doce inocência mirandesa. Povo o mais sóbrio, o mais reservado e mesmo o mais taciturno de Portugal, habitante das montanhas, que trabalha duramente o mais frio e duro inverno, criou para seu culto o Menino Jesus Pinoca. Elegante Menino, chibante, que muda constantemente de roupa e empunha chicotinho e, por vezes, uma bengala. Jesus de quinze a dezoito anos, com ares de morgado. Tudo o que os filhos dos mirandeses não têm, todo o luxo que eles desconhecem, é reservado para o Menino Jesus.(...)”

“Acabamos de chegar a Duas Igrejas. Nesta povoação, vai representar-se o Auto da Paixão de Cristo. Dista ela apenas escassos minutos de Miranda do Douro, a velha cidade, encostada ao muro, onde altos penhascos separam a Espanha de Portugal.

Duas Igrejas palpita em hora intensa. Aproveitando o dia quente e azul de verão, peregrinos de todas as aldeias circunvizinhas vieram assistir ao espetáculo único, que se não realizava já há muitos anos, talvez mais de trinta. (...)

28 Curiosa designação do Menino Jesus da Cartolinha, motivada pelo insólito da sua existência...

(...)

Antes, porém, é-me oferecido o agradável prazer de tomar parte no piquenique realizado à beira da estrada, em pequeno vale, ameno e verde, como convidado de duas famílias: a do Sr. Nuno Pimentel, de Bornes, perto de Macedo de Cavaleiros, e a do Dr. Falcão²⁹, antigo presidente da Câmara do mesmo Conselho [sic].

Aprecio, encantado, os deliciosos farnéis, que essas famílias me prodigalizam. Penso longamente no meu amigo Edmundo da Luz Pinto, tão excessivamente implicante com estas refeições ao ar livre. Por certo converter-se-ia a essa prática, ante a qualidade dos acepipes, das frutas e da beleza do sítio. Preparamo-nos depois para acompanhar a realização do auto, saboreando a boa comida transmontana e ouvindo histórias interessantíssimas sobre a região e os seus habitantes, contadas pela gentil senhorita Maria Augusta Pimentel.

Sob a direção do pároco Mourinho³⁰, erudito dialetal e homem de força, energia e vocação para o comando, armaram os naturais de Duas Igrejas interessante série de retábulos e palcos. No momento em que nos instalamos em monte próximo, para assistir à função, já estavam representando os atores-compônios da Divina Tragédia.

A sucessão de palcos, com um alto retábulo no centro (localização do coro dramático), termina por uma espécie de longa ponte-estrada, que leva ao Calvário e avança em aclave com as Sete Estações ou as Sete Quedas. Por elas vai palmilhar e tombar, até à Crucificação, no fim do auto, o Cristo transmontano louro e forte.

(...)

O auto desenrola-se numa espécie de vale, cercado de montículos. A paisagem das terras frias é séria e grave. Não se apresenta mansa e garrida como a de outras regiões portuguesas, mas fechada e retraída. O sol, contudo, jorra intenso. E que tristeza e que dureza resistem ao sol, a um sol assim?

(...)

Quando o Cristo, já trôpego, com a túnica azul a roçar pelos arbustos, deixa os retábulos e começa hesitante o caminho da Cruz, em plena comunhão com a alma mirandesa, poucos vencem a comoção, poucos deixam de ter os olhos molhados. A assistência é impressionante na sua unidade. Veio toda a gente de Miranda do Douro e dos povoados vizinhos. Até de Bragança e de muitos outros lugares. A massa humana vibra em contensão, em angústia, em total participação. São os bons homens e as boas mulheres das terras frias que eu estou vendo de

29 Dr. Frederico Agostinho de Mesquita Falcão Machado (Ala, Macedo de Cavaleiros, 20-03-1888/Ala, 17-12-1977).

30 António Maria Mourinho (Sendim, Miranda do Douro, 14-02-1917/Lisboa, 13.07.1996).

perto: as velhas, de muitos e muitos invernos já passados, os miúdos de aspeto saudável e que lembram frutos verdes. É o povo, o verdadeiro, o nobre, o austero povo português; é o povo surpreendente de Trás-os-Montes que, sendo o mais agarrado e o mais íntimo da terra, ofereceu talvez o maior contingente humano para as antigas e gloriosas loucuras marítimas. É o povo da montanha, do alto de Portugal, comprimindo-se, reunido, para comungar nas dores de Maria, nos padecimentos de Cristo. É o autêntico povo, o lavrador, o homem da enxada, o homem da vinha, o pastor das serras, o povo da Idade Média, a integrar profunda certeza e consoladora Esperança.

As mulheres conservam os seus xales, mesmo com o sol ardente. O auto dura cinco horas. A longa tarde só amadurece com a Agonia de Cristo.”

Luísa Dacosta: Uma voz desassombrada com pronúncia do Norte

Maria Hercília Agarez

Luísa Dacosta. Uma voz feminina de que Vila Real foi primeira placenta feita de aridez de terras e montes. Mais tarde renascerá do ventre imenso e líquido que lhe foi morada duradoura.

Raiz de pedra
corpo de vento,
olhos de água.
Assim sou
Entre pássaro, flor e mágoa.

Aqui, nesta «cidadezinha de província», nasceu e viveu até aos dezassete anos. Feliz. Uma menina bem-nascida. Rodeada de afectos e de cuidados. Gostaria de ter nascido rapaz. Para acompanhar o irmão e o primo Jorge na condução aventureira do arco. No jogo do eixo, no assobio — «Quando uma menina assobia, estremecem céus e terra». Se as brincadeiras que ocupavam o seu viver infantil não diferiam das habituais, no feminino, não lhe levavam a bem as tendências de trepadora de muros e das cameleiras do quintal, nem a inquietude a dificultar à criada a tarefa de lhes abotoar o bibe, à saída para o colégio de S. José.

Na sua obra, quase toda de cariz autobiográfico, a mulher que uma estadia na Campeã, em 1949, fez escritora com direito a pseudónimo (aí se isolou na fruição de ares propícios ao tratamento da primeira tuberculose e em isolamento

desafiador de meditação, leituras e primeiros escritos), evoca cada momento vivido no centro histórico de Vila Real, local de todo o fervilhar quotidiano, comercial, lúdico, académico, administrativo, não esquecendo os «longes» dos piqueniques campestres na Timpeira e em Mateus e a cascata da Peneda («uma cascatazinha de S. João agrandada»). Espaço interior de jogos e de bodinhas, de histórias de encanto narradas pela mãe professora, de mistura de sons rivais e competitivos: o da ópera ouvida, aos serões, pelo pai, na rádio, e as rezas mecanizadas, mas também musicais, conduzidas infalível e habilmente pela tia Mercedes. Os Natais azafamados entre a feitura de doces conventuais e populares. Os Carnavais vestida de *Pierrette*, de dama antiga, de chinesa. As Primaveras, também no quintal, esbanjadoras das cores e dos aromas de lírios e lilases, a Páscoa do esperado foliar e do vestido novo de «voile de lã», só permitido no dia de Aleluia.

A casa de pátio «lajeado de granito», voltada para as torres da igreja de S. Pedro, para o banco de Portugal e para o quartel dos Bombeiros da Cruz Verde de que o pai era, respectivamente, funcionário e comandante, era cenário de jogos da macaca, de esconderelos, de danças de roda. Se chovia, aí se abrigavam pobres, simples passantes, vendedores de feira e, até, pares de namorados. Sem esquecer os Robertos, talvez o fascínio mais marcante daquela menina sensível a historietas e aos dons histriónicos de «actores» ambulantes pagos a moedas da caridade.

Chegado o Verão, quando a cidade do interior ia a banhos na Póvoa de Varzim, lá ia Luísa encontrar o banheiro Arlindo Mouco, pronto, às oito da manhã, para aqueles banhos gelados em que a medicina tinha tanta fé...

Terminado o 7º ano no liceu local, a menina, que gostava tanto de brincar como de estudar, quis tirar o curso de Histórico-Filosóficas, então inexistente no Porto. O pai queria-a o mais perto possível. Foi, talvez, a sua primeira grande atitude de rebeldia adulta. Não sendo independente, negava-se a ser submissa. Coimbra era a praxe. O domínio no masculino. A aceitação sem réplica de práticas impostas por uma hierarquia duvidosa. Não. Luísa nunca pactuaria com obediências cegas. Há-de, disso, dar provas pela vida fora. Lisboa venceu e na sua faculdade de Letras conciliou a frequência das aulas do curso com a assistência a outras, de literatura, leccionadas pelos grandes Mestres da área. A leitura e a aprendizagem a precederem a paixão da escrita.

Luísa Dacosta: uma voz desassombrada com pronúncia do norte. Dela manteve alguns traços, até ao fim. E muito mais manteve. Não esqueceu os nomes

das gentes humildes e das alcunhadas. Tem nos ouvidos o som do pregão da Rita peixeira, o palrar do papagaio das Rainhas latoeiras, das falas apelativas das vendedoras do mercado, do trote do burrico que a Senhora Maria Dornelas, de Lamas de Olo, lhe deixava montar. Lembra-se do Bertêlo e da Mata-o-Padre, do «chega-me isso» e do «pape-la-massa», do «cigarro forte» e do «senhor pêndulo». Não se lhe varreu da memória a «tagarelice venenosa da guarda das retretes», nem o sabor das paciências e dos reбуçados de tostão do Vieira Bicho. Nem a música da marcha do Carnaval, a caminho do baile da Carolina.

Em 2004 escreve, em entrada do Diário *Um Olhar Naufragado*: «A cidade era para mim uma rede de referências afectivas, que as minhas pernas, novas e andadeiras, percorriam com facilidade».

Embora as vindas à sua cidade natal fossem rareando, com o passar dos anos, não sendo a isso de todo alheia a sua descaracterização urbanística que lhe arrancou espaços de memória, Vila Real nela mora em estado de definitividade. É o regaço do passado longínquo que se lhe abre, embaladoramente materno, como pode ver-se no primeiro parágrafo de texto escrito em Matosinhos em Maio de 2002:

Há dias tão amargos, tão tristes, tão sozinhos que não se podem viver sem regressar à infância. Por isso a trago atada a mim, por uma guitinha, daquelas com que se puxavam latas de conserva vazias, o que, apesar da sua pobreza, as não impedia de serem carruagens de fadas ou de princesas. [...]

– Esteja queda, menina! parece que tem bichos-carpinteiros... Como quer que lhe aperte o bibe?! Ai, os meus pecados com esta menina tão arrapazada! Pronto. Já está. E agora, não se ponha a encarrapitar-se pelas árvores, nem pelos muros! Não me chegue a casa, tarde e a más horas, com os joelhos chagados, como os do Senhor do Calvário!

(Um Olhar Naufragado)

Quando adjectivamos a voz de Luísa Dacosta de desassombrada, queremos exprimir o seu carácter, a inquietude irreverente do seu espírito insubmisso, a frontalidade, a coragem demonstrada em tomadas de posição incómodas, o envolvimento interveniente em causas que lhe eram caras, o desafio de convenções conservadoras. Foi uma mulher de lutas, de perseveranças. Empunhava as poucas armas que tinha como uma guerreira, direccionando-as para uma paz podre feita mais de pareceres do que de seres.

Muito haveria a dizer sobre as causas em que, activa e convictamente, se envolveu uma mulher tão resistente como o granito matricial: A condição feminina, os direitos humanos, a liberdade, a paz, a língua portuguesa, a educação e outras, tornadas recorrências no seu diário.

Referiremos, sucintamente, o seu papel como pedagoga numa área que não a do seu currículo. A paixão pela palavra levou-a a optar pelo ensino de português a alunos do hoje segundo ciclo do ensino básico. Tardiamente, já com 41 anos, vamos encontrá-la em escolas do Porto, portos de abrigo para o amainar de tempestades interiores, em cujas salas aguardavam «a senhora que lê» olhos e ouvidos despertos para um mundo de magia e de encantamento. A professora Luísa era diferente das outras. Não usava o manual indicado, melhor, imposto, fazia o seu próprio programa, antologava autores de língua portuguesa (*De Mãos Dadas, Estrada Fora*), escrevia os textos com os quais pretendia atingir o seu grande objectivo enquanto docente da língua materna: «a pedagogia do encantamento pela palavra». Em 1994, frustradas as esperanças numa verdadeira e consistente reforma do sistema educativo, ela que fizera parte da experiência Veiga Simão para a criação dos sétimo e oitavo anos de escolaridade e que, em 1975, é requisitada pelo Governo da Província Ultramarina de Timor para aí proceder a uma remodelação no ensino, desabafa: «Contra ventos e marés continuo com a minha pedagogia de afecto e deslumbramento pela palavra. Não há modas que possam alguma coisa contra uma paixão. Ao diabo a permissividade». (Diário II, *Um Olhar Naufragado*).

Luísa Dacosta. A voz das mulheres sem voz. A voz de si sua própria. Condição feminina sujeita a regras arbitrariamente estabelecidas. Plasmada em palavras que não podiam deixá-la indiferente. Em 21 de Novembro de 2002, em Matosinhos, escreve:

Hoje o jornal trazia uma notícia que prova bem como a compreensão da mulher ainda está longe...e ela continuará a ser vítima. Na preciosa biblioteca de Fernando Pessoa (que esteve anos sonogada na cave!!!) havia um tratado com este título: «La indigencia espiritual del sexo feminino. Las pruebas anatómicas, fisiológicas e psicológicas de la pobreza mental de la mujer: su explicación biológica.»

Pobres mulheres! Ainda não será o século XXI que irá redimi-las.

(Idem)

A constatação de uma injustiça e o desmascarar da mesma. Consciência do sofrimento, o mais das vezes abafado pela força das aparências. Vidas que

são histórias de vida. Sem final feliz. Como nos livros, seus reflexos. Das mulheres exploradas nos trabalhos ao serviço de outrens, mulheres capachos, de tostões contados, mulheres seviciadas, vítimas de álcoois violentos, mulheres abandonadas ao seu destino de mães sozinhas. Mulheres senhoras, burguesas, materialmente confortáveis, corpos esquecidos de afectos e de prazeres, de infidelidades conjugais caladas por alto preço. Mulheres diferentes, mulheres semelhantes no jugo masculino, na aceitação de maus tratos em nome da moral social. Mulheres «solitárias entre as gentes», para usar o paradoxo camoniano.

Ouçamos excertos da obra de Luísa Dacosta e apreciemos, ao mesmo tempo, o requinte da sua escrita, tantas vezes metafórica, a sua poeticidade, imagem de marca do estilo desta escritora que nenhum crítico deixa de evidenciar.

Todos os dias, a todas as horas, em todo o mundo, chovem lágrimas de mulher. Lágrimas, em quartos fechados pelo desespero, sem janelas nem portas, sem saída. Lágrimas que as envelhecem de sulcos, de rugas, e lhes fazem ranger a alma. [...] Da que foi usada, espancada, e que está sozinha. Da que não viu o seu corpo florir em filhos. Da outra cheia de frio e de abandono, a dormir debaixo da ponte, agasalhada pelo álcool e pela droga.

[...] O sol continua maligno, de quase verão, mas chovem, incessantemente, lágrimas de mulher, que são, atrás da janela, a chuva que não cai, os soluços secos, que ninguém ouve, pela filha que se suicidou ou teve de enterrar no dia de Natal, pelo cadáver, pulverizada num voo ou que o mar não devolveu à praia. Lágrimas inúteis, soluçadas e que, apesar de serem caudais infinitos, não são bênção de água, não florescem, não dão fruto, sombra, asas ou canto. Incessantemente, chovem lágrimas de mulher.

(Idem [Março, Matosinhos, 2005])

Note-se que Luísa Dacosta está sempre presente nos seus livros, mesmo quando recorre a uma alteridade narrativa como acontece em Vovó Ana, Bisavó Filomena e Eu, captação da realidade lisboeta, em *O Planeta Desconhecido e Romance da que Fui Antes de Mim*, um revisitar das mulheres da família, sobretudo a avó Ana de que viria a ser a ressurreição, *Corpo Recusado*, sentido e amargo registo de temática que o título indicia.

Quando, no texto transcrito, é referida a morte de uma filha, enterrada no dia de Natal, é o desabafo de uma ferida nunca cicatrizada.

Se a autora de *Província* se faz eco prioritário de realidades sofridas por mulheres do povo, é ela sensível a dores outras, como podemos ver no conto «Burguesia» inserto em *Vovó Ana, Bisavó Filomena e Eu*, relato de um choque entre um sonho juvenil e uma realidade adulta:

[...] Tinha sido aquela visão fantasista que lhe tornara tão penosa a realidade da sua vida, representada e vazia? Tão penosa a realidade daquela vida sexual rotineira, a que o marido temporariamente se obrigava para cumprir uns vagos deveres conjugais?

[...] O espelho das aparências reflectia as mesmas imagens. Continuava a ser a perfeita dona de casa, que ele pagava. E aquele desejo de libertação, a que se julgava com direito, tinha-se frustrado em lutas íntimas, em torturas vãs, sem resultado. Luxos psicológicos a que podia entregar o seu tempo livre e ocioso.

«Nascer mulher é fado ruim», desabafa a protagonista narradora do conto do mesmo livro «Maria vai, Maria vem, romance de mulher a dias». A autora, sempre preocupada com o rigor da linguagem, dá vivacidade colorida e expressiva à fala desta mulher paradigma:

Um bêbedo! Um perdido! Até pelos cabelos me arrastou! Só tive tempo de gritar: «Deixa-me, ao menos, tirar os dentes, que me custaram quinhentos e quarenta mil réis, suados nas limpezas, excomungado!» Mas o remédio foi agachar-me e aguentar. Uma mulher nunca se deve virar a um homem. É falta de respeito. Eu nunca gostei de ser abocanhada pela vizinhança. [...] Já lhe fugi duas vezes, quando era mais nova, agora nem forças tenho. E ele vai-me sempre buscar, precisa de quem o trate, que eu não tenho domingos nem feriados.

[...] Passa o dia a cozer bebedeiras. Já por duas vezes se ia espatifando na mota, ficou como um Cristo, mas nem o diabo o lá quer! [...] Está sempre a desdenhar de mim, a chamar-me cavaco, a dizer que há mulheres melhores. E haverá, haverá, mas só se for na cama, que é prò que ele as quer.

Não pode falar-se da defesa da condição feminina em Luísa Dacosta sem convocar as mulheres de A-Ver-o-Mar que «murcham aos trinta anos». Delas diz terem sido as suas universidades de vida, de tanto lhe terem ensinado. Outros

saberes, feitos de ancestralidade litoral, de sobrevivência remediada, outras dores, o reverso do mar que lhes manda o peixe, nem sempre os homens. Mulheres divididas entre a jorna de lavoura fértil e a apanha do sargaço, brinde marítimo a levar sorrisos ao apertado orçamento familiar.

Esta aldeia piscatória, das cercanias da Póvoa de Varzim, apaixonou Luísa Dacosta a ponto de ter mandado adaptar a residência um moinho que lhe foi ninho de amor e janela aberta para um mar atlântico, sempre surpreendente, na acalmia como na revolta. Um mar à Sophia, essa outra voz feminina sonantemente poética: «Quando eu morrer voltarei para buscar / Os instantes que não vivi junto do mar».

A vivência do mundo onde se sentirá, como Fernando Pessoa, «Um mar de sargaços» inspirou à mulher-coragem os livros de crónicas *Morrer a Ocidente* e *A-Ver-O-Mar* e o de poesia *A Maresia e o Sargaço dos Dias*, além de textos a reclamar, justificadamente, lugar nos dois volumes do seu diário: *Na Água do Tempo* e *Um Olhar Naufragado*. Deste último extraímos a seguinte passagem:

[...] A mim, essa condição de escravatura, quase clandestina, foi-me dada a conhecer, em profundidade, nos anos sessenta do século anterior pelas mulheres de A-Ver-o-Mar. Foram elas, apesar de analfabetas, as minhas universidades de vida.

[...] Trabalhavam em casa, no campo e no mar, sem horários, sem férias, e sem remuneração. Se queriam ter algum dinheiro secreto, mesmo que o tivessem ganho a varrer, de madrugada, as ruas da Póvoa, tinham de o esconder num falso ou entre as mamas, para eles não lhes deitarem os gatásios, como me confiou uma.

[...] Se eram marés-de-mar e os hominhos iam à pesca, com o camarada, eram elas a ir, a pé, à Póvoa, vender o peixe, às escapadelas dos bilheteiros. Mal vinham, tinham à espera estendais da roupa de casa e da roupa do mar, que tinham adoçado. Também não faltavam no campo. Guiavam as carroças, iam por pendões de milho, que tinham escanado, para fartar a burrinha, colher feijões, adubar, emolhar çabola ou preparar as coucas.

[...] Sofriam a morte dos filhos, que o mar lhes levava, afogadinhos, ou a saudade de toda uma vida, quando eram comidos pelos longes.

Luísa Dacosta na primeira pessoa. Ela, que tão bem retrata o sofrimento das outras, como não exprimirá o seu? Com mais realismo, ainda maior desassombro,

com o extravasar sem falso pudor de interioridades doridas que passam pela assumpção de uma feminilidade acordada e aberta ao amor, receptiva, quente, sensual.

No seu percurso de vida damo-nos conta do fim do casamento. Tinham passado vinte anos. Tinham ficado quatro filhas. Tinha sido trocada por outra mulher. Este desmoronar de uma história de amor encontra expressão em textos diarísticos como o que se segue:

Março, Vila Real [1968]

Renascia? Não, abria os olhos. Estar ali não lhe era materno. Rejeitada. Tinha vindo acolher-se na velha casa por rejeição. E era como uma descida aos infernos. Não queria lembrar-se. Amargas, meteóricas lembranças insepultas feriam, porém, o silêncio. Vindos de anfractuosidades de ausência, viscos coleantes, espirais escorrentes de monstros acéfalos e embrionários de abismo envolviam-na em movimentos alados, como se soubessem por um código genético, ainda futuro, que teriam asas. O tempo era hostil. Frio como um beijo de sereias. Mas passara. Não se tinha detido.

[...] Podia nascer-se duas vezes? Podia. Que outra coisa significavam as suas sobrancelhas e as suas mãos, onde a aliança da avó — duas mãos entrelaçadas que se abriam sobre um coração sozinho — se ajustavam? «Aí tens a voz dela!» — dizia a tia Mercedes. Podia nascer-se duas vezes para a infelicidade e a rejeição.

(Na Água do Tempo)

Sim, haveria uma segunda rejeição. Um envolvimento total, uma entrega sem ses, indiferente a vozes de coro grego a chamá-la à razão. Uma determinação indómita, um desafio a preconceitos, um desconstrangimento assumido. Ela, amante da carga semântica das palavras, só tinha ouvidos para uma — AMOR. Um encontro tornado desencontro. Um projecto de vida em comum, o pormenor feminino no arranjo de um novo espaço vocacionado para a partilha de emoções, de desejos a saciar. Um compromisso de futuro inviabilizado por imperativos de uma moralidade partidária. A política a sobrepor-se ao amor, a destruí-lo, cegamente. Uma segunda recusa, na véspera do início de nova caminhada. Matéria de um livro de contos com um fio condutor. O mais sentido, que lhe dá título, diz tudo:

Não podia olhá-lo. Recusava-se a olhar, cara a cara, aquela cobardia de a deixar cortar todas as amarras, abandonar as filhas, escriturar a separação de pessoas e bens, mobilar o apartamento e a dois dias da data marcada para começarem uma vida conjunta, apresentar-lhe remorsos que sempre negara. [...] O mais cómodo, o mais respeitável, o mais conforme com a opinião pública, o prazer sem responsabilidades, sem cenas, sem o espectáculo do sofrimento que sabia de antemão, ela, se recusaria a dar-lhe.

(Corpo Recusado)

Luísa Dacosta. Uma mulher das palavras, flores que se desfolham, pétala a pétala. Palavras choro, palavras lágrimas, palavras ternura. Elas lhe seriam ninho, refúgio, refrigerio, companheiras de solidão. Palavras para o amor e para o desamor, para a entrega e para a recusa.

Restavam as palavras. Nelas ia morar. Só elas possuíam a imponderável agitação da asa ou o peso, esmagante, da pedra. Amalgamados, o frémido e a quietude, a brevidade e o eterno, que o tempo é lento a comer. Tinha-as amado tanto! Do fundo da alma da menina, que fora.

[...] Mágicas. Mágicas. Mágicas.

As mais puras, porém, lábios lhas tinham mentido.

(Idem)

16 de Fevereiro de 2017

Referências bibliográficas:

Dacosta, Luísa, *Avó Ana, Bisavó Filomena e Eu*, Portugália Editora, Lisboa, 1969.

Idem, *Corpo Recusado*, Figueirinhas, Porto, Novembro de 1985.

Idem, *O Planeta Desconhecido e Romance da que Fui Antes de Mim*, 1ª edição, Quimera Editores, Coimbra, Setembro de 2000.

Idem, *Houve um Tempo, Longe*, 1ª edição, Edições ASA, Porto, Abril de 2005.

Idem, *Na Água do Tempo*, 3ª edição, Edições Asa, Porto, Abril de 2005.

Idem, *Um Olhar Naufragado*, 1ª edição, Edições Asa, Porto, 2008

Idem, *Crónicas de A-Ver-o-Mar*, 2ª edição especial, Edições Asa, Porto, Novembro de 2001.

Notícias das Letras



HOMENAGEM A HERMÍNIO MONTEIRO

O Espaço Miguel Torga promoveu no dia 10 de Setembro de 2016, no Auditório Municipal de Sabrosa, uma homenagem a Manuel Hermínio da Silva Monteiro, que contou com a presença de Rodrigo Leão e Gabriel Gomes, artistas reconhecidos na música portuguesa e que com Hermínio Monteiro participaram em vários projetos ligados à poesia musicada.

Esta iniciativa surgiu por ocasião da passagem de mais um aniversário do nascimento de Hermínio Monteiro, natural de Parada do Pinhão, uma das personalidades mais ilustres do concelho de Sabrosa, prematuramente falecido em Junho de 2001.

O Diretor do Espaço Miguel Torga, Dr. João Luís Sequeira realçou que o principal objectivo desta homenagem foi «chamar a atenção para uma personalidade cultural da região, cujo legado no seu papel de divulgação de escritores e poetas é reconhecido a nível nacional». Hermínio Monteiro desenvolveu a sua actividade em prol da poesia na Assírio & Alvim, editora de referência no panorama da divulgação da obra de poetas portugueses.

ENCONTRO DE ESCRITORES TRASMONTANOS E ALTO-DURIENSES

Realizou-se no dia 15 de Outubro de 2016 o habitual Encontro de Escritores Trasmontanos e Alto-



-Durienses, organizado pelo Grémio Literário Vila-Realense, este ano dedicado a dois temas: o Vinho e a Literatura Galega.

Participaram no Encontro cerca de duas dezenas de escritores, sendo de registar a presença de uma delegação galega.

No que respeita ao tema do Vinho, foi apresentada a antologia *Da vinha e do vinho*, organizada por A. M. Pires Cabral, que reúne cerca de cinquenta textos de dezanove autores trasmontanos e alto-durienses. Capa do pintor João Estrócio.

Quanto ao tema da Literatura Galega, o premiado escritor José Viale Moutinho, grande conhecedor das letras da Galiza, proferiu uma palestra sobre “Os seis poemas galegos de Federico García Lorca”.

Após um animado almoço de confraternização, os participantes no Encontro visitaram a Casa Aires Torres, em Parada do Pinhão, um espaço dedicado à memória do notável escritor, militar e actor, natural daquela povoação.



GRANDE PRÉMIO DE TRADUÇÃO LITERÁRIA APT/SPA 2016

O Grande Prémio de Tradução Literária APT/SPA (Associação Portuguesa de Tradutores / Sociedade Portuguesa de Autores) referente a 2016, foi entregue no passado dia 10 de Novembro, em ex-aequo, a *Ricardo III*, de Shakespeare, tradução de Rui Carvalho Homem, Editora Relógio D'Água, e à obra *Na Margem*, de Rafael Chirbes, tradução de Rui Pires Cabral, Editora Assírio & Alvim.

O júri do Grande Prémio foi constituído por Teresa Seruya, António Torrado e Alexandra Lopes.

Rui Pires Cabral, tradutor e poeta trasmontano, nasceu em Macedo de Cavaleiros, em 1967.

Rafael Chirbes (1949-2015) é considerado o romancista espanhol «que melhor retratou a crise económica e os respectivos escombros sociais que se lhe seguiram».



SEGUNDO ROMANCE DE ERNESTO AREIAS

Depois de *Neste cais, para sempre* (2013), saiu nos finais de 2016, na Mosaico de Palavras Editora, o segundo romance de Ernesto Areias, intitulado *Demónios por Sefarad*.

É um romance histórico que nos transporta ao séc. XV e ao ambiente tenebroso da Inquisição.

Impressionam no romance a extensão e profundidade da investigação levada a cabo pelo Autor, que acaba por nos situar com clareza numa época tão perturbada da nossa história e, porque não, da própria civilização ocidental.

Na contracapa do livro, Vítor da Rocha escreve: «*Demónios por Sefarad*, de Ernesto Areias, imerge-nos nesse período conturbado e vergonhoso da História humana, através de uma narrativa simultaneamente densa e transparente, onde o melhor e o pior da alma humana de digladiam. Tanto em Sevilha como na Roma de finais do século XV, Cristo e o amor estavam do lado oposto ao dos poderosos da Igreja, que, esses, sim, são os demónios que vilipendiam Sefarad, a Ibéria dos judeus.»



FALECEU MONSENHOR ÂNGELO MINHAVA

O panorama cultural vila-realense ficou mais pobre com o desaparecimento, em 2 de Dezembro de 2016, de Mons. Ângelo do Carmo Minhava.

Figura muito querida, admirada e respeitada de todos os vila-realenses, foi um sacerdote exemplar, professor brilhante e intelectual distinto em diversas áreas, de que se destacam a música e a filologia.

Os traços mais salientes da sua personalidade eram o trato afável, a modéstia, a calma sabedoria e permanente disponibilidade para pôr a sua vasta cultura ao serviço de quem dela necessitasse.

Ângelo Minhava foi também escritor, embora,

devido à sua entranhada modéstia, não buscasse o reconhecimento público. Da sua bibliografia, referimos em especial *Cabriliada* (1947), um poema heróico-cómico, género que conta com raríssimos cultores na literatura trasmontana e alto-duriense, que o poeta Teixeira de Pascoaes considerava o segundo melhor poema do género a nível nacional, a seguir a *O Hissope*, de Cruz e Silva. Escreveu ainda diversas comédias ao jeito popular, que continuam a ser representadas um pouco por toda a região e mesmo fora dela.



FALECEU JOAQUIM BARROS FERREIRA

Faleceu no dia 17 de Janeiro de 2017 o escritor vila-realense, Dr. Joaquim Barros Ferreira. Tinha 76 anos de idade. Foi professor de História do Ensino Secundário, tendo terminado a carreira docente na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, de Vila Real.

A sua obra literária é constituída sobretudo por poesia, embora a última publicação seja um livro de contos, *Histórias trasmontanas* (2013). Estreou-se com *Vilegiatura do dia* (1961), sob o pseudónimo de José Magem, que utilizaria ainda em *Algas e Deuses* (1965), n.º 6 da Colecção Setentrião. Seguiram-se *Coração da terra* (1997), *O ser da terra e da língua* (2000), *Rosa in flumina* (2005), *Jardins suspensos* (2006), *Terra adagio cantabile* (2006) e *Mil vozes em conserto* (2009). A este último título foi atribuído o Prémio Nacional de Poesia Fernão de Magalhães Gonçalves. Joaquim Barros Ferreira publicou também diversos artigos e obras no campo da investigação histórica e sociológica.



EVOCÇÃO DE LUÍSA DACOSTA

Em 16 de Fevereiro de 2017 (dia em que Luísa Dacosta completaria 90 anos), o Grémio Literário Vila-Realense realizou uma sessão em que foram evocadas a figura e a obra da notável Escritora vila-realense. Esta merecidíssima evocação constou de uma palestra pela Dr.^a Maria Hercília Agarez sobre o tema “Luísa Dacosta: Uma voz desassombrada com pronúncia do Norte” e da abertura da exposição “O ano do nascimento de Luísa Dacosta em Vila Real”, que recorda o que de mais relevante aconteceu aqui no ano de 1927. Foi ainda editada uma edição fac-símile de *Província*, o primeiro livro de contos de Luísa Dacosta. Na sessão, que foi presidida pela Vice-Presidente e Vereadora da Cultura, Dr.^a Eugénia Almeida, estiveram presentes as três filhas de Luísa Dacosta — Cristina, Alexandra e Ana Madalena, e uma neta, Susana — que ofertaram ao Grémio Literário um lote de obras de literatura infantil da autoria da homenageada. A sessão teve casa cheia, a demonstrar o interesse da nossa cidade pela sua Escritora.

Sumário

- A Casa de Urros, dos Figueiredos do Amaral
— uma casa nobre da freguesia de Mateus
António Adérito Alves Conde 5
- Aspectos da Arte Periférica Setecentista no Distrito de Vila Real
Armando Palavras 34
- Gremio Villarealense
Elísio Amaral Neves 56
- Os olhos de Camilo
Frederico Amaral Neves 68
- As Quercíneas em Trás-os-Montes e Alto Douro
José Alves Ribeiro 74
- Três idas a Miranda do Douro
— e uma passagem por Macedo de Cavaleiros
Manuel Cardoso 80
- Luísa Dacosta: Uma voz desassombrada com pronúncia do Norte
Maria Hercília Agarez 98
- Notícias das Letras 107